UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E
CONTABILIDADE DE RIBEIRÃO PRETO
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

MARCELO FRANCINI GIRÃO BARROSO

**Distribuição de resultados e desempenho de cooperativas de
crédito: estudo comparativo no Estado de São Paulo**

Orientador: Prof. Dr. Sigismundo Bialoskorski Neto

RIBEIRÃO PRETO
2009

Profa. Dra. Suely Vilela
Reitora da Universidade de São Paulo

Prof. Dr. Rudinei Toneto Júnior
Diretor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto

Profa. Dra. Adriana Maria Procópio de Araújo
Chefe do Departamento de Contabilidade

MARCELO FRANCINI GIRÃO BARROSO

**Distribuição de resultados e desempenho de cooperativas de
crédito: estudo comparativo no Estado de São Paulo**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Controladoria e Contabilidade da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, da Universidade de São Paulo, como requisito para obtenção do título de Mestre em Contabilidade.

Orientador: Prof. Dr. Sigismundo Bialoskorski Neto

RIBEIRÃO PRETO
2009

BARROSO, Marcelo Francini Girão

Distribuição de resultados e desempenho de cooperativas de crédito: estudo comparativo no Estado de São Paulo. Ribeirão Preto, 2009.

167 p. : il. ; 30 cm

Dissertação de Mestrado, apresentada à Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo.

Orientador: BIALOSKORSKI NETO, Sigismundo

1.cooperativas de crédito. 2.distribuição de resultados. 3.controle gerencial.

FOLHA DE APROVAÇÃO

Marcelo Francini Girão Barroso

Distribuição de resultados e desempenho de cooperativas de crédito: estudo comparativo no Estado de São Paulo

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Controladoria e Contabilidade da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, da Universidade de São Paulo, como requisito para obtenção do título de Mestre em Contabilidade.

Aprovada em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

DEDICATÓRIA

À minha esposa, Taiane Luz.

Aos meus pais, Vera e Márcio, Antonio e Fátima.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, ao professor Sigismundo Bialoskorski Neto, o Sig, pela orientação nesses dois anos e pela amizade e ensinamentos desde mais de dez anos atrás. Não foi somente nesse último período que recorri a ele solicitando ajuda, mas em várias outras ocasiões; sempre fui recebido de forma muito positiva, com real empenho em ajudar e indicar caminhos. Ao longo do mestrado, como orientado, estagiário e amigo, mais ainda colhi de sua sabedoria e experiência, certamente sem ser capaz de retribuir adequadamente. Talvez essa seja a sina do verdadeiro educador.

Ao professores da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Programa de Pós-graduação em Controladoria e Contabilidade. Com eles aprendi bastante, de contabilidade a pesquisa científica, que levarei comigo e procurarei ampliar sempre. Aos professores membros da banca de avaliação, obrigado pela disposição em contribuir e em construir um pesquisador.

Também aos funcionários da FEA-RP, da assistência acadêmica à assistência administrativa e seção de informática, pelo empenho e dedicação sempre presentes. Vocês são a escola.

Um agradecimento especial também às cooperativas de crédito que atenderam à solicitação de pesquisa e prestaram suas informações. Obrigado aos técnicos, dirigentes e cooperados, tanto das que foram incluídas na efetivação da pesquisa quanto das não mencionadas nesse relatório.

Obrigado igualmente às organizações estaduais e nacionais de cooperativas, o Sistema OCB, pelas informações e apoio ao trabalho.

Agradecimento ao Banco Central do Brasil, em especial ao pessoal do Departamento de Monitoramento do Sistema Financeiro e de Gestão da Informação (DESIG), pela disponibilização de grande volume de dados sobre as cooperativas de crédito brasileiras.

Também ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pela disponibilização de recursos e equipamentos utilizados nessa e em outras pesquisas.

Aos colegas do mestrado, da terceira e de outras turmas, com quem foram compartilhados bons momentos de estudo, angústias, projetos e conquistas. Que encontrem sucesso em cada pequeno ou grande projeto em que se aventurem.

Aos colegas do Programa de Estudos e Pesquisas em Cooperativismo (ECoop), pelo apoio, pelo trabalho e pela amizade construída.

Finalmente, um agradecimento e um carinho especial aos pais e irmãos, avós e tios, primos e sobrinho sempre por perto, a apoiar e orientar em todos os projetos empreendidos até agora. À minha esposa querida, tão presente durante a construção desse trabalho, tão presente durante todos os próximos que estiverem por vir. Aos queridos amigos e amigas conquistados até hoje, muito obrigado. Vocês todos são a razão e os destinatários de todos os esforços.

Meus pais não eram cientistas. Não sabiam quase nada sobre ciência. Mas, ao me apresentar simultaneamente ao ceticismo e à admiração, me ensinaram as duas formas de pensar, de tão difícil convivência, centrais para o método científico.

Carl Sagan

O sentimento de admiração reverente que a ciência pode nos proporcionar é uma das experiências mais elevadas de que a psique humana é capaz. É uma profunda paixão estética que se equipara às mais belas que a música e a poesia podem despertar. É na verdade uma das coisas que tornam a vida digna de ser vivida, função que cumpre, se é que se pode fazer essa distinção, com mais eficácia ainda, quando nos convence de que o tempo que temos para viver é finito.

Richard Dawkins

RESUMO

BARROSO, Marcelo F. G. **Distribuição de resultados e desempenho de cooperativas de crédito: estudo comparativo no Estado de São Paulo**. 167 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto.

Cooperativas de crédito são criadas como extensão da economia de seus cooperados e com objetivo de prestar serviços financeiros a eles. Atuam similarmente a outros tipos de instituições financeiras, captando depósitos de usuários superavitários de liquidez, oferecendo crédito a usuários deficitários e prestando serviços diversos de pagamentos e compensação de documentos. Uma das diferenças fundamentais, entretanto, é que nas cooperativas os usuários são também os proprietários, destinatários portanto da divisão das sobras operacionais – resíduo financeiro – geradas pela organização periodicamente.

Sobras em cooperativas de crédito, assim como lucro em instituições financeiras de propriedade de investidores, advêm do superávit gerado nas operações com os usuários. Em cooperativas, entretanto, o superávit é gerado em operações com os próprios sócios, devendo lhes ser devolvidas posteriormente e proporcionalmente às operações que as deram origem. Essa devolução pode ser feita como depósito à vista nas respectivas contas correntes, ou como integralização de quota-parte nas contas de capital social; ou ainda, partes maiores ou menores dessas sobras podem ser alocadas em reservas e provisões indivisíveis aos cooperados, uma característica desse tipo de organização. Assim, um conjunto de decisões à disposição dos dirigentes e gestores dessas organizações diz respeito à geração e à distribuição de sobras, sendo portanto relevante seu estudo e avaliação.

Nesse trabalho é desenvolvido um modelo para tipificação de cooperativas de crédito, de acordo com os padrões de distribuição de resultados aos cooperados – i.e. sobras líquidas ajustadas. A partir do modelo de tipificação proposto, estudam-se e classificam-se as sete maiores cooperativas de crédito rural do Estado de São Paulo, utilizando-se dados contábeis públicos e coletados por meio de questionário. São analisados dessas cooperativas números contábeis característicos – ativo total, passivo exigível, patrimônio líquido e sobras e perdas,

além de composição do quadro social –, bem como taxas de *spread* aplicadas nas atividades de intermediação financeira e indicadores de rentabilidade.

A partir do modelo de tipificação, classificam-se as cooperativas amostradas em três grupos, conforme padrão de distribuição de resultados dos últimos cinco anos, de 2003 a 2007. Nesses grupos, observam-se padrões de comportamento em relação ao tamanho das cooperativas – ativo total – e dos respectivos quadros sociais – total de cooperados ativos. As maiores cooperativas da amostra são as que devolvem parte considerável das sobras em conta corrente; as duas intermediárias são as que devolvem a maior parte no capital social; e as duas menores cooperativas da amostra são as que destinam a maior parte das sobras a reservas e provisões indivisíveis. Idem pode ser dito com base nos quadros sociais, com uma exceção. Por outro lado, não se observa correspondência entre os padrões de distribuição de resultados e níveis de rentabilidade, como sugerido na hipótese à pesquisa.

Assim, os resultados sugerem a utilização da margem decisória em relação à geração e à distribuição de sobras em cooperativas de crédito, à disposição de seus dirigentes e gestores, como um mecanismo de “aprisionamento” (“*hostage arrangement*”; SPEKLÉ, 2001) dos cooperados para com suas cooperativas. Ou seja, essas decisões comporiam um sistema de controle gerencial destinado a incentivar a atuação de cooperação dos cooperados.

Palavras-chave: 1.cooperativas de crédito. 2.distribuição de resultados. 3.controle gerencial.

ABSTRACT

BARROSO, Marcelo F. G. **Distribution of results and performance of credit unions: a comparative study in the State of São Paulo.** 167 f. Dissertation (Master) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto.

Credit unions are created as firm extensions of their member's economies, designed to provide financial services to them. They act similarly to other types of financial institutions, capturing deposits from surplus spending users, providing credit to deficient liquidity users, as well as providing payments and compensation services. One fundamental difference, however, is that credit union members are users as well as owners, thus addressed the division of the operational surpluses generated periodically by the organization.

Surplus in credit unions, similar to profits in investor-owned financial institutions, come from transactions with its users. Nonetheless, in cooperatives surplus is generated in transactions with their own members. Hence, it should be returned to them, by the amount of patronage of each active one. They could receive it as deposits in their cash accounts, or in their capital accounts. Otherwise, large or small parts of the surplus may be allocated to the cooperative's indivisible reserves, a characteristic feature of cooperative organizations. Thus, a set of decisions are available to the leaders and managers of these organizations concerning the generation and distribution of surpluses.

In this dissertation a model is developed to classify credit unions, according to the patterns of distribution of surpluses to members. From this model, serve large credit unions from São Paulo are studied, using public and questionnaire specific datasets. Accounting numbers as well as spread rates and performance indicators are presented and analyzed, regarding the research about the distribution of surpluses in credit cooperatives.

From the model proposed, the seven cooperatives are classified into three groups, according to the distribution of surpluses pattern showed in five years, from 2003 to 2007. In these groups, there are patterns of behavior in relation to the size of the cooperatives -- assets as well as amount of active members. The largest cooperatives in the sample are those that return part of the surplus on cash accounts; the two intermediary return most part in capital accounts;

and the two smallest are those that allocate most of the surplus to indivisible reserves. Nonetheless, there is no correspondence between the patterns of distribution of results and the levels of profitability, as suggested in the hypothesis.

The results suggest the use of the decision power of its managers and leaders, regarding the distribution of surplus, as "hostage arrangements" (SPEKLÉ, 2001), i.e. mechanisms designed to attract its members back and strongly for the cooperation environment.

Keywords: 1.credit unions. 2.distribution of surplus. 3.management control.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGO	Assembléia Geral Ordinária
ANCOSOL	Associação Nacional do Cooperativismo de Crédito de Economia Familiar e Solidária
BACEN	Banco Central do Brasil
BANCOOB	Banco Cooperativo do Brasil
CDI	Certificado de Depósitos Interbancários
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CGPC	Conselho de Gestão da Previdência Complementar
CMN	Conselho Monetário Nacional
CNAC	Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa
CNSP	Conselho Nacional de Seguros Privados
CONFEBRÁS	Confederação Brasileiras das Cooperativas de Crédito
CONFEDERAÇÃO SICREDI	Confederação Interestadual das Cooperativas Ligadas ao Sicredi
COSIF	Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
FATES	Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social
SISBACEN	Sistema de Informações do Banco Central
OCB	Organização das Cooperativas Brasileiras
PAC	Posto de Atendimento Cooperativo
ROA	<i>Return on Assets</i> (Retorno Sobre os Ativos)

ROE	<i>Return on Equity</i> (Retorno Sobre o Patrimônio Líquido)
SICOOB	Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil
SICOOB BRASIL	Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob
SICREDI	Sistema de Crédito Cooperativo
SFN	Sistema Financeiro Nacional
SPC	Secretaria de Previdência Complementar
SUSEP	Superintendência de Seguros Privados
UNICRED DO BRASIL	Confederação Nacional das Cooperativas Centrais Unicred's
WOCCU	<i>World Council of Credit Unions</i> (Conselho Mundial de Cooperativas de Crédito)

LISTA DE QUADROS

Quadro 2.1 - Composição do Sistema Financeiro Nacional (SFN).....	46
Quadro 2.2 - Modelo de cálculo do <i>spread</i> de instituições financeiras bancárias.	49
Quadro 2.3 - Estrutura básica da margem e do <i>spread</i> bancário.....	51
Quadro 3.1 - Cálculo das sobras totais geradas aos cooperados.	71
Quadro 3.2 - Cálculo da parcela das sobras individualizada aos cooperados.	72
Quadro 3.3 - Cálculo da parcela das sobras coletivizada ao quadro social da cooperativa.....	73
Quadro 3.4 - Descrição do modelo para tipificação de cooperativas de crédito, de acordo com padrão de distribuição de resultados aos cooperados.	74
Quadro 3.5 - Contas contábeis utilizadas para análise dos ativos de cooperativas de crédito.	76
Quadro 3.6 - Contas contábeis utilizadas para análise dos passivos de cooperativas de crédito.	78
Quadro 3.7 - Contas contábeis utilizadas para análise do patrimônio de cooperativas de crédito.	80
Quadro 3.8 - Contas contábeis utilizadas para análise dos resultados líquidos de cooperativas de crédito.	82
Quadro 3.9 - Estrutura básica da margem e do <i>spread</i> para cooperativas de crédito.....	85
Quadro 3.10 - Tipificação das cooperativas de crédito rural estudadas, de acordo com padrões de distribuição de resultados.	93
Quadro 3.11 - Indicação das cooperativas em cada tipo quanto ao padrão de distribuição de resultados.	93
Quadro 3.12 - Resumo dos resultados da caracterização geral das cooperativas de crédito rural estudadas.	108
Quadro 3.13 - Resumo das análises sobre os <i>spreads</i> das cooperativas de crédito rural estudadas.....	119
Quadro 3.14 - Demanda principal aparente dos cooperados das cooperativas de crédito rural estudadas.	119
Quadro 3.15 - Resumo das análises de rentabilidade das cooperativas de crédito rural estudadas (ranqueamento a partir da média de 2003 a 2007).....	127
Quadro A.1 - Questionamento sobre distribuição das sobras líquidas do exercício.	143
Quadro A.2 - Questionamento sobre mutações da conta Capital Social.	144
Quadro A.3 - Questionamento sobre evolução do Quadro Social.....	144

LISTA DE TABELAS

Tabela 2.1 - Quantidades de instituições financeiras, por segmento de atividade (dados de 31 de dezembro, de 2001 a 2007).....	46
Tabela 2.2 - Decomposição do <i>spread</i> bancário (pontos percentuais; 2001 a 2007).	50
Tabela 2.3 - Dados sobre cooperativismo de crédito mundial.	59
Tabela 2.4 - Quantidades de cooperativas por classe, mais tipo e segmento de atividade (base: 31 dez. 2007).....	59
Tabela 3.1 - Taxas de remuneração semestral do certificado de depósito interbancário (% acumulada ao semestre, de 2003 a 2007).....	87
Tabela 3.2 - Listagem das cooperativas de crédito rural paulistas.	89
Tabela 3.3 - Quantidades de cooperados ativos nas cooperativas de crédito rural estudadas, mais índices de variação (dados base 31 de dezembro de cada ano, de 2003 a 2007).....	94
Tabela 3.4 - Participação de cada grupo no total dos ativos médios das cooperativas de crédito rural estudadas (de acordo com tipificação proposta; período: 2003-07).	96
Tabela 3.5 - Participação dos sub-grupos de ativos no total do capital aplicado médio das cooperativas de crédito rural estudadas (período: 2003-07).	97
Tabela 3.6 - Capital aplicado médio das cooperativas estudadas, de acordo com quantidade de cooperados ativos ao final dos exercícios (R\$/cooperado, de 31 de dezembro de 2003 a 2007); mais razão da média de 2007 em relação a 2003.	98
Tabela 3.7 - Participação de cada grupo de passivos no total dos ativos médios das cooperativas de crédito rural estudadas (período: 2003-07).....	100
Tabela 3.8 - Participação dos sub-grupos de passivos nas médias totais de recursos captados pelas cooperativas de crédito rural estudadas (período: 2003-07).	101
Tabela 3.9 - Recursos captados médios pelas cooperativas estudadas de acordo com quantidade de cooperados ativos ao final dos exercícios (R\$/cooperado, de 31 de dezembro de 2003 a 2007); mais razão da média de 2007 em relação a 2003.....	102
Tabela 3.10 - Participação dos grupos de contas no patrimônio total médio das cooperativas de crédito rural estudadas (período: 2003-07).....	104
Tabela 3.11 - Patrimônio líquido divisível médio das cooperativas estudadas, de acordo com quantidade de cooperados ativos ao final dos exercícios (R\$/cooperado, de 31 de dezembro de 2003 a 2007); mais razão da média de 2007 em relação a 2003.....	105
Tabela 3.12 - Resultado líquido médio das cooperativas estudadas, de acordo com quantidade de cooperados ativos ao final dos exercícios (R\$/cooperado, de 31 de dezembro de 2003 a 2007); mais razão da média de 2007 em relação a 2003.....	107
Tabela 3.13 - Percentual de utilização média do patrimônio líquido das cooperativas de crédito rural estudadas nas aplicações de recursos da intermediação financeira (período 2003-07).	114

Tabela 3.14 - <i>Spreads</i> parciais das operações com cooperados das cooperativas de crédito rural estudadas (período: 2003-07).	116
Tabela 3.15 - <i>Spreads</i> parciais das operações com outras instituições, das cooperativas de crédito rural estudadas (período: 2003-07).	116
Tabela 3.16 - Médias anuais do retorno sobre ativos das cooperativas de crédito rural estudadas (período: 2003-07).	120
Tabela 3.17 - Desdobramento do ROA das cooperativas de crédito rural estudadas de acordo com o tipo de resultado (período: 2003-07).	121
Tabela 3.18 - Cálculo do retorno sobre o patrimônio líquido das cooperativas de crédito rural estudadas, de 2003 a 2007.	123
Tabela 3.19 - ROE-C das cooperativas de crédito rural estudadas (período: 2003-07).	124
Tabela B.1 - Grupos de ativos das cooperativas de crédito rural estudadas (médias semestrais, em milhões de reais).	145
Tabela B.2 - Grupos de passivos das cooperativas de crédito rural estudadas (médias semestrais, em milhões de reais).	147
Tabela B.3 - Patrimônio total das cooperativas de crédito rural estudadas (médias semestrais, em milhões de reais).	149
Tabela B.4 - Resultados apurados pelas cooperativas de crédito rural estudadas (saldos acumulados semestralmente, em milhões de reais).	150
Tabela B.5 - Distribuição percentual dos recursos aplicados e captados pelas cooperativas de crédito rural estudadas (médias semestrais, em % do saldo de capital aplicado médio).	152
Tabela B.6 - Detalhamento do cálculo do resultado da intermediação financeira das cooperativas de crédito rural estudadas (em milhões de reais, de 2003 a 2007).	154
Tabela B.7 - Cálculo do <i>spread</i> semestral aplicado pelas cooperativas de crédito rural estudadas na atividade de intermediação financeira (em % do saldo médio total do capital aplicado, de 2003 a 2007).	161

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 2.1. Comparação das taxas de juros médias cobradas nas diferentes modalidades de empréstimos, de acordo com tipo de instituição financeira (OCB, 2007b).....	40
Gráfico 2.2. Evolução dos componentes formadores do <i>spread</i> bancário (média dos vinte maiores bancos brasileiros à época do estudo; MATIAS, 2006).	49
Gráfico 2.3. Quantidades de cooperativas singulares de crédito, de acordo com sistema de organização.	62
Gráfico 2.4. Crescimento percentual dos bancos cooperativos (SOARES; MELO SOBRINHO, 2008, p. 74)	63
Gráfico 3.1. Evolução da quantidade de cooperados ativos nas cooperativas de crédito rural estudadas (período: 2003-07).....	95
Gráfico 3.2. Evolução do ativo total das cooperativas de crédito rural estudadas (saldos em 31 de dezembro, de 2003 a 2007).....	95
Gráfico 3.3. Tipos de ativos das cooperativas de crédito rural estudadas (médias do segundo semestre de 2007).....	96
Gráfico 3.4. Tipos de passivos das cooperativas de crédito rural estudadas (médias do segundo semestre de 2007).....	100
Gráfico 3.5. Tipos de patrimônio das cooperativas de crédito rural estudadas (médias do segundo semestre de 2007).....	104
Gráfico 3.6. Evolução do resultado líquido das cooperativas de crédito rural estudadas (totais anuais, de 2003 a 2007).	106
Gráfico 3.7. Comparação entre recursos aplicados e captados pelas cooperativas de crédito rural estudadas (médias do 2º semestre de 2007, em milhões de reais).	110
Gráfico 3.8. Ingressos e dispêndios da intermediação financeira das cooperativas de crédito rural estudadas (em % do saldo médio total do capital aplicado; 2º semestre de 2007).....	115
Gráfico 3.9. Ilustração do desdobramento do ROA das cooperativas de crédito rural estudadas de acordo com o tipo de resultado (período: 2003-07).	122

LISTA DE FIGURAS

Figura 2.1. Relacionamentos de agenciamento em cooperativas (BIALOSKORSKI NETO, 1998, p. 207).	38
Figura 2.2. Mapa da localização das sedes das cooperativas de crédito brasileiras (base: dez. 2007).	60
Figura 3.1. Distribuição das sobras, especificamente para cooperativas de crédito.....	70
Figura 3.2. Modelo para tipificação de cooperativas de crédito de acordo com padrão de distribuição de resultados.	74
Figura 3.3. Desdobramento do cálculo do <i>spread</i> aplicado na intermediação financeira, específico para cooperativas de crédito.	84
Figura 3.4. Mapa das cooperativas de crédito rural paulistas.....	91
Figura 3.5. Cruzamento das participações médias das operações de crédito e das captações de depósitos com cooperados no saldo médio total do capital aplicado pelas cooperativas de crédito rural estudadas (período: 2003-07).	111
Figura 3.6. Cruzamento das participações médias das operações de crédito e das captações de depósitos com cooperados no saldo médio total do capital aplicado pelas cooperativas de crédito rural estudadas (período: 2003-07; visualização de acordo com ativo total em dez. 2007).	113
Figura 3.7. Cruzamento das parcelas do <i>spread</i> líquido provenientes das operações com cooperados e com outras instituições, das cooperativas de crédito rural estudadas (<i>spreads</i> parciais médios, período: 2003-07).	117
Figura I.1. Organograma do cooperativismo de crédito no Brasil (PINHEIRO, 2008, p. 16).....	165

SUMÁRIO

1	Introdução	27
1.1	<i>Objetivos</i>	32
1.2	<i>Conteúdo</i>	33
2	Cooperativas de crédito como instituições financeiras	35
2.1	<i>Firmas cooperativas e incentivos contratuais</i>	35
2.2	<i>Sistemas de controle gerencial e gestão de contribuições individuais</i>	43
2.3	<i>Instituições financeiras e spread</i>	45
2.4	<i>Cooperativas de crédito</i>	51
2.5	<i>Organização do cooperativismo de crédito no Brasil</i>	58
2.6	<i>Aspectos contábeis e legais de sociedades cooperativas no Brasil</i>	63
3	Distribuição de resultados em cooperativas de crédito	69
3.1	<i>Padrões de distribuição de resultado aos cooperados</i>	69
3.2	<i>Amostra de cooperativas de crédito rural paulistas</i>	88
3.3	<i>Análise dos resultados</i>	91
4	Considerações finais	129
	APÊNDICE A - Solicitação de informações às cooperativas selecionadas para pesquisa	143
	APÊNDICE B - Tabelas de dados diversas	145
	ANEXO I - Figuras diversas	165

1 Introdução

Cooperativas de crédito são instituições financeiras que funcionam como extensões das economias das pessoas associadas a elas. Têm como função receber as poupanças de seus membros, bem como atender suas necessidades de crédito (CROTEAU, 1968); existem portanto para o benefício econômico de seus membros (TAYLOR, 1974).

Em uma sociedade, são de singular importância, na medida em que promovem aplicação de recursos privados e assumem os correspondentes riscos em favor da própria comunidade onde atuam. Sendo formadas por iniciativa das próprias pessoas que as utilizam, contribuem ao desenvolvimento local sustentável, especialmente nos aspectos de formação de poupança e financiamento de iniciativas empreendedoras, trazendo benefícios à comunidade em termos de geração de empregos e distribuição de renda (SOARES; MELO SOBRINHO, 2008; FAIRBAIRN et al., 1997).

São caracterizadas por uma série de atributos diferenciais em comparação a instituições financeiras não cooperativas, em termos de propriedade e governança. Primeiro, não há um grupo de proprietários separado de outros *stakeholders*, sendo na verdade de propriedade de seus membros-usuários. Segundo, os títulos de propriedade não são transferíveis, nem estão associados à riqueza comum acumulada na organização. Terceiro, essa riqueza comum acumulada, não retirável pelos membros, é gerada unicamente pela retenção de superávits obtidos a partir de transações com os próprios membros. Quarto, a governança é estabelecida à base de um homem, igual a um voto (DAVIS, 2001).

Não obstante os benefícios que cooperativas de crédito podem gerar a seus membros e às comunidades onde estes vivem, Davis (2001) afirma ainda que essas características que as tornam únicas podem levar a conflitos entre seus usuários e seus gestores, bem como entre os próprios cooperados.

Sendo assim, o estudo de organizações cooperativas de crédito parece relevante, haja vista a importância no desenvolvimento regional e a necessidade de esclarecer parte da dinâmica interna dessas organizações, especialmente na relação com seus cooperados, e de orientar soluções gerenciais que auxiliem na evolução dessas organizações.

Instituições financeiras não cooperativas têm como objetivo a remuneração do capital investido, a ser obtida principalmente por meio de lucro operacional nas atividades econômicas a que se propõem a participar. Uma das atividades econômicas realizadas por

essas instituições é a intermediação financeira, captando recursos de agentes superavitários de liquidez e repassando a agentes deficitários. A diferença entre valores pagos e recebidos respectivamente aos agentes poupadores e dos agentes tomadores compõe parcela relevante do resultado operacional dessas empresas (ASSAF NETO, 2006; FIPECAFI, 2004, 2005).

Cooperativas de crédito realizam a mesma atividade de intermediação financeira entre os mesmos tipos de agentes que aquelas instituições, mas não visam à maximização do lucro operacional. Isso porque, as operações de captação e de aplicação de recursos são realizadas com os próprios sócios, ou com outras instituições mas em nome deles. Considerando que as cooperativas existem para prestar serviços aos sócios, elas devem ter condições de oferecer-lhes tais serviços de forma vantajosa (PHILLIPS, 1953; PINHO, 1977).

Sendo assim, os cooperados sócios dessas organizações deveriam observar vantagens na transação financeira com elas em comparação a alternativas disponíveis no mercado. Isso, seja devido a custos menores para empréstimos, retornos maiores para depósitos, tarifas menores para serviços, ou ainda devolução de eventuais resíduos operacionais (sobras), entre possivelmente outros benefícios diferenciais possíveis (KALUF, 2005).

Considerando serem os benefícios financeiros diferenciais parte das razões que asseguram a continuidade de cooperativas de crédito – a ser explicada em termos de menores custos de contratação e propriedade (HANSMANN, 1988, 1996) –, então a manutenção deles deve estar entre os objetivos dessas organizações. Não obstante, a manutenção desses benefícios deve ser equalizada com manutenção de condições de continuidade dessas organizações, o que normalmente implica em determinado ritmo de crescimento e busca constante por consolidação, isto é, esforço contínuo para manter liquidez, solvência, endividamento e riscos operacionais controlados e próximos a parâmetros estabelecidos pelos respectivos dirigentes.

Um conjunto de decisões gerenciais com impacto tanto sobre os benefícios diferenciais oferecidos por cooperativas de crédito, quando sobre seus fundamentos de continuidade diz respeito à geração e à distribuição dos resultados líquidos operacionais – sobras em se tratando de cooperativas. Por meio delas, tem-se à disposição recursos passíveis de serem capitalizados no patrimônio líquido da cooperativa – disponíveis para aumento de capital de giro ou para aumento de ativos permanentes – ou ainda passíveis de serem devolvidos aos cooperados. Ou seja, tendo-se sobras ao final de cada exercício, têm-se recursos para fortalecimento da organização cooperativa e para distribuição aos sócios cooperados.

De modo geral, geram-se sobras ao longo das operações, adicionando-se margem operacional sobre o montante de custos administrativos a serem rateados entre os cooperados. No caso das operações de intermediação financeira, a diferença entre os valores pagos aos poupadores e cobrados dos tomadores compõe um montante destinado a cobrir os custos operacionais e ainda a formar um resíduo operacional, o *spread*. No caso de operações bancárias diversas, como pagamentos de títulos, compensação de documentos, manutenção de contas e contratação de operações de crédito, cobram-se tarifas por serviços visando os custos operacionais assim como a formação do resíduo operacional. Ou seja, no decorrer das operações, buscam-se sobras nos montantes coletados para fazer frente às despesas incorrentes (WISNIEVSKI, 2004; COLLI; FONTANA, 1996).

A partir de determinados limitantes legais (BRASIL, 1971), cada cooperativa estabelece em estatuto ou define em assembléia geral o padrão de distribuição das sobras líquidas de cada exercício. Essa distribuição é definida a partir do estabelecimento de três critérios, três decisões demandadas aos gestores da organização: destinação das sobras para reservas e fundos indivisíveis, rateio das sobras a serem devolvidas aos cooperados, e forma efetiva de devolução dessas sobras rateadas.

Primeiro, decide-se quanto das sobras destinar a reservas indivisíveis, de propriedade de toda a sociedade cooperativa, e quanto destinar para devolução aos cooperados. Nesse caso, respeitam-se as destinações mínimas obrigatórias definidas na legislação cooperativista brasileira – reserva legal e Fundo para Assistência Técnica, Educacional e Social (BRASIL, 1971) – bem como as definidas nos estatutos das cooperativas.

Em seguida, caso não se tenha alocado a totalidade das sobras a destinos coletivos indivisíveis, define-se regra para rateio do *spread* da intermediação financeira entre os cooperados poupadores e tomadores. A lei cooperativista brasileira (BRASIL, 1971) determina que sobras líquidas sejam rateadas aos cooperados proporcionalmente às operações realizadas; assim deve ser também em cooperativas de crédito. Entretanto, a diferença entre os valores pagos pelos depósitos e recebidos pelos empréstimos, o chamado *spread* da intermediação financeira, é formado pela composição de duas operações financeiras, não sendo possível associá-la a um único cooperado para servir de base ao rateio das respectivas sobras. Trata-se de um conflito natural existente em cooperativas de crédito, não existindo em outros tipos de sociedades cooperativistas (SPENCER, 1996).

Para uma melhor descrição desse problema característico de cooperativas de crédito, suponham-se três situações diferentes. Primeiro, suponha-se de forma extrema que, para

emprestar recursos aos cooperados, a cooperativa opte por captá-los integralmente de terceiros, por exemplo recebendo repasses de crédito rural de outros bancos. O *spread* nesse caso é formado pela diferença entre os valores recebido dos cooperados e devido aos terceiros; sobrando recursos após a subtração dos respectivos custos operacionais, o rateio entre os cooperados pode ser feito dividindo-se o montante de sobras proporcionalmente aos montantes emprestados a cada um.

Em outro extremo, a segunda suposição seria a da cooperativa trabalhar somente captando depósitos dos cooperados e não realizando operações de crédito com eles, mas aplicando a totalidade dos recursos em outras instituições financeiras. Poderia nesse caso obter boa remuneração pelos recursos aplicados, formando o *spread* pela diferença entre essa remuneração recebida e o valor pago aos cooperados. Havendo sobras operacionais, faz-se o rateio aos cooperados pela divisão desse valor proporcionalmente aos valores captados de cada um.

Vê-se que nas duas situações extremas apresentadas, o *spread* financeiro é formado por meio de operações com somente um grupo de cooperados, sejam tomadores ou poupadores de recursos, respectivamente. O cálculo do rateio das sobras em relação às operações dos cooperados é facilitado, pela possibilidade de utilização da proporcionalidade entre total de recursos emprestados ou captados em operações com os cooperados e total de sobras líquidas geradas.

Numa terceira situação, intermediária entre as duas e possivelmente a mais comum em cooperativas de crédito, captam-se recursos de cooperados poupadores, e de outras instituições financeiras, e emprestam-se a cooperados tomadores, bem como aplicam-se também em outras organizações. Nesse caso, o *spread* é formado devido a operações com dois tipos diferentes de cooperados. Eventual sobra desse montante só poderá ser rateada proporcionalmente aos cooperados se se decidir quanto será alocado aos tomadores e quanto aos poupadores. Qualquer que seja o critério adotado, haverá sempre o risco de incorreção em relação à real contribuição de cada lado da intermediação à diferença observada.

A regra para rateio das sobras advindas do *spread* deverá então ser definida em cada cooperativa, por seus gestores, seus dirigentes e em assembléia geral de cooperados. Ressalta-se que, por meio dessa definição, podem-se estimular diferencialmente operações de depósitos ou de empréstimos entre os cooperados, o que poderia significar impactos diferenciados na percepção deles a respeito do atendimento pela cooperativa de suas demandas.

Voltando-se às decisões demandas aos gestores das cooperativas em relação à distribuição dos resultados, uma vez decidido sobre reservas e provisões indivisíveis e sobre rateio da parte devida à intermediação financeira, decide-se então sobre a forma de devolução aos cooperados da parte que lhes for destinada, se em depósito em conta corrente ou em integralização no capital social.

A parte em capital social é também integralizada no patrimônio líquido da cooperativa, como as reservas indivisíveis citadas acima, mas de forma individual aos cooperados. Tais montantes transferidos ao patrimônio líquido subsidiam decisões de investimento da cooperativa, sejam referentes a capital de giro, para suportar operações de crédito por exemplo, sejam referentes a ativo permanente, para suportar crescimento da organização como outro exemplo.

A parte destinada à devolução direta nas contas correntes dos cooperados, por outro lado, é passível de utilização imediata por eles, podendo ser retirada, alocada em depósitos a prazo ou mesmo integralizada no capital social da própria cooperativa. De qualquer forma, tratam-se de decisões a serem tomadas individualmente pelos cooperados, diferentemente do que acontece quando as sobras são alocadas diretamente ao patrimônio líquido ou a provisões indivisíveis em que a decisão para sua utilização será então colegiada.

Em cada um dos casos, no entanto, sejam as sobras destinadas a reservas indivisíveis, a fundos para aplicação no desenvolvimento dos cooperados e empregados, às contas capital social ou correntes, melhoram-se possivelmente alguns dos elementos diferenciadores das cooperativas em comparação a alternativas do mercado, seja a capacidade delas para realizar operações de crédito, a área de abrangência para captação de depósitos, a solidez organizacional, a competência para a realização de negócios com terceiros em nome dos cooperados, o investimento no desenvolvimento humano dos cooperados, ou ainda a devolução do resíduo operacional, exclusividade de organizações cooperativas (KALUF, 2005).

Sendo assim, supõe-se haver impacto dos resultados de tais decisões sobre a percepção dos cooperados em relação às respectivas cooperativas, impacto este a repercutir no desempenho da organização. Ou melhor, considerando o possível incentivo à cooperação dado pelos resultados das decisões tomadas em relação à distribuição das sobras das cooperativas, espera-se então impacto positivo também sobre o desempenho da organização.

Tratam-se de suposições sobre a dinâmica de cooperativas de crédito: primeiro, que as decisões sobre a distribuição das sobras, entre destinos divisíveis ou indivisíveis, exigíveis ou inexigíveis, causariam impactos positivos sobre algum elemento de vantagem comparativa dessas organizações, seja em termos financeiros, em termos organizacionais, ou em termos cooperativistas. Segundo, supõe-se que tais impactos seriam percebidos pelos cooperados, também de forma positivo, e que – terceira suposição – eles seriam incentivados a incrementar suas atividades de cooperação, trabalhando com a cooperativa com mais frequência e com maiores volumes de recursos envolvidos. Por fim, supõe-se ainda que, a partir do aumento das atividades de cooperação dos cooperados, melhorar-se-ia o desempenho da entidade, um indicador do bom desempenho da sociedade cooperativista como um todo, haja vista o efeito circular em relação às demais suposições.

No presente trabalho, pretende-se explorar essa dinâmica do crédito cooperativista e estudar alguns elementos da relação dessas organizações com seus cooperados, especialmente no que tange à destinação dos resíduos financeiros produzidos nas operações. Tem-se um propósito inicializador, partindo-se de observações brutas sobre as relações indicadas e quiçá sugerindo-se caminhos à lapidação do conhecimento e à compreensão delas.

A contabilidade é utilizada na pesquisa especialmente devido à habilidade que proporciona ao tratamento a posteriori de dados compilados a partir de resultados de decisões gerenciais tomadas e executadas. Assim, são utilizados dados e técnicas contábeis para embasar a caracterização e a descrição de transações econômicas entre cooperativas e seus cooperados, a partir das quais se estuda a relação entre padrão de distribuição de resultados e desempenho organizacional.

A utilização da contabilidade para isso, na forma de exploração documental, parte do pressuposto implícito de que a disponibilização de tais informações – seja de forma pública ou interna, ampla aos cooperados e à comunidade ou restrita – tem impacto sobre a percepção dos cooperados em relação à cooperativa, servindo como dispositivo de controle à disposição dos gestores no esforço de coordenação da atuação deles.

1.1 Objetivos

Considerando a exposição inicial sobre cooperativas de crédito, resume-se a inquietação originária ao esforço de pesquisa na seguinte questão: *Há padrões diferenciados e tipificáveis de distribuição de resultados aos cooperados que impactem o desempenho organizacional de cooperativas de crédito?*

Da questão-problema apresentada, foi então definido um objetivo geral à pesquisa, circunscrito em dois objetivos específicos:

OBJETIVO GERAL: *Propor um modelo para tipificação de cooperativas de crédito com base nos padrões de distribuição de resultados aos cooperados.*

ESPECÍFICOS:

- Propor um modelo para ajuste e mensuração de sobras totais geradas em cooperativas de crédito e utilizá-lo para analisar os padrões de distribuição de resultados aos cooperados.
- Analisar a rentabilidade de cooperativas de crédito de acordo com os tipos descritos de distribuição de resultados.

Sugere-se como hipótese que o padrão de distribuição de resultados aos cooperados, seja devolvido em conta corrente, integralizado no capital social ou destinado a reservas indivisíveis, é tipificável e tem impacto sobre o desempenho geral dessas organizações. Sendo assim, os gestores dessas organizações decidem sobre o padrão de distribuição de resultados aos cooperados visando a manter níveis adequados de desempenho organizacional.

1.2 Conteúdo

O restante do trabalho está dividido em três partes. Primeiramente são apresentados conceitos relevantes ao estudo de cooperativas e da questão sobre distribuição de resultados aos cooperados. É apresentada uma discussão teórica sobre firmas cooperativas e sobre a possibilidade de se estabelecerem incentivos contratuais que possibilitem a coordenação da atuação dos cooperados; em seguida, uma breve discussão sobre características de sistemas de controle gerencial aplicáveis nessa situação.

Ainda na seção teórica, são apresentados conceitos necessários em relação a instituições financeiras e à atividade de intermediação financeira que realizam com seus usuários; alguns métodos para cálculo do *spread* de taxas de juros dessa atividade são descritos.

Especificamente sobre cooperativas de crédito, discute-se logo em seguida, sendo caracterizadas como instituições financeiras captadoras de depósitos à vista. Algumas especificidades delas em comparação a instituições não cooperativas são apresentadas, especialmente em relação ao conflito natural existente entre seus cooperados poupadores e

tomadores. Por fim, uma breve apresentação sobre a organização do cooperativismo de crédito no Brasil e sobre aspectos contábeis e legais de sociedades cooperativas no país.

No terceiro capítulo, é realizada efetivamente a pesquisa proposta, apresentando-se primeiramente a metodologia descrita para isso. São descritos o modelo para tipificação de cooperativas de crédito em função do padrão de distribuição dos resultados aos cooperados, bem como os procedimentos de coleta e de análise dos dados. A descrição da amostra de cooperativas de crédito selecionada para a pesquisa é apresentada em seguida.

Ainda nesse capítulo, são apresentados os resultados das análises propostas, tanto em termos de tipificação, quanto de caracterização das organizações, *spread* da intermediação financeira e rentabilidade das organizações.

Por fim, no quarto e último capítulo, são apresentadas as considerações finais sobre a pesquisa, concluindo pelo cumprimento do objetivo e pela apresentação de considerações diversas sobre os resultados obtidos.

2 Cooperativas de crédito como instituições financeiras

Cooperativas de crédito são um tipo específico de instituições financeiras captadoras de depósito à vista; atuam similarmente a bancos comerciais, realizando intermediação financeira entre seus usuários e atendendo demandas por compensação de documentos e pagamentos de contas.

Não obstante, elas são também organizações cooperativas, organizadas a partir do interesse de seus membros em realizar determinados tipos de operações de forma autônoma e coletiva, ao invés de utilizarem alternativas disponíveis no mercado.

Ambos tipos de atributos caracterizam essas organizações, devendo-se descrevê-los para subsídio à discussão sobre distribuição de resultados aos cooperados. Essas descrições são apresentadas nas seções do referencial teórico, a seguir.

2.1 Firms cooperativas e incentivos contratuais

Uma organização cooperativa resulta da associação de um grupo de pessoas – firmas individuais – visando à realização de negócios comuns; elas se unem voluntariamente no estabelecimento e na operação de uma estrutura comum que funcione como parte integrante de suas próprias atividades econômicas. Essas pessoas estabelecem assim acordos multilaterais entre si, de modo que suas firmas individuais funcionem de forma coordenada por meio da estrutura comum (PHILLIPS, 1953).

Assim, por exemplo, produtores rurais deixam de buscar crédito com instituições financeiras atuantes no mercado, para fazer isso entre si, por meio de uma cooperativa; organizam uma firma para captar recursos no mercado, via mecanismos não disponíveis a pessoas físicas diretamente, e então lhes emprestar para o financiamento de suas atividades. Ou ao contrário, podem utilizar a estrutura comum para aplicar superávits financeiros de suas atividades, ao invés de fazer isso com outras instituições no mercado. Isso, não só no ambiente rural, mas também no urbano, a partir do interesse de grupos de pessoas em estruturarem entre si mecanismos próprios de poupança e crédito.

Firms cooperativas não apresentam, então, vida econômica ou propósito além da participação nas unidades econômicas que a compõem (PHILLIPS, 1953). Sendo firmas de propriedade dos respectivos usuários, sejam eles os fornecedores de seus insumos, consumidores de seus produtos, ou ainda seus próprios trabalhadores, têm portanto

finalidades, respectivamente, de auxílio à atividade econômica empresarial, de satisfação de necessidades comuns, ou de auxílio ao exercício profissional comum (PINHO, 1977).

Organizações cooperativas representam um modelo típico para organização de transações econômicas, assim como sociedades empresariais, empresas públicas, associações, e fundações sem fins lucrativos podem ser citados como outros exemplos. Uma das características diferenciais desses modelos refere-se a quem detém direitos de propriedade sobre cada respectivo tipo de firma. Direitos de propriedade referem-se aos fluxos de caixa residuais das operações da firma – resíduo financeiro após ter-se remunerado todos os demais agentes envolvidos com ela – e sobre os resíduos de controle sobre seus ativos – direito em última instância de dispor dos ativos da firma, inclusive excluindo outrem de sua utilização (FAMA; JENSEN, 1983a; BARON, 2007).

Sob esse critério, diferenciam-se firmas de acordo com a classe de agentes, ou melhor, de acordo com a classe de *patrons* que detém tais direitos de propriedade. “*Patron*” em inglês pode significar “consumidores” ou “clientes”, bem como “patrão” ou “proprietário” de um estabelecimento. Na discussão sobre propriedade da firma, é usado para indicar quaisquer pessoas que transacionam com a firma, seja como consumidores de seus produtos ou fornecedores de algum de seus fatores de produção, inclusive capital (HANSMANN, 1988, 1996); ou seja, representa todas as classes de pessoas que sustentam de alguma forma a firma.

Assim, firmas de propriedade dos investidores de capital, dos trabalhadores, dos produtores/fornecedores de insumos, ou dos consumidores dos produtos, entre outros, existiriam pois, em cada caso, a uma das classes de *patrons* estariam associados altos custos de contratação no mercado da transação econômica específica que a caracteriza; esse alto custo criaria o incentivo para que aquela classe detivesse a propriedade de tal firma (HANSMANN, 1988, 1996).

Seria esta então uma das razões à organização de cooperativas, pois os fornecedores, consumidores ou trabalhadores – a partir de agora, os “membros” da cooperativa ou os “cooperados”, em substituição a “*patron*” – poderiam guardar para si os custos que incorreriam caso não se organizassem de tal forma e tivessem que contratar as mesmas transações – fornecimento de insumos, consumo de produtos ou alocação de trabalho, respectivamente – no mercado ou em contratos com outras firmas.

Entretanto, uma vez reivindicados direitos sobre os resíduos financeiros e de controle da firma, àquela classe de *patron* incorrem outros tipos de custos, inerentes à propriedade

(HANSMANN, 1988, 1996). Primeiramente, devem se manter informados sobre as operações da firma, devem trocar informações entre si e tomar decisões em conjunto e então devem induzir os gestores da firma a realizarem aquelas decisões – aos *patrons* proprietários, incorrem então custos de monitoramento, tanto das operações, quanto dos outros proprietários e dos gestores.

Segundo, os *patrons* que dividem a propriedade da firma devem estabelecer um mecanismo para tomada coletiva de decisões (HANSMANN, 1988, 1996). Nesse processo, caso haja divergência entre os interesses dos proprietários em relação a ela e se busque acomodá-los por meio de uma decisão mediana, poderão incorrer custos consideráveis à eficiência, seja em comparação à situação de convergência de interesses entre os *patrons* – situação esperada em firmas de propriedade de investidores – ou em comparação à alternativa de contratação no mercado das transações realizadas por meio da firma – situação em que na verdade não existiria a firma.

Os *patrons* que detêm a propriedade da firma suportam ainda um terceiro tipo de custo por isso, devido ao risco do empreendimento (HANSMANN, 1988, 1996). Esse custo é efetivado no recebimento, ou eventualmente no aporte, dos fluxos de caixa residuais da firma, comparativamente também às situações alternativas disponíveis a eles.

Não obstante os custos de propriedade, possivelmente maiores em firmas de propriedade de *patrons* como consumidores, fornecedores ou trabalhadores do que em firmas de propriedade de investidores, ainda assim a evidência mostra que firmas cooperativas são organizadas entre aquelas classes de membros. Isso porque, tais custos são ainda menores do que os custos de contratação no mercado das mesmas transações, devido especialmente ao poder de mercado detido pelas firmas que alternativamente seriam as contra-partes nas transações econômicas. Ou seja, pessoas decidem pela organização de uma firma cooperativa como extensão de parte de suas atividades econômicas – para auxílio à atividade econômica empresarial, ou à satisfação de necessidades comuns, ou para auxílio ao exercício profissional – visando a eliminar os custos de contratação no mercado dessas mesmas transações; fazem isso mesmo considerando que passarão a suportar custos devidos à propriedade de tal firma.

Sendo então os proprietários da firma cooperativa organizada para encaminhamento de parte de suas atividades econômicas, os cooperados passam então a desempenhar diferentes papéis no âmbito de suas cooperativas, tanto como usuários dos serviços (fornecedores dos insumos, consumidores dos produtos, ou ambos), quanto como gestores, dirigentes e

investidores (LAZZARINI et al., 1999; BIALOSKORSKI NETO, 1998, 2006; RODRIGUES, 2001).

Um arranjo organizacional genérico de organizações cooperativas pode ser visto na Figura 2.1, a seguir, desenhado a partir da verificação das relações típicas existentes em sua estrutura (BIALOSKORSKI NETO, 1998). Nessa descrição estilizada, são identificados os diferentes papéis exercidos pelos cooperados, de acordo com as diferentes relações do tipo principal-agente existentes nessas organizações.

Figura 2.1. Relacionamentos de agenciamento em cooperativas (BIALOSKORSKI NETO, 1998, p. 207).

Nesse modelo, são identificados dois tipos genéricos de participantes, o principal e o agente, e três relações de agenciamento, que levam os cooperados a desempenharem os diferentes papéis indicados. Nessas relações, o agente é contratado ou demandado pelo principal para efetivação de algum resultado em seu nome, em troca de recompensas mutuamente acordadas; há nessa relação transferência de responsabilidades e, por conseguinte, de poderes de decisão, do principal para o agente.

Na relação “A”, o quadro social da cooperativa, reunido em *assembléia geral* e exercendo portanto máximo poder de decisão na organização, atua como principal e delega

responsabilidades a um grupo de *gestores*, os agentes (BIALOSKORSKI NETO, 1998). Parte dos gestores são também cooperados, haja vista a obrigatoriedade da sociedade ser administrada por diretoria ou conselho de administração composta exclusivamente por cooperados eleitos pela assembléia geral (BRASIL, 1971, art. 47).

Na relação “B”, tem-se a cooperativa, por meio de seus *gestores*, atuando como principal e demandando a participação dos *usuários* de modo a garantir qualidade no cumprimento de seus objetivos e de fomentar interesse pelo negócio cooperativo (BIALOSKORSKI NETO, 1998).

Por fim, na relação “C”, os cooperados se comportam como *investidores*, tendo investido capital num determinado empreendimento e a esperar retorno dele. Atuam então como principal em relação também aos *gestores*, novamente agentes nesse caso (BIALOSKORSKI NETO, 1998).

Especificamente à relação “B”, observa-se que os cooperados-usuários devem ser incentivados a atuar com determinado nível de conformidade em relação à sociedade cooperativa como um todo, haja vista a característica de sistema estritamente coordenado (ZYLBERSZTAJN; FARINA, 1999) expressa por organizações cooperativas (BIALOSKORSKI NETO, 2000).

Por exemplo, em cooperativas de crédito, existe um esforço por parte dos gerentes e empregados dos postos de atendimento cooperativo (PACs) visando a estimular a utilização dos serviços da cooperativa pelo cooperados. Isso, considerando a quantidade de operações – estímulo à fidelidade do cooperado com a cooperativa – mas também a qualidade dos contratos – acompanhamento do nível de risco agregado à instituição a cada operação dos cooperados.

Assim, esforços gerenciais – os principais nessa relação – para manutenção e monitoramento da relação contratual de cooperação são direcionados visando à coordenação da atividade dos cooperados-usuários – os agentes.

Uma forma de incentivar os esforços dos cooperados em relação à cooperativa é por meio dos preços das transações econômicas com eles (BIALOSKORSKI NETO, 2000), considerando a vantagem esperada em comparação à alternativa de contratação no mercado da mesma transação. Outro tipo de incentivo advém da possibilidade de devolução aos próprios cooperados de parte das sobras operacionais geradas a partir das transações com eles. Esses resíduos operacionais são chamados de sobras e não lucros, já que são ajustes a

posteriori nos preços das transações entre a cooperativa e os cooperados, já indicados acima como incentivos contratuais à cooperação.

No caso de cooperativas de crédito, por exemplo, são três as formas de alocar benefícios aos membros, de forma a incentivar a cooperação: maior taxa de retorno aos depósitos, menor taxa de juros pelos empréstimos e sobras (EMMONS; SCHMID, 2000).

Por exemplo em relação às taxas de juros aplicadas nas operações de crédito, uma pesquisa realizada pela Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), comparando os valores médios em três tipos de produtos dessas organizações em relação a bancos e outras instituições financeiras, verificou uma vantagem das cooperativas em todos eles (OCB, 2007b). No Gráfico 2.1, abaixo, a representação desse comparativo.

Gráfico 2.1. Comparação das taxas de juros médias cobradas nas diferentes modalidades de empréstimos, de acordo com tipo de instituição financeira (OCB, 2007b).

No caso das sobras, entretanto, vale ressaltar que a distribuição delas em cooperativas tem diferenças em relação à distribuição de dividendos em empresas de propriedade de investidores (HICKS et al., 2007). Nestas, a remuneração do investimento – e ao risco absorvido por eles – pode ocorrer tanto pelo recebimento de dividendos periódicos, quanto pela valorização das ações no mercado (ASSAF NETO, 2005).

Em cooperativas, por sua vez, a remuneração do investimento dos cooperados, assim como a premiação pelo risco, não ocorre dessas maneiras, tanto por questões legais quanto doutrinárias (BIALOSKORSKI NETO, 2000). Isso porque, não são pagos dividendos sobre o

capital investido. Quando há resíduos operacionais nessas organizações (“sobras”), o rateio é feito proporcionalmente às operações que os cooperados realizaram com a cooperativa naquele exercício; o montante de quota-parte integralizado pode compor o cálculo do rateio, mas como um componente entre os diferentes tipos de operações considerados. Ainda, parte somente das sobras é dividida aos cooperados, pois outra parte é alocada em reservas e provisões indivisíveis, pertencentes a toda a sociedade coletivamente (REIS JÚNIOR, 2006; BRASIL, 1971).

Ainda, não há ganhos por meio de valorização das quotas-parte, haja vista não haver um mercado secundário onde sejam transacionadas (BIALOSKORSKI NETO, 2000). A entrada de novos cooperados se dá por processo administrativo via conselho de administração. Ao se autorizar a adesão, aumenta-se o capital social no valor da quota-parte a ser integralizada, emitindo-se respectivamente um novo título de sócio. Por outro lado, a devolução desse capital investido pelos cooperados somente é feita quando da demissão deles do quadro social, devendo também passar pelo conselho a deliberação quanto à forma para essa devolução. Não há portanto ações da cooperativa a serem transacionadas, não havendo por conseguinte um valor a oscilar e não permitindo então que investidores comprem ou vendam visando a ganhos com a valorização.

Por fim, há limite legal para pagamento de juros sobre capital próprio, instituído na lei cooperativista em até 12% ao ano sobre a parte integralizada (BRASIL, 1971, art. 24, parágrafo 3º).

Enfim, não ocorre em organizações cooperativas a remuneração ao risco dos cooperados, pelo menos não daquelas formas reconhecidas em firmas de propriedade de investidores – recebimento de dividendos e/ou valorização do investimento. Isso gera uma especificidade dessas organizações em relação aos direitos de propriedade detidos pelos cooperados: esses direitos não são claramente definidos para eles, levando a conflitos entre os usuários (COOK, 1995; COOK; ILIOPOULOS, 2000) e a ineficiências dessas organizações (NILSSON, 2001; JENSEN; MECKLING, 1979).

Esses conflitos entre os usuários em relação aos direitos de propriedade que detêm sobre os resíduos financeiros e de controle da firma cooperativa podem ser agrupados em cinco tipos de problema: “caroneiro” (*“free rider problem”*), horizonte, portfólio, controle e custos de influência (COOK, 1995). Dentre esses problemas típicos de organizações cooperativas, o do horizonte de investimentos e o do portfólio parecem especialmente relevantes na discussão sobre devolução de sobras aos cooperados.

O problema do horizonte se refere a um desincentivo aos cooperados em investimentos de longo prazo. Ele ocorre quando os cooperados demandam dos dirigentes e gestores da cooperativa a realização do resultado dos investimentos em prazo menor do que seria possível explorá-los, diminuindo portanto o potencial de ganho com aqueles ativos. Os cooperados fazem isso por meio de pressão à destinação de maior parcela do fluxo de caixa para benefício a eles mesmos, bem como à aceleração da distribuição de resultados em detrimento da retenção de capital (COOK, 1995; COOK; ILIOPOULOS, 2000).

De forma similar, o problema do portfólio também deprime a capacidade da cooperativa para incorrer em investimentos de longo prazo. Esse problema ocorre quando parte do quadro social, menos disposto a correr riscos nos negócios, pressiona para a manutenção de portfólio de investimento de menor risco, mesmo que à custa de menores níveis de rentabilidade (COOK, 1995; COOK; ILIOPOULOS, 2000).

Algumas sugestões foram propostas para solucionar esses problemas, como o estabelecimento de um mercado secundário para as quotas-parte das cooperativas, ou a definição de um plano de devolução do capital (COOK; ILIOPOULOS, 2000), ou ainda o ajustamento dos direitos de propriedade nas cooperativas conforme algum dos modelos discretos sugeridos para isso, entre eles inclusive a alternativa da conversão para uma firma de propriedade de investidores (CHADDAD; COOK, 2004; NILSSON, 2001).

Não solucionando-se os problemas, entretanto, uma forma tradicional de convivência com eles é por meio da retenção dos ganhos nas formas de capital social divisível aos cooperados e de patrimônio líquido indivisível, garantindo-se assim recursos para investimento. Isso, do lado dos gestores das cooperativas, sendo que do lado dos cooperados a preferência seria pela realização imediata dos ganhos nas transações realizadas por meio da cooperativa (FRONZAGLIA; BIALOSKORSKI NETO, 2000).

O balanceamento entre realização imediata dos ganhos nas transações e realização posterior, quando da devolução das sobras, bem como o balanceamento entre retenção e distribuição dos ganhos, isto é, aumento dos investimentos versus incentivo aos cooperados, respectivamente, passam então a compor a agenda dos gestores dessas organizações.

A retenção dos ganhos primeiramente – margem operacionais nas operações – para devolução parcial em momento posterior pode ser uma estratégia importante na gestão dessas organizações. Assim, forma-se uma sobra para ser direcionada a destinos diversos da organização, tanto para investimento na manutenção, consolidação e crescimento da entidade,

quanto para remuneração ao esforço de cooperação dos membros. Conforme apresentado por Meurer e Marcon (2007), os cooperados buscam concomitantemente melhores e mais baratos serviços da cooperativa, em comparação às alternativas de mercado, bem como retorno financeiro do investimento na cooperativa.

A descrição de sistemas de controle gerencial específicos pode ser uma forma de garantir esses balanceamentos.

2.2 Sistemas de controle gerencial e gestão de contribuições individuais

Uma forma de analisar firmas é sob a visão de estruturas formais montadas para aglutinar um conjunto de relações contratuais entre indivíduos (JENSEN; MECKLING, 1976). Há razões para a aglutinação de relações contratuais em firmas, em oposição à contratação diretamente no mercado das transações econômicas que elas encaminham. Essas razões podem ser explicadas especialmente em relação aos custos para realização dessas transações de uma ou de outras formas, gerando inclusive relações discretas entre custos de transações e formas de governança estruturadas para minimizá-los (WILLIAMSON, 1981).

A contabilidade pode ser encarada como um instrumento à regulação e à imposição dessas relações contratuais entre os indivíduos; ela faria isso por meio do cumprimento de algumas funções. Primeiramente, ela mensura e registra a contribuição de cada agente ao conjunto total de recursos da firma, possibilitando a comparação com o previamente contratado. Em seguida, a contabilidade informa a recompensa devida a cada agente, em função do contrato estabelecido e, quando possível, da contribuição previamente avaliada (SUNDER, 1997).

Especificamente em relação à contabilidade gerencial, ela surge da necessidade das organizações de subsidiar com informações seus processos de coordenação e motivação. Demandam-se informações sobre as atividades da organização para que os gestores possam coordená-las adequadamente; demandam-se ainda informações sobre o desempenho deles e dos demais indivíduos envolvidos com ela, para que possam ser estabelecidos mecanismos adequados de motivação (LOPES; MARTINS, 2005).

Sendo assim, a contabilidade gerencial em cooperativas, especificamente na relação do tipo “B” indicada anteriormente – gestores da cooperativa atuam como principal numa relação de coordenação em que os cooperados são os agentes – poderia mensurar a contribuição dos cooperados ao *pool* de recursos geral, sendo-lhes informado em seguida a participação respectiva sobre os ganhos, ao mesmo tempo em que poderia subsidiar o esforço de

coordenação dos gestores. Essas funções desempenhadas pela contabilidade em cooperativas serviriam então como facilitadores na realização dos contratos de cooperação estabelecidos entre seus membros.

O cumprimento dessas funções, por sua vez, seria efetivado por meio de sistemas de controle gerencial, desenvolvidos para subsidiar as ações de gestores e visando a direcionar os esforços dos indivíduos envolvidos na organização para as estratégias definidas para ela (KAPLAN; ATKINSON, 1998; ANTHONY; GOVINDARAJAN, 2002). Ou melhor, sistemas de controle gerenciais seriam desenhados como soluções eficientes para os problemas de incentivo e de *enforcement* criados pela existência de relações contratuais numa firma e pela necessidade de contribuições individuais a um *pool* de recursos comuns (SPEKLÉ, 2001). Sendo assim, características dessas relações contratuais seriam determinantes à estrutura dos sistemas de controle.

Três variáveis foram propostas à análise das relações contratuais existentes internamente às firmas (SPEKLÉ, 2001), similarmente ao modelo desenvolvido por Williamson (1991) para justificação das estruturas discretas de governança. São elas 1) o nível de incerteza ex-ante em relação às contribuições desejadas, 2) o nível de especificidade dos ativos envolvidos nessas contribuições (competências humanas) e 3) o impacto de informações disponibilizadas posteriormente ao esforço do agente (SPEKLÉ, 2001).

Incerteza numa relação contratual ocorre quando não se consegue uma programação ex-ante adequada sobre as contribuições dos agentes ao desempenho geral da organização. Seja qual for a fonte dessa incerteza, deve haver flexibilidade para adaptações dos envolvidos e ajustes contratuais à medida que os eventos acontecem e as informações vão sendo disponibilizadas.

Atividades permeadas em baixo nível de incerteza, isto é, atividades programáveis, sobre as quais a organização possui ex-ante conhecimento suficiente para decidir sobre o caminho sobre o qual devem ser executadas permitem uma articulação razoavelmente completa sobre as contribuições esperadas dos indivíduos envolvidos na organização. Assim, a contratação dessa contribuição pode ser razoavelmente completa. Controle, nesse caso, seria esperado de tipo mais prescritivo e autoritário, descrevendo regras de conduta e instruções específicas, bem como concordância prévia com elas (SPEKLÉ, 2001).

Em relação à especificidade dos ativos humanos envolvidos nesse processo, trata-se da possível perda de valor quando da alocação dos ativos em atividades alternativas à

previamente designada. Nesse caso, os principais ativos envolvidos são as competências individuais alocadas para cada atividade na organização.

Baixa especificidade de ativos implica que a contribuição necessária é de caráter geral e não desenhada especificamente para a organização. Diferentemente do sugerido há pouco sobre a estrutura de controle e independentemente do impacto das informações ex-post (terceira variável), uma relação contratual tipicamente de mercado poderia governar esse tipo de contribuição (SPEKLÉ, 2001). Isso porque, nessa situação pode-se tolerar alto nível de incerteza, não sendo necessária a programação ex-ante das contribuições desejadas; a adaptação às alterações ex-post aconteceria automaticamente, um “resultado irresistível do processo competitivo” (ibid., p. 429). Nesse caso, entretanto, controle de relações contratuais via mercado estaria fora do escopo de estruturas de controle gerencial.

Não é o caso de especificidade moderada de ativos, como ocorre na relação do tipo “B” de organizações cooperativas. Nessa relação, tem-se de um lado a possibilidade de livre entrada e saída de indivíduos da situação de cooperados, o que aproximaria a relação de uma governança de mercado; por outro lado, as interações dos cooperados no âmbito da cooperativa são de frequência considerável, gerando a oportunidade ao exercício do controle por parte dos gestores. É o caso do arquétipo do controle “à distância do braço” (“*arm’s length control*”), proposto por Speklé (2001).

A relação contratual seria do tipo híbrida, intermediária às relações de mercado e hierárquica, mas com características próprias (WILLIAMSON, 1991). Ou seja, ela existiria entre indivíduos autônomos, porém ligados em uma relação de longo prazo devido a possíveis ganhos a partir de investimentos específicos. Nessa relação, o controle se daria por meio de mecanismos de “aprisionamento” (“*hostage arrangements*”), em que haveria a transferência de ativos ou a realização de investimentos em que o custo total somente seria recuperado quando da execução com sucesso e integral do contrato (SPEKLÉ, 2001).

A devolução de sobras aos cooperados, ou melhor, a revisão ex-post dos benefícios oferecidos aos cooperados pelo esforço de cooperação pode ser um exemplo de mecanismo de aprisionamento, instituído por dirigentes dessas organizações visando ao desempenho da organização como um todo.

2.3 Instituições financeiras e *spread*

O Sistema Financeiro Nacional (SFN) brasileiro é composto por diversos tipos de organizações, entre órgãos normativos e entidades supervisoras e operadoras (BACEN,

2008c). Instituições financeiras são entidades operadoras e sujeitas à supervisão do Banco Central do Brasil (BACEN), podendo ser ou não captadoras de depósitos à vista. No Quadro 2.1, abaixo, está ilustrada a composição do SFN, e na Tabela 2.1 estão apresentados os dados das quantidades de instituições financeiras atuantes no país, de 2001 a 2007.

Quadro 2.1 - Composição do Sistema Financeiro Nacional (SFN).

Órgãos normativos	Entidades supervisoras	Operadores			
Conselho Monetário Nacional (CMN)	Banco Central do Brasil (BACEN)	instituições financeiras captadoras de depósitos à vista	demais instituições financeiras bancos de câmbio	outros intermediários financeiros e administradores de recursos de terceiros	
	Comissão de Valores Mobiliários (CVM)	bolsas de mercadorias e futuros	bolsas de valores		
Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP)	Superintendência de Seguros Privados (Susep)	IRB-Brasil Resseguros	sociedades seguradoras	sociedades de capitalização	entidades abertas de previdência complementar
Conselho de Gestão da Previdência Complementar (CGPC)	Secretaria de Previdência Complementar (SPC)	entidades fechadas de previdência complementar (fundos de pensão)			

FONTE: BACEN (2008c)

Tabela 2.1 - Quantidades de instituições financeiras, por segmento de atividade (dados de 31 de dezembro, de 2001 a 2007).

Segmento	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS CAPTADORAS DE DEPÓSITO À VISTA							
Banco Múltiplo	153	143	141	139	138	137	135
Banco Comercial¹	28	23	23	24	22	21	20
Caixa Econômica	1	1	1	1	1	1	1
Cooperativa de Crédito	1.379	1.430	1.454	1.436	1.439	1.452	1.465
DEMAIS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS							
Agência de Fomento	9	10	11	12	12	12	12
Banco de Desenvolvimento	4	4	4	4	4	4	4
Banco de Investimento	20	23	21	21	20	18	17
Companhia Hipotecária	7	6	6	6	6	6	6

continua

¹ Inclui os bancos estrangeiros com filiais no país.

Segmento	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Sociedade de Crédito Financiamento e Investimento	42	46	47	46	50	51	52
Sociedade de Crédito Imobiliário² e Associação de Poupança e Empréstimo	18	18	18	18	18	18	18
Sociedade de Crédito ao Microempreendedor	23	37	49	51	55	56	52
OUTROS INTERMEDIÁRIOS FINANCEIROS (sujeitos à supervisão também da CVM)							
Sociedade Administradora de Consórcios	399	376	365	364	342	333	329
Sociedade de Arrendamento Mercantil	72	65	58	51	45	41	38
Sociedade Corretora de Câmbio	43	42	43	47	45	48	46
Sociedade Corretora de Títulos e Valores Mobiliários	177	161	147	139	133	116	107
Sociedade Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	159	151	146	138	134	133	135
Total	2.534	2.536	2.534	2.497	2.464	2.447	2.437

Fonte: Adaptado de BACEN (2008a).

Instituições financeiras captadoras de depósitos à vista – a partir de agora somente “instituições financeiras” – realizam basicamente dois tipos de atividades: disponibilização de mecanismos de pagamentos diversos, e intermediação financeira entre agentes superavitários e agentes deficitários de liquidez (ASSAF NETO, 2006). Elas disponibilizam serviços aos usuários a partir dessas atividades, trabalhando em cada possível derivação de serviço para oferecer algum tipo de vantagem em relação aos concorrentes. Buscam desta forma *lucro*, ou seja, remuneração aos investimentos em montante igual ou superior a um custo de oportunidade, dado nível similar de risco.

Como intermediárias financeiras, essas instituições buscam lucro procurando satisfazer, simultaneamente, o portfólio de preferências de dois grupos distintos de agentes econômicos que com ela se relacionam. De um lado, têm-se tomadores de recursos, agentes visando a incrementar a própria riqueza de ativos reais (estoques, imóveis, equipamentos etc.) por meio da aplicação dos recursos emprestados em investimentos supostos por eles como rentáveis. De outro, têm-se poupadores, agentes visando a manter a essência do patrimônio por meio de ativos de valorização estável e mínimo nível de risco.

As instituições financeiras que se posicionam entre esses agentes captam então recursos de um lado, pagando por isso determinada taxa de juros que signifique a eles

² Inclui 15 Sociedades de Crédito Imobiliário-Repassadoras que não podem captar recursos junto ao público.

“valorização estável e mínimo nível de risco”, e emprestam do outro, cobrando taxa de juros maior, compatível com padrões de mercado, com algum tipo de classificação do perfil do usuário e com riscos associados ao tipo de operação de crédito. Com a diferença entre os montantes devidos nas duas operações, denominado *spread*, a instituição procura cobrir seus vários dispêndios e então remunerar adequadamente o capital originalmente investido (ASSAF NETO, 2006).

O *spread* da atividade de intermediação financeira é calculado basicamente pela razão entre o resultado dessa atividade – receitas menos despesas de intermediação financeira – e o montante de recursos emprestados no respectivo período. O cálculo detalhado do *spread*, no entanto, contribui à análise do desempenho dessas instituições, dada a relevância da intermediação financeira no rol de atividades operacionais delas.

Alguns métodos de cálculo do *spread* de instituições financeiras brasileiras podem ser apresentados, diferenciando-se basicamente pela amplitude do resultado operacional considerado no cálculo do *spread*, se limitado à atividade de intermediação financeira ou se considerando também os demais serviços prestados por essas instituições; diferenciam-se ainda pela utilidade principal do indicador calculado, seja para analisar os elementos componentes do *spread* total aplicado pelas instituições ou para subsidiar análises de desempenho sobre elas.

Um desses métodos foi proposto por Matias (2006), visando à análise da composição do *spread* total aplicado, mas considerando a totalidade de ingressos e de dispêndios operacionais reconhecidos pela instituição. Ou seja, no modelo proposto, incluem-se no cálculo do *spread* as receitas de outras atividades além da intermediação financeira, bem como a totalidade das despesas operacionais indiretas, possibilitando uma análise da atividade operacional da instituição como um todo.

Nesse modelo, inicia-se então pelo cálculo da taxa média de *spread* financeiro, dada pela diferença, em pontos percentuais, da razão das receitas e das despesas da intermediação financeira em relação ao ativo operacional (este, dado pelo ativo total menos o ativo permanente, conforme indicado pelo autor). A partir dessa taxa média, calculam-se outros dois indicadores de resultado da entidade: primeiro, o *spread* total, somando-se a taxa de serviços recebidos no período, igual à razão da receita de prestação de serviços sobre o ativo operacional. Em seguida, calcula-se a taxa de resultado bancário da entidade no período, debitando-se do *spread* total as taxas referentes a três tipos de despesas: 1) inadimplência, dada pela razão da provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre o ativo operacional, 2)

despesas estruturais, dada pela razão da soma de gastos com pessoal e administrativos sobre o ativo operacional, e 3) impostos, dada pela razão dos impostos diretos, mais imposto de renda e contribuição social sobre lucro líquido, tudo sobre ativo operacional.

No Quadro 2.2, a seguir, está indicada a sequência desse cálculo. Vale ressaltar que todas as taxas calculadas por esse modelo estão apresentadas em porcentagem em relação ao ativo operacional.

Quadro 2.2 - Modelo de cálculo do *spread* de instituições financeiras bancárias.

Resultados	<i>Spread</i>
Ativo operacional	100%
Taxa média de aplicação	%
(-) Taxa média de captação	(%)
(=) Taxa média de <i>spread</i> financeiro	%
(+) Taxa de serviços	%
(=) <i>Spread</i> total	%
(-) Taxa de inadimplência	(%)
(-) Taxa de despesas estruturais	(%)
(-) Taxa de impostos	(%)
(=) Taxa de resultado bancário	%

FONTE: Adaptado de Matias (2006).

Com base nesse modelo, Matias (2006) calculou a composição do *spread* total dos vinte maiores bancos brasileiros à época do estudo, nos anos de 2001 a 2005; os resultados médios desse cálculo estão apresentados no Gráfico 2.2, a seguir.

Gráfico 2.2. Evolução dos componentes formadores do *spread* bancário (média dos vinte maiores bancos brasileiros à época do estudo; MATIAS, 2006).

O BACEN tem acompanhado também a evolução do *spread* praticado pelas instituições financeiras brasileiras e tem apresentando seus resultados nos Relatórios de Economia Bancária e Crédito. A metodologia utilizada no relatório mais recente, de 2007, foi apresentada por Costa e Nakane (2004) e ajustada em BACEN (2005); diferentemente do método indicado acima, calcula-se o *spread* considerando somente a atividade específica a que se refere, de intermediação financeira. Na Tabela 2.2, abaixo, estão apresentados alguns resultados da mensuração pelo BACEN da composição do *spread* total praticado pelas instituições financeiras brasileiras; esses dados referem-se ao universo de bancos atuantes no país em cada data-base.

Tabela 2.2 - Decomposição do *spread* bancário (pontos percentuais; 2001 a 2007).

Componentes do <i>Spread</i>	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
1-Spread Total	39,95	42,46	41,52	35,56	36,40	34,76	28,40
2-Custo administrativo	5,26	6,38	4,90	5,04	5,63	4,30	3,84
3-Inadimplência	12,93	13,67	13,27	12,33	13,14	13,33	10,61
4-Custo do compulsório	2,12	6,40	2,00	2,29	1,81	1,18	1,02
5-Tributos e taxas	2,77	3,30	2,94	2,71	2,96	2,67	2,30
6-Resíduo bruto	16,87	12,71	18,42	13,19	12,87	13,29	10,64
7-Impostos diretos	5,64	4,88	5,55	3,92	3,61	3,49	2,99
8-Resíduo líquido	11,23	7,82	12,87	9,27	9,26	9,80	7,65

FONTE: BACEN (2007a).

Diferentemente desses modelos apresentados, Fipecafi (2004; 2005) e Assaf Neto e Martins (2006) desenvolveram outro método para análise do *spread* total aplicado pelas instituições financeiras, visando agora não mais à análise da composição do *spread* total mas à utilização dele como indicador de desempenho da atividade de intermediação financeira.

No modelo proposto, utiliza-se como base à análise do *spread* o saldo médio de capital aplicado; sobre ele, calcula-se o *spread* bruto, pela diferença entre as taxas médias de aplicação e de captação. A partir daí, calculam-se então duas outras formas de *spread*, direto e líquido, a depender dos tipos de despesas debitadas no cálculo.

Primeiro, para o *spread* direto, debitam-se as despesas operacionais diretamente relacionadas à intermediação financeira; segundo, para o líquido, debita-se um rateio das despesas operacionais indiretas e das provisões para contribuição social sobre lucro líquido e para imposto de renda.

Destaca-se desse modelo a forma de indicação das despesas financeiras devidas à captação de recursos: propõe-se a verificação do ganho – ou perda, eventualmente – da

instituição pela oportunidade de captação de recursos com os respectivos fornecedores de capital, comparativamente à alternativa de utilização de certificados de depósitos interbancários (CDI), indicador de referência de taxas de juros para instituições financeiras no país.

Esse modelo de cálculo do *spread* da intermediação financeira é apresentado então no Quadro 2.3, abaixo, onde indica-se também o cálculo da margem de cada item de resultado sobre a receita bruta da atividade. Ressalta-se que os itens de margem são apresentados com porcentagem do total de receitas com operações de crédito, e os itens de *spread*, como porcentagem do saldo médio do capital aplicado.

Quadro 2.3 - Estrutura básica da margem e do *spread* bancário.

Resultados	Margem	Spread
Saldo médio do capital aplicado		100%
A) Receitas de operações de crédito	100%	%
B) Despesas de captação	(%)	(%)
- custo do CDI		
- ganho na captação		
<u>C) Margem/Spread Bruto</u>	<u>%</u>	<u>%</u>
D) Despesas diretas	(%)	(%)
- impostos diretos		
- devedores duvidosos		
- Fundo Garantidor de Crédito		
<u>E) Margem/Spread Direto</u>	<u>%</u>	<u>%</u>
F) Despesas operacionais	(%)	(%)
- pessoal e outras despesas operacionais		
G) Margem/Spread Antes de IR e CS	%	%
H) Provisão para IR e CS	(%)	(%)
<u>I) Margem/Spread Líquido</u>	<u>%</u>	<u>%</u>

FONTE: FIPECAFI (2005, p. 11).

Com base nesse modelo, foram calculados nos trabalhos citados os *spreads* da indústria bancária brasileira, considerando amostras de bancos atuantes no país (bancos públicos e privados, nacionais e internacionais, de atacado e de varejo, de pequeno, médio e grande portes) e utilizando dados do exercício de 2003 (FIPECAFI, 2004) e do primeiro semestre de 2005 (FIPECAFI, 2005; ASSAF NETO; MARTINS, 2006).

2.4 Cooperativas de crédito

Cooperativas de crédito são também instituições financeiras do tipo captadoras de depósitos à vista; dessa forma, elas oferecem aos usuários os mesmos dois tipos genéricos de

serviços: mecanismos de pagamentos diversos e intermediação financeira entre agentes superavitários e deficitários de liquidez. A diferença fundamental, entretanto, é que os usuários de tais serviços são também seus proprietários, detentores dos direitos de propriedade residuais sobre seus fluxos financeiros e seus ativos (CROTEAU, 1968; TAYLOR, 1974).

A equiparação entre cooperativas de crédito e instituições financeiras de propriedade de investidores é clara não somente em relação ao objeto de atuação dessas instituições, mas também de forma expressa na lei que dispõe sobre as instituições monetárias, bancárias e creditícias no país (BRASIL, 1965, art. 18, parágrafo 1º). Entretanto, conforme argumentado por Campos (2005), essa equiparação não deve ser confundida com natureza jurídica, tendo cooperativas de crédito características próprias.

Primeiramente, argumenta o autor em termos gerais, “os objetivos de ambas as entidades jurídicas guardam entre si inquestionável distância, e inconfundíveis diferenças de propósitos” (p. 59). Ainda, e agora em termos formais, cooperativas de crédito são sociedades de pessoas regidas por lei específica (BRASIL, 1971), enquanto as demais instituições financeiras são sociedades de capital regidas pela lei geral das sociedades anônimas (BRASIL, 1976, 2007c).

Além de diferenças formais em relação a instituições financeiras empresariais, cooperativas de crédito se diferenciam também em elementos organizacionais.

Primeiro, em relação a processos de decisão: ainda que tais organizações sejam de propriedade de seus usuários, a maioria deles não participa diretamente dos processos internos de decisão (FAMA; JENSEN, 1983a). Não que eles não tenham quaisquer condições de atuar sobre os processos decisórios: como cooperados, eles têm direito a voto nas assembleias gerais da cooperativa, o que permite participação em decisões, ainda que de modo geral mais estratégicas e de longo prazo. Além disso, entretanto, no que tange a decisões táticas, os cooperados detêm ainda outro mecanismo para influenciar nos processos, ainda que indiretamente: podem a qualquer momento retirar-se da sociedade, levando o que lhes cabe do capital social e diminuindo por conseguinte o total de ativos administrados pelos gestores.

Essa característica de firmas cooperativas é apontada por Fama e Jensen (1983b) como um mecanismo de baixo custo para controle dos problemas de agenciamento inerentes à existência de um corpo de gestores responsável pela cooperativa, haja vista a possibilidade de valoração e disposição da parte que lhes cabe dos ativos com baixo custo de transação. Não obstante, esse baixo custo de agenciamento viria atrelado a níveis comparativamente menores

de eficiência, pois o relativo distanciamento dos proprietários da gestão da cooperativa seria compensado pela contratação de gestores avessos a riscos (O'HARA, 1981; WILLIAMS, 1996).

Outra característica específica de cooperativas de crédito é a existência de um conflito natural existente entre pelo menos dois grupos de cooperados, conflito não necessariamente existente em outros tipos de cooperativas, mas razoavelmente necessário nas de crédito. Nesse tipo de cooperativa – e justamente por isso talvez a forma mais pura de cooperativismo (CROTEAU, 1968) – os cooperados no papel de usuários dos serviços podem atuar como fornecedores de seus recursos, realizando depósitos à vista ou a prazo na cooperativa, ou como consumidores de seus recursos, realizando empréstimos ou financiamentos da cooperativa. Eles podem ainda atuar das duas formas ao mesmo tempo, ainda que provavelmente a cada momento terão mais recursos envolvidos em operações de um ou de outro tipo.

Não obstante a complementaridade, os interesses dos tomadores líquidos e dos poupadores líquidos são porém divergentes, podendo levar inclusive a divergências em relação ao controle da cooperativa (KRIEG, 2003). De um lado, agentes tomadores desejariam menores taxas de juros nas operações de crédito, o que demandaria menor remuneração aos recursos emprestados da organização. Por outro, agentes aplicadores de recursos desejariam maior remuneração pelo recurso depositado, o que demandaria maiores juros aos recursos depositados (CROTEAU, 1968; TAYLOR, 1974; SPENCER, 1996).

Dada essa característica específica de cooperativas de crédito, o objetivo dessas organizações configuraria um dilema a seus gestores, haja vista a existência de pelos menos quatro alternativas: 1) maximização do resíduo operacional, sem privilegiar um ou outro grupo, 2) orientação da cooperativa para privilégio aos cooperados tomadores de recursos, 3) orientação para privilégio aos aplicadores de recursos, ou 4) orientação neutra, buscando-se não privilégio mas a geração igualitária de benefícios a ambos (SMITH et al., 1981).

Conforme sugerido por Smith et al. (1981) e por Smith (1984, 1988), no primeiro caso, da maximização do resíduo operacional, não se efetivaria benefício aos cooperados imediatamente, trabalhando-se com taxas de juros nas operações de crédito e de captações de depósitos compatíveis com o mercado, assim como possivelmente faria outra instituição financeira não cooperativa. O benefício seria efetivado indiretamente, possivelmente na qualidade e disponibilidade de outros serviços, ou posteriormente, possivelmente quando da distribuição dos resíduos gerados.

O extremo do segundo caso, supondo uma orientação completa com vistas aos cooperados tomadores de recursos, significaria a cooperativa maximizar o resultado parcial a partir das captações de depósitos – remuneração mínima aos depósitos, com base na melhor opção disponível no mercado – para então subsidiar a menor taxa de juros possível nas operações de crédito.

O extremo do terceiro caso, ao contrário, supondo orientação completa para privilégio aos cooperados poupadores, significaria maximização parcial do resultado a partir das operações de crédito – cobrança máxima pelos empréstimos, com base também na melhor opção disponível no mercado – para então suportar a maior remuneração possível nas operações de aplicação de recursos.

Finalmente o quarto caso, ainda conforme Smith et al. (1981) e Smith (1984, 1988), e supondo o equilíbrio de tratamento a ambos tipos de agentes, significaria maximização do ganho total deles. Assim, cada ganho extra a um dos grupos, uma unidade a mais de remuneração aos poupadores por exemplo, corresponderia ao mesmo ganho ao outro grupo, uma unidade a menos cobrada dos tomadores, no exemplo.

Independentemente, entretanto, das alternativas disponíveis, Smith et al. (1981) supõem que as cooperativas de crédito prefeririam normalmente o tratamento igual a ambos tipos de usuários, maximizando o benefício financeiro total do quadro social.

Patin e McNeil (1991) estudaram essa questão se a orientação neutra em relação a cooperados tomadores ou aplicadores de recursos geraria benefícios superiores em comparação à orientação a um ou a outro grupo. Para isso, analisaram informações financeiras do ano de 1985 de uma amostra de 9.660 cooperativas de crédito americanas (de um universo de 15.074, excluindo-se as cooperativas centrais, as inativas ou insolventes e as que apresentaram, pelo método da pesquisa, resultados diferenciais negativos aos cooperados).

Para verificar a orientação da cooperativa em relação aos grupos de cooperados, os autores calcularam os benefícios monetários líquidos recebidos pelos cooperados poupadores e recebidos pelos cooperados tomadores. O benefício dos cooperados poupadores foi calculado multiplicando-se o total de aplicações dos cooperados pela diferença entre a média ponderada de taxas de juros para investimentos pagas pelas cooperativas e a média ponderada de remuneração da melhor alternativa de investimento disponível no mercado, de mesmo nível de risco. O benefício dos cooperados tomadores, de forma similar, foi calculado pela multiplicação entre o total de empréstimos realizados pelos cooperados e a diferença entre a

média ponderada de taxas de juros cobradas pelas cooperativas e a média ponderada da melhor alternativa de empréstimo disponível no mercado, também considerando-se níveis compatíveis de risco.

Analisando-se os benefícios diferenciais das cooperativas em relação a alternativas disponíveis no mercado, e procedendo-se a ajustes visando à comparabilidade dos resultados referentes a cada cooperativa, Patin e McNeil (1991) calcularam um índice de desbalanceamento da cooperativa (DI), indicador do quanto cada cooperativa se distancia da possibilidade de ser perfeitamente neutra em relação a ambos grupos de cooperados. Assim, quanto mais positivo o valor do índice DI, mais seria a cooperativa orientada aos cooperados poupadores; quanto mais negativo, mais seria a cooperativa orientada aos cooperados tomadores.

Verificaram pela pesquisa realizada que o total de benefícios monetários gerados pelas cooperativas (aos poupadores e aos tomadores, somados) seria diretamente relacionado ao nível de desbalanceamento da orientação delas. Ou melhor, os menores níveis de benefícios monetários totais seriam gerados pelas cooperativas orientadas aos cooperados tomadores de recursos, enquanto os maiores níveis de benefícios totais seriam gerados pelas cooperativas orientadas aos poupadores. Cooperativas em posição intermediária no *continuum* entre orientação a um ou a outro grupo de cooperados, ou seja, cooperativas com orientação neutra, apresentaram benefícios monetários maiores do que os apresentados pelas cooperativas orientadas aos tomadores e menores do que os apresentados pelas cooperativas orientadas aos poupadores. Essas conclusões se repetem quando se analisam os totais de benefícios por cooperados, e esses testes são corroborados pelas análises estatísticas de significância.

Patin e McNeil (1991) concluíram ainda que, para aquela amostra de cooperativas de crédito americanas estudada, existem realmente objetivos diferentes entre as cooperativas. Ou seja, ainda que a maioria na amostra apresente um comportamento neutro em relação aos cooperados tomadores ou poupadores de recursos (45,1% da amostra estudada), há quantidades significativas de cooperativas orientadas aos tomadores (15,6%) e de cooperativas orientadas aos poupadores (39,3%).

McKillop e Ferguson (1998) utilizaram a mesma metodologia desenvolvida no trabalho citado acima e estudaram a suposta orientação de 283 cooperativas de crédito do Reino Unido, de um universo de 597 organizações atuantes no ano de 1994 (extraídas as 314 cooperativas que remuneraram os depósitos naquele ano com uma taxa menor do que 1%,

haja vista seriam automaticamente indicadas pelo modelo de análise como orientadas aos cooperados tomadores de recursos).

Os resultados para as cooperativas de crédito britânicas foram opostas aos verificados para as cooperativas americanas. McKillop e Ferguson (1998) concluíram a partir da pesquisa que 14,1% das cooperativas teriam comportamento neutro em relação aos cooperados tomadores ou poupadores; o restante 85,9% das cooperativas estudadas teria sido indicada como tendo uma orientação aos cooperados tomadores de recursos, sendo que nenhuma das cooperativas britânicas foi considerada orientada aos poupadores.

Essa discussão apresentada sobre possíveis orientações estratégicas de cooperativas de crédito – maximização de resíduo operacional, privilégio aos cooperados tomadores, privilégio aos poupadores ou neutralidade entre ambos tipos de cooperados (SMITH et al., 1981) – permite uma caracterização e tipificação dessas organizações em relação ao objetivo estratégico visado pelas respectivas administrações. Por meio do modelo utilizado nos trabalhos citados sobre cooperativas de crédito americanas e britânicas, pode-se analisar o benefício total gerado aos cooperados quando da realização das operações de crédito e de poupança. Vale ressaltar que analisa-se com esse modelo inclusive parte do benefício não fácil ou diretamente reconhecido pelos cooperados, haja vista advir da vantagem comparativa em relação a operações financeiras alternativas disponíveis no mercado, mas não necessariamente de conhecimento ou acessíveis a cada cooperado individualmente.

Não obstante, essa discussão não prossegue sobre o segundo tipo de benefício financeiro de cooperativas de crédito destacado para melhor caracterização, da devolução das sobras aos cooperados-sócios, já que possivelmente qualquer uma das quatro possíveis orientações estratégicas a elas poderiam gerar montantes maiores ou menores de sobras a cada período.

Novamente, sendo cooperativas de crédito instituições financeiras captadoras de depósitos à vista, oferecem então aos cooperados-usuários serviços de pagamentos diversos e de intermediação financeira. Sendo assim, será a partir desses serviços que advirá o resultado operacional dessas entidades. Ou seja, similarmente a instituições financeiras bancárias, a partir do *spread* de taxas de captação e de aplicação de recursos será verificado a cada período um resultado bruto de intermediação financeira; sobre esse valor, serão creditados ingressos devido à prestação de serviços e a outras atividades operacionais e debitados dispêndios devido aos custos diversos relacionados a elas, apurando então o resultado operacional do período (COLLI; FONTANA, 1996; ASSAF NETO, 2006).

Havendo sobras de recursos ao final da apuração do resultado, a devolução delas aos cooperados pode significar um benefício adicional a eles, ou seja, mais um componente do retorno ao investimento dos usuários na entidade cooperativa (KALUF, 2005). Diferentemente de sociedades empresárias, o resultado superavitário de sociedades cooperativas não é devolvido integralmente aos respectivos sócios; ainda, a parte a ser devolvida individualmente não é rateada proporcionalmente ao capital social detido por eles, mas pela contribuição de cada um à composição daquele superávit. Na verdade, são três os critérios principais tangentes à distribuição das sobras líquidas em cooperativas de crédito: 1) quanto à composição de reservas e provisões indivisíveis, 2) quanto ao critério de rateio das sobras aos cooperados, e 3) quanto à forma efetiva de devolução das sobras rateadas.

Primeiro, deve-se decidir quanto das sobras será destinado a reservas indivisíveis, de propriedade de toda a sociedade cooperativa, e quanto será destinado para devolução aos cooperados. A legislação cooperativista estabelece que pelo menos 15% das sobras líquidas seja reservada ou provisionada de forma indivisível aos cooperados, 10% em reserva Legal, destinado a reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades, e 5% em reserva ou provisão denominada Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES), destinado à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e possivelmente aos empregados da cooperativa (BRASIL, 1971, art. 28). Não obstante o percentual mínimo, podem-se estabelecer em estatuto porcentagens maiores para essas composições; ainda, resultados positivos de operações com não cooperados e de investimentos em sociedades não cooperativas serão destinados também ao FATES (BRASIL, 1971, arts. 87 e 88).

Ou seja, no mínimo 15% das sobras líquidas de cada exercício são mantidas na sociedade de forma indivisível (BRASIL, 1971, art. 4, inciso VIII), de propriedade ainda da cooperativa, que poderá dispor dos recursos da reserva Legal para cobrir eventuais prejuízos (BRASIL, 1971, art. 89) ou dos recursos do FATES para assistência ao cooperados, familiares e empregados (BRASIL, 1971, art. 28, inciso II), mas não passível de retirada individual pelos cooperados, mesmo em caso de dissolução da sociedade (BRASIL, 1971, art. 68, inciso VI; Cf. DOMINGUES, 2005).

Definido então o montante a ser devolvido aos cooperados, após as destinações indivisíveis, deve-se definir a regra para rateio aos cooperados desse montante. A legislação cooperativista brasileira determina que sobras líquidas sejam rateadas aos cooperados proporcionalmente às operações realizadas (BRASIL, 1971, art. 4, inciso VII; 2002, art.

1.094, inciso VII; LONDERO, 2005); assim necessariamente deveria ser para cooperativas de crédito.

Há entretanto um agravante nessa questão, devido à dupla de operações casadas que são necessárias para apuração do *spread* na atividade operacional de intermediação financeira. Sendo essa parte do resultado operacional composto pela diferença entre valores pagos pelos depósitos e recebidos pelos empréstimos, e tendo-se possivelmente diferentes cooperados participando de ambas operações, torna-se impossível associar a atividade diretamente a qualquer cooperado individualmente, o que seria necessário ao rateio das respectivas sobras. Alguma forma de arbítrio para esse rateio seria necessária para a efetiva distribuição dessa parte do resultado aos cooperados.

Rateadas as sobras divisíveis aos cooperados, dever-se-ia por fim definir quanto à forma para essa devolução, sendo que, especialmente em cooperativas de crédito, essa devolução pode ser feita por depósito em conta corrente – disponibilização imediata – ou por integralização em conta de capital – indisponível imediatamente aos sócios, ainda que passível de reconhecimento como investimento pessoal.

Entre as duas opções, a capitalização das sobras parece apresentar vantagens à gestão de cooperativas de crédito em especial. Isso porque, o patrimônio líquido delas atua como lastro de toda a carteira de empréstimos da instituição, limitando não só o montante de capital que pode ser aplicado em operações de crédito, mas também limitando os montantes passíveis de serem contratados individualmente pelos cooperados (BRASIL, 2007b, art. 32, inciso II; VILLARES, 2004).

Não obstante a existência de relatórios de pesquisas analisando a tipificação de cooperativas em relação à suposta preferência a grupos de cooperados tomadores ou poupadores, conforme já brevemente citado, não foram localizados relatórios de pesquisas mencionando a tipificação de cooperativas em relação ao padrão de distribuição de resultados aos cooperados. Daí será objeto dessa pesquisa em proposição.

2.5 Organização do cooperativismo de crédito no Brasil

No mundo todo, segundo estatísticas do *World Council of Credit Unions* (WOCCU, 2008), em 2007 contavam-se 49.134 cooperativas de crédito em 96 países, quando agrupavam 177.383.728 cooperados, quantidade equivalente em média a 7,51% da população economicamente ativa desses países. Naquele ano, contabilizava-se desses cooperados a

poupança total de US\$ 987.86 bi, confiada sobre um ativo total de US\$ 1.18 tri. Mais informações sobre o cooperativismo de crédito estão apresentadas na Tabela 2.3, abaixo.

Tabela 2.3 - Dados sobre cooperativismo de crédito mundial.

Países com cooperativas de crédito	96
Cooperativas de crédito (quantidade)	49.134
Cooperados	177.383.728
% em relação à População Economicamente Ativa	7,51%
Poupança (US\$)	987,861,248,617
Empréstimo (US\$)	847,896,069,372
Reservas (US\$)	115,358,461,838
Ativos (US\$)	1,181,465,915,013

FONTE: WOCCU (2008).

No Brasil, conforme informações do BACEN de dezembro de 2007, eram registradas 1.465 cooperativas de crédito, responsáveis por R\$ 38,1 bilhões em ativos e R\$ 7,7 bilhões em patrimônio líquido (BACEN, 2007b, 2008a). Ainda, segundo dados da OCB, essas cooperativas eram compostas por 2,8 milhões de sócios-cooperados e geravam mais de 37 mil empregos diretos (OCB, 2007a).

As cooperativas de crédito brasileiras se dividem em 1.427 cooperativas singulares, 37 centrais e 01 confederação de cooperativas (BACEN, 2008a), conforme apresentado na Tabela 2.4, abaixo.

Tabela 2.4 - Quantidades de cooperativas por classe, mais tipo e segmento de atividade (base: 31 dez. 2007).

Classe de Cooperativas	Quantidade
Confederação	1
Cooperativas centrais	37
Cooperativas singulares (por tipo e segmento de atividade)	1.427
Crédito Rural	394
Crédito Mútuo / Atividade Profissional	258
Crédito Mútuo / Empregados	573
Crédito Mútuo / Vínculo Patronal	34
Crédito Mútuo / Empreendedores - Micros e Pequenos	26
Crédito Mútuo / Livre Admissão - até 350 mil habitantes	113
Crédito Mútuo / Livre Admissão - de 350 mil a 750 mil habitantes	17
Crédito Mútuo / Livre Admissão - de 750 mil a 2 milhões habitantes	1
Crédito Mútuo / Mista	1
Luzzatti	10
Total	1.465

FONTE: BACEN (2008a).

Na Figura 2.2, a seguir, estão indicadas as localizações das sedes das cooperativas de crédito no mapa do país.

Figura 2.2. Mapa da localização das sedes das cooperativas de crédito brasileiras (base: dez. 2007).

A Confederação Nacional das Cooperativas Centrais Unicred's (UNICRED DO BRASIL) é a única confederação de cooperativas de crédito considerada como instituição financeira, haja vista ter sido instituída por meio de autorização para funcionamento pelo BACEN; daí ser a única considerada nas estatísticas do BACEN apresentadas acima.

No entanto, atuam no país outras quatro confederações de cooperativas de crédito, desempenhando papéis diversos na estruturação do sistema. São elas a Confederação Interestadual das Cooperativas Ligadas ao Sicredi (CONFEDERAÇÃO SICREDI), a

Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob (SICOOB BRASIL), a Confederação Brasileiras das Cooperativas de Crédito (CONFEBRÁS) e a Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa (CNAC).

A CONFEBRÁS foi a primeira confederação de cooperativas de crédito do país; atua na representação política de suas filiadas. A CNAC, por sua vez, foi constituída recentemente para exercer o papel de auditoria externa das cooperativas de crédito.

Por outro lado, a UNICRED DO BRASIL, a CONFEDERAÇÃO SICREDI e o SICOOB DO BRASIL são as instituições de cúpula dos três respectivos sistemas verticais de cooperativas de crédito atuantes no país, UNICRED, SICREDI e SICOOB. Representando sistemas de crédito cooperativo diferentes e sendo independentes entre si, a filiação de cooperativas de crédito singulares e centrais a cada uma delas é exclusiva.

Essas três confederações, mais outras associações nacionais e algumas cooperativas centrais de crédito, formam os diversos sistemas de crédito cooperativo atuantes no país, classificados por Soares e Melo Sobrinho (2008) como verticais, horizontais ou independentes. Nos sistemas verticais, compostos pelas cooperativas dos sistemas UNICRED, SICREDI e SICOOB, busca-se a “centralização e ganhos pela economia de escala”, caracterizando-se ainda pela “estrutura piramidal, com as cooperativas singulares na base, as centrais na zona intermediária e as confederações no topo.” (op. cit., p. 109). De acordo com os autores, em junho de 2008 eram contadas 899 cooperativas singulares e 28 centrais ligadas a essas três confederações.

Os sistemas dito horizontais, por sua vez, são formados por “redes de cooperativas, solidárias, urbanas ou rurais, organizadas sob forma radial, com diversas singulares vinculadas a uma central ou associação representativa” (ibid., p. 109). Em junho de 2008, conforme os autores, eram 251 cooperativas singulares nesse tipo de sistema, 195 ligadas à Associação Nacional do Cooperativismo de Crédito de Economia Familiar e Solidária (ANCOSOL) e 56 ligadas a outros sistemas.

As independentes, por fim, são as cooperativas que por razões diversas não se ligam a quaisquer outras centrais, federações ou confederações, mantendo-se somente no primeiro nível; em junho de 2008 eram 273 cooperativas nesse modelo.

No Gráfico 2.3, a seguir, estão apresentadas as quantidades de cooperativas singulares de cada tipo e em cada sistema, com base em junho de 2008.

Gráfico 2.3. Quantidades de cooperativas singulares de crédito, de acordo com sistema de organização.
FONTE: (SOARES; MELO SOBRINHO, 2008).

Dois dos sistemas verticais de cooperativas de crédito constituíram seus bancos cooperativos, o Banco Cooperativo Sicredi, criado em 1995 e controlado pelas cooperativas do sistema SICREDI, e o Banco Cooperativo do Brasil (BANCOOB), criado em 1996 e controlado pelas cooperativas do sistema SICOOB. São bancos comerciais, criados visando à disponibilização às cooperativas de crédito e aos respectivos associados de serviços financeiros diversos, como compensação de cheques e documentos, e manutenção de contas corrente, poupança e de investimentos, além de possibilitar às cooperativas a captação de recursos junto ao Tesouro Nacional. O crescimento desses bancos desde 1996 pode ser verificado no Gráfico 2.4, a seguir.

Gráfico 2.4. Crescimento percentual dos bancos cooperativos (SOARES; MELO SOBRINHO, 2008, p. 74)

Essas várias estruturas organizacionais existentes em relação às cooperativas de crédito – confederações e bancos cooperativos no âmbito econômico, bem como outras atuantes em nível mais político de representação – compõem o ramo de cooperativismo de crédito no país. Esse ramo foi considerado eficientemente organizado em nível nacional e em 3 das 25 unidades federativas com presença desse tipo de cooperativas. Ainda, em 15 dessas unidades, foi considerado não ou precariamente organizado, sendo que em 7 delas não havia informação sobre a organização do ramo (BARROSO; BIALOSKORSKI NETO, 2008).

2.6 Aspectos contábeis e legais de sociedades cooperativas no Brasil

O cooperativismo brasileiro é regido pela lei número 5.764, promulgada em 16 de dezembro de 1971 (BRASIL, 1971). Essa legislação institui o regime jurídico específico das sociedades cooperativas, tipificadas como “sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas a falência, constituídas para prestar serviços aos associados” (art. 4). Ainda, distingue-as de outros tipos de sociedades por um conjunto de características, entre elas: 1) adesão voluntária de associados, limitada somente por impossibilidade técnica de prestação de serviços; 2) variabilidade do capital social; 3) limitação do número de quotas-partes passível de ser detido individualmente por qualquer dos cooperados; 4) inaccessibilidade das quotas-partes do capital a terceiros, estranhos à sociedade; 5) singularidade do voto, independentemente da parcela individual do capital; 6) retorno das sobras líquidas proporcionalmente às operações realizadas pelos cooperados, não ao capital

social; 7) indivisibilidade da Reserva Legal e do Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social.

Um dos aspectos jurídicos específicos de sociedades cooperativas diz respeito ao tipo de operação realizada entre elas e seus cooperados, bem como entre elas e outras cooperativas, quando associadas. Sendo atividades econômicas de proveito comum e sem objetivo de lucro, são chamadas de Ato Cooperativo, não implicando operação de mercado, nem contrato de compra e venda entre as partes citadas (BRASIL, 1971, art. 79). Sendo assim, não sofrem incidência de imposto de renda, excetuando-se as operações de compra e fornecimento de bens aos consumidores em cooperativas de consumo (BRASIL, 1997, art. 69; 1999b, arts. 182 e 184).

Por outro lado, operações realizadas com não associados, visando a completar lotes de produtos ou a suprir capacidade ociosa de instalações produtivas, não serão consideradas atos cooperativos (BRASIL, 1971, arts. 85 e 86), sendo seus resultados sujeitos à incidência do imposto de renda (BRASIL, 1999b, art. 183) e destinados após esse desconto ao Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (BRASIL, 1971, art. 87).

O novo código civil brasileiro, instituído pela lei número 10.406 (BRASIL, 2002), reafirmou alguns desses preceitos – vide art. 1.094 – e instituiu as cooperativas como sociedades simples – diferentes portanto de sociedades empresárias; resguardou entretanto a legislação especial, mantendo vigente portanto a lei número 5.764 de 1971 (BRASIL, 2002, art. 1.093).

Contabilmente, alguns aspectos específicos de entidades cooperativas foram tipificados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) nas resoluções números 920 e 1.013, que instituíram a Norma Brasileira de Contabilidade NBC T 10.8 – Entidades Cooperativas e suas Interpretações Técnicas, respectivamente (CFC, 2002, 2005).

Vale ressaltar alguns desses aspectos: 1) a movimentação econômico-financeira decorrente do Ato Cooperativo é definida contabilmente como *ingressos* e *dispêndios*; aquela originada do ato não-cooperativo é definida como *receitas*, *custos* e *despesas* (CFC, 2002, item 10.8.1.4); 2) a conta capital social é movimentada quando da admissão de novos sócios, pelo valor das quotas-partes fixado no estatuto social, quando da subscrição de novas quotas-parte por cooperados, quando da retenção estatutária sobre a produção ou serviço, quando da capitalização de sobras, quando da incorporação de reservas de forma individual

aos cooperados, e quando da retirada do associado, por demissão, eliminação ou exclusão (ibid., item 10.8.1.7).

Vale ressaltar ainda que: 3) as sobras do exercício, após as destinações legais e estatutárias, devem ser postas à disposição da Assembléia Geral para deliberação; da mesma forma, as perdas líquidas, quando a reserva legal for insuficiente para sua cobertura, serão rateadas entre os associados da forma estabelecida no estatuto social, não devendo haver saldo pendente ou acumulado de exercício anterior (ibid., item 10.8.1.8); 4) as entidades cooperativas devem distribuir as sobras líquidas aos seus associados de acordo com a produção de bens ou serviços por eles entregues, em função do volume de fornecimento de bens de consumo e insumos, dentro do exercício social, salvo deliberação em contrário da Assembléia Geral (ibid., item 10.8.1.9).

Em relação às demonstrações contábeis de entidades cooperativas, essa norma especifica que a conta Capital será denominada *Capital Social* (CFC, 2002, item 10.8.3.2) e que a conta Lucros ou Prejuízos Acumulados será denominada *Sobras ou Perdas à Disposição da Assembléia Geral* (ibid., item 10.8.3.3). Ainda, a denominação da Demonstração do Resultado é alterada para *Demonstração de Sobras ou Perdas*; nessa demonstração, deve-se evidenciar a composição do resultado de determinado período considerando os ingressos diminuídos dos dispêndios – igual a sobras ou perdas e devidas aos atos cooperativos – separadamente das receitas diminuídas das despesas – igual a lucros ou prejuízos e devidos aos atos não-cooperativos (ibid., item 10.8.4.1).

Especificamente para cooperativas de crédito, o BACEN estabelece normatização específica para a constituição e o funcionamento delas, atualmente descrita na resolução número 3.442 (BRASIL, 2007b). Em relação a condições para admissão de associados, estabelece uma tipificação dessas organizações em seis categorias: 1) empregados, servidores e pessoas físicas prestadoras de serviço em caráter não eventual, de uma ou mais pessoas jurídicas, públicas ou privadas, definidas no estatuto, cujas atividades sejam afins, complementares ou correlatas, ou pertencentes a um mesmo conglomerado econômico; 2) profissionais e trabalhadores dedicados a uma ou mais profissões e atividades, definidas no estatuto, cujos objetos sejam afins, complementares ou correlatos; 3) pessoas que desenvolvam, na área de atuação da cooperativa, de forma efetiva e predominante, atividades agrícolas, pecuárias ou extrativas, ou se dediquem a operações de captura e transformação do pescado; 4) pequenos empresários, microempresários ou micro-empresendedores, responsáveis por negócios de natureza industrial, comercial ou de prestação de serviços; 5) empresários

participantes de empresas vinculadas direta ou indiretamente a sindicatos patronais ou associações patronais, de qualquer nível, em funcionamento, no mínimo, há três anos, quando da constituição da cooperativa; 6) livre admissão de associados (BRASIL, 2007b, art. 12).

Essa normatização sobre constituição e funcionamento de cooperativas de crédito no país, instituída similarmente pela primeira vez em junho de 2003 (BRASIL, 2003), alterada dois anos depois (BRASIL, 2005) e com versão vigente atualmente desde fevereiro de 2007 (BRASIL, 2007b), autoriza a constituição de três tipos de cooperativas não previstos anteriormente: pequenos e micro-empresários, empresários ligados a sindicatos patronais, e livre admissão de associados, respectivamente os tipos 4, 5 e 6 citados acima.

Anteriormente, somente recebiam novas autorizações de funcionamento cooperativas de crédito dos tipos 1, 2 e 3 citados acima, os dois primeiros configurando cooperativas de crédito mútuo e o terceiro, cooperativas de crédito rural. Esses tipos eram previstos em resoluções sobre o mesmo assunto vigentes anteriormente, especificamente a resolução número 2.771 (BRASIL, 2000), revogada então pela de 2003 (BRASIL, 2003).

Além dos seis tipos de cooperativas previstos na normatização atual do BACEN sobre o assunto, incluindo as de crédito mútuo e rural existentes conforme normas anteriores, existem ainda no país dez organizações do tipo Luzzatti (vide Tabela 2.4, página 59), um tipo específico de cooperativas de crédito originário da Itália e difundido no Brasil desde o início do século XX (PALHARES, 2004). Em 1999 foi determinado que novas cooperativas de crédito desse tipo não mais receberiam autorização para funcionamento (BRASIL, 1999a), impedimento mantido por nova resolução instituída um ano depois (BRASIL, 2000) e pela não previsão na nova tipificação (BRASIL, 2003). Entretanto, não há obrigatoriedade de adaptação dessas dez cooperativas aos novos tipos.

Uma descrição histórica mais detalhada da evolução normativa no Brasil relativamente às cooperativas de crédito pode ser verificada em Pinheiro (2008).

O BACEN estabelece também o plano de contas obrigatório a ser utilizado por cooperativas de crédito, bem como regras para escrituração e práticas contábeis diversas a serem observadas (BRASIL, 1987). O Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) é organizado em nove grupos de contas: 1) ativo circulante e realizável a longo prazo, 2) ativo permanente, 3) ativo-compensação, 4) passivo circulante e exigível a longo prazo, 5) resultados de exercícios futuros, 6) patrimônio líquido, 7) contas de resultado credoras, 8) contas de resultado devedoras, e 9) passivo-compensação. Quaisquer menções a

contas contábeis de balanços e balancetes de cooperativas ao longo do texto terão como referência esse agrupamento e as respectivas normas oficiais.

3 Distribuição de resultados em cooperativas de crédito

Nesse capítulo, está apresentado o desenvolvimento da pesquisa sobre padrão de distribuição de resultados e desempenho de cooperativas de crédito. São três seções, primeiramente apresentando a metodologia da pesquisa, compreendendo o modelo de tipificação, os procedimentos de coleta de dados e os procedimentos de análise; estes estão divididos em caracterização geral das cooperativas, análise do *spread* aplicado na intermediação financeira e análise de rentabilidade.

Em seguida, é apresentada a amostra selecionada para a pesquisa, descrevendo o procedimento de amostragem e algumas informações sobre as cooperativas selecionadas.

Na terceira seção do capítulo, são apresentados os resultados da pesquisa, tanto da tipificação quanto das análises das cooperativas selecionadas na amostra. Nessa parte, faz-se também a discussão desses resultados, para subsídio às considerações que serão concluídas no último capítulo.

3.1 Padrões de distribuição de resultado aos cooperados

Considerando o exposto sobre cooperativismo de crédito e instituições financeiras, é necessária a proposição de um modelo para tipificação de cooperativas de crédito com base nos padrões de distribuição de resultados aos cooperados.

Os resultados líquidos gerados em cooperativas têm características específicas em comparação aos resultados gerados por empresas. Se positivos, são sobras e deveriam ser devolvidos aos sócios proporcionalmente à utilização dos serviços da cooperativa. Ainda, deveriam compor reservas e provisões indivisíveis, de propriedade coletiva da sociedade cooperativa, mas não individualmente aos cooperados.

Conforme já exposto, pelo menos três parâmetros deveriam ser definidos no que tange à gestão das sobras, quanto à composição de reservas e provisões indivisíveis, quanto ao critério de rateio das sobras aos cooperados, e quanto à forma efetiva de devolução das sobras rateadas. Dois desses parâmetros, o primeiro e o terceiro, são utilizados no modelo de tipificação de cooperativas de crédito proposto.

a) Tipificação de cooperativas de crédito

O modelo para tipificação de cooperativas de crédito é desenvolvido com base nos padrões de distribuição das sobras aos cooperados. Na Figura 3.1, a seguir, estão ilustradas as possíveis destinações às sobras totais geradas em cooperativas de crédito.

Figura 3.1. Distribuição das sobras, especificamente para cooperativas de crédito.

A tipificação das cooperativas é feita analisando os resultados de duas definições quanto à distribuição das sobras, identificadas na ilustração com os números 1) definição quanto à divisão das sobras a destinos divisíveis ou indivisíveis aos cooperados, e 2) definição quanto à divisão das sobras divisíveis para devolução em conta corrente ou em conta de capital. Somente no âmbito dessas duas definições, é facultado aos dirigentes e gestores dessas organizações um conjunto limitado de estratégias de distribuição de resultados aos cooperados:

1. Destinação da totalidade das sobras às reservas e provisões indivisíveis, visando a aumentar o patrimônio líquido e o passivo inexigível (FATES, não

divisível aos cooperados mas alocado no passivo; BRASIL, 1971, art. 4; 2007a) e a melhorar suas condições de solidez.

2. Destinação de parte das sobras às reservas e provisões indivisíveis, a partir do mínimo obrigatório de 15%, e do restante ao capital social dos cooperados; o efeito no curto prazo sobre a solidez da instituição é o mesmo, já que os recursos são também incorporados ao patrimônio líquido, mas com a diferença de beneficiar individualmente, ainda que não possam dispor imediatamente dos recursos, cada um dos cooperados ativos no ano anterior.
3. Destinação parcialmente indivisível, similarmente acima, mas com o restante devolvido aos cooperados integralmente ou em parte nas respectivas contas correntes, passível de ser utilizado imediatamente; não promove o mesmo incremento de solidez, mas beneficia imediatamente os cooperados contribuintes daquelas sobras.

Para análise do padrão de distribuição de resultados aos cooperados, é utilizado um valor de sobras totais geradas aos cooperados, oriundo das sobras geradas em cada exercício social das cooperativas mais alguns ajustes.

O cálculo das sobras totais geradas aos cooperados é feito somando-se às sobras líquidas do exercício – diferença entre ingressos e dispêndios totais – os seguintes valores, quando existentes: baixa no exercício de reserva de reavaliação, resultado proveniente de ajuste de exercício anterior, capitalização de reservas de lucros creditadas em exercícios anteriores, e valor líquido dos juros sobre capital próprio debitados do resultado do exercício.

No Quadro 3.1, em seguida, estão indicados esse cálculo e as respectivas contabilizações que geram os valores a serem considerados. Ressalta-se que as contas contábeis indicadas no quadro abaixo e nos próximos – descrição e código – são provenientes do COSIF, conforme normatização do BACEN (BRASIL, 1987).

Quadro 3.1 - Cálculo das sobras totais geradas aos cooperados.

Item de Cálculo	Contabilização de Origem	
Total de Ingressos	Contas de resultado credoras	7.0.0.00.00-9
	a Sobras e perdas acumuladas	a 6.1.7.00.00-2
(-) Total de Dispêndios	Sobras e perdas acumuladas	6.1.7.00.00-2
	a Contas de resultado devedoras	a 8.0.0.00.00-6
(=) <u>Sobras líquidas do exercício</u>		
(+) Baixa de Reserva de reavaliação	Reservas de reavaliação	6.1.4.00.00-3
	a Sobras e perdas acumuladas	a 6.1.7.00.00-2

continua

Item de Cálculo	Contabilização de Origem	
(+) Resultado do exercício anterior	Diversos (ajustes do exercício anterior) a Sobras e perdas acumuladas	(diversos) a 6.1.7.00.00-2
(+) Capitalização de reservas de lucros	Reservas de lucros a Capital social	6.1.5.00.00-6 a 6.1.1.00.00-4
(+) Juros sobre capital próprio (líquido)	Despesas de juros ao capital a Reservas especiais de lucros a Dividendos e bonificações a pagar	8.1.9.55.00-2 a 6.1.5.80.99-2 a 4.9.3.10.00-5
(=) <u>Sobras totais geradas aos cooperados</u>		

A partir do total de sobras geradas aos cooperados, separa-se a parte individualizada da parte coletivizada, ou seja, identifica-se quanto desse resultado é destinado de forma individual aos cooperados e quanto é tornado indivisível, pertencente a partir de então de forma coletiva a todo o quadro social da cooperativa.

Primeiro, a parte individualizada: é composta pelo montante do resultado devolvido aos cooperados em conta corrente, mais o montante capitalizado individualmente; este, por sua vez, é resultado da devolução do resultado em conta de capital social, mais a transferência ao capital a partir de reservas de lucros, mais os juros sobre capital próprio pagos no exercício. Em detalhe, no Quadro 3.2, indicando-se também as contabilizações que deram origem aos valores considerados no cálculo.

Quadro 3.2 - Cálculo da parcela das sobras individualizada aos cooperados.

Item de Cálculo	Contabilização de Origem	
Devolução de sobras aos cooperados em conta corrente	Sobras ou Perdas Acumuladas a Depósitos à Vista	6.1.7.00.00-2 a 4.1.1.00.00-0
(+) Devolução de sobras aos cooperados em conta capital	Sobras ou Perdas Acumuladas a Capital Social	6.1.7.00.00-2 a 6.1.1.00.00-4
(+) Capitalização de reservas de lucros	Reservas de lucros a Capital social	6.1.5.00.00-6 a 6.1.1.00.00-4
(+) Juros sobre capital próprio (líquido)	Despesas de juros ao capital a Reservas especiais de lucros a Dividendos e bonificações a pagar	8.1.9.55.00-2 a 6.1.5.80.99-2 a 4.9.3.10.00-5
(=) <u>Sobras individualizadas (divisíveis)</u>		

Vale ressaltar que a efetivação da capitalização e da devolução em conta corrente dos resultados pode ser feita logo ao encerramento do exercício e/ou no início do exercício seguinte, quando da Assembléia Geral Ordinária (AGO) da cooperativa. Isso porque, cada cooperativa descreve no respectivo estatuto social as regras relativas à distribuição das sobras

líquidas de cada exercício – descontadas as destinações obrigatórias – inclusive a parcela a ser destinada à deliberação da AGO. Não obstante, o cálculo indicado acima para análise da distribuição dos resultados considera a totalidade das distribuições das sobras – em conta corrente ou de capital – no mesmo exercício em que foram geradas.

Segundo, a parte coletivizada do resultado: é composta pelos montantes transformados em Reservas de lucros (obrigatórias ou não), mais os montantes provisionados em fundos para aplicação no desenvolvimento dos cooperados e dos empregados da cooperativa, a exemplo do FATES. O cálculo detalhado está indicado no Quadro 3.3, mais as contabilizações que deram origem aos valores considerados.

Quadro 3.3 - Cálculo da parcela das sobras coletivizada ao quadro social da cooperativa.

Item de Cálculo	Contabilização de Origem	
Composição de reserva legal	Sobras ou Perdas Acumuladas a Reserva legal	6.1.7.00.00-2 a 6.1.5.10.00-3
(+) Composição de outras Reservas de lucros	Sobras ou Perdas Acumuladas a Reservas estatutárias	6.1.7.00.00-2 a 6.1.5.20.00-0
	a Reservas para contingências	a 6.1.5.30.00-7
	a Reservas para expansão	a 6.1.5.40.00-4
	a Reservas de lucros a realizar	a 6.1.5.50.00-1
	a Reservas especiais de lucros	a 6.1.5.80.00-2
(+) Composição de FATES	Sobras ou Perdas Acumuladas a Fundo de assistência técnica, educacional e social	6.1.7.00.00-2 a 4.9.3.20.00-2
(+) Composição de outros fundos para aplicação no desenvolvimento de cooperados e empregados	Sobras ou Perdas Acumuladas a Diversos (específico em cada cooperativa com esse tipo de provisionamento)	6.1.7.00.00-2 a (diversos)
(=) <u>Sobras coletivizadas (indivisíveis)</u>		

Considerando que, ao encerramento da AGO seguinte a cada exercício social, a conta *Sobras e perdas acumuladas* é zerada, então a totalidade dos resultados gerados aos cooperados é distribuída, de forma individualizada ou coletivizada conforme indicado nos cálculos acima. Verificando-se a divisão das sobras totais geradas aos cooperados, nos montantes divisíveis e indivisíveis, propõe-se então um modelo de tipificação de cooperativas de crédito, conforme ilustrado na Figura 3.2 e descrito no Quadro 3.4, ambos abaixo.

Tipificação de Cooperativas de Crédito
Considerando Padrão de Distribuição de Resultados aos Cooperados

Figura 3.2. Modelo para tipificação de cooperativas de crédito de acordo com padrão de distribuição de resultados.

Quadro 3.4 - Descrição do modelo para tipificação de cooperativas de crédito, de acordo com padrão de distribuição de resultados aos cooperados.

Tipo de Cooperativa	Especificação (quanto à distribuição das sobras totais geradas aos cooperados)	Descrição
I	Parte significativa das sobras devolvida em <u>Conta Corrente</u> dos cooperados.	Cooperativas que devolvem parte significativa do resultado na conta corrente dos cooperados; estes valores representam, <i>a posteriori</i> , abatimentos nos juros e/ou tarifas pagas por eles, mais incrementos nos retornos recebidos pelos investimentos. A significância dos valores de devolução em conta corrente em relação ao total de resultados, aqui considerados para indicação de cooperativas neste tipo, será indicada de acordo com a amostra estudada.
II	Maior parte devolvida aos cooperados no <u>Capital Social</u> ; parte em conta corrente não significativa.	Cooperativas que devolvem a maior parte dos resultados na conta capital social dos cooperados; a devolução em conta corrente não é significativa, e o montante tornado indivisível constitui a menor parte da distribuição dos resultados.
III	Maior parte destinada a reservas/provisões <u>Indivisíveis</u> ; parte em conta corrente não significativa.	Cooperativas que destinam a maior parte dos resultados às reservas e provisões indivisíveis; devolvem a menor parte ao capital social dos cooperados e montante não significativo às contas correntes.

Nesse modelo sugerido para tipificação de cooperativas de crédito, separam-se inicialmente, no tipo I, as cooperativas que destinam parte significativa dos resultados aos cooperados por meio de depósito em conta corrente; isso, independentemente da distribuição do restante dos resultados, se maior parte em capital social ou em reservas e provisões indivisíveis. Não havendo destinação significativa de resultados às contas correntes, verifica-se então se as contas de capital social ou as reservas/provisões indivisíveis são privilegiadas.

A seguir, são apresentados os procedimentos para coleta e para análise dos dados que subsidiam a discussão sobre o modelo de tipificação proposto. São realizados três tipos de análises com esse objetivo, caracterização geral do grupo de cooperativas de crédito escolhido para a pesquisa, verificação dos *spreads* aplicados por elas nas operações de intermediação financeira com os cooperados, e análise da rentabilidade delas.

b) Procedimentos de coleta de dados

Os dados financeiros necessários à tipificação são coletados de duas fontes: primeiro, dados contábeis publicados nos balanços semestrais (data-bases de 30 de junho e 31 de dezembro) e balancetes mensais (data-bases de 31 de março, 30 de junho, 30 de setembro e 31 de dezembro) pelas cooperativas. Esses balanços e balancetes são disponíveis publicamente, até o terceiro nível do COSIF (BRASIL, 1992), do desdobramento de subgrupo de contas, por meio do Sistema de Informações do Banco Central (SISBACEN; BACEN, 2007b).

Segundo, foram coletados dados também diretamente nas cooperativas, por meio de questionário específico enviado eletronicamente. O questionário, apresentado no APÊNDICE A, à página 143, é composto por três tabelas, solicitando dados sobre 1) distribuição das sobras líquidas do exercício, 2) mutações do Capital Social, e 3) evolução do Quadro Social.

O período da pesquisa é de 2003 a 2007, contemplando cinco anos de dados coletados.

c) Caracterização geral de cooperativas de crédito

A caracterização geral das cooperativas estudadas é feita por meio da análise de cinco grupos de dados: 1) quadro social, 2) ativo total, 3) passivo exigível, 4) patrimônio líquido e 5) resultados.

Para o quadro social, é analisada a evolução nos últimos cinco anos da quantidade de cooperados ativos, registrados em 31 de dezembro. São calculadas as variações anuais, a

variação acumulada e as médias anuais de crescimento no período. Com esses dados, são calculadas ainda médias por cooperado para os demais grupos de dados.

Para análise dos ativos de cooperativas de crédito, divide-se o ativo total em dois grupos: a) capital aplicado, sub-dividido ainda em operações de crédito com cooperados e aplicações em outras instituições, e b) outros ativos, sub-dividido em outros ativos circulantes e realizáveis a longo prazo e ativos permanentes. Essa divisão é feita a partir da verificação das contas contábeis componentes dos ativos dessas instituições, estudando-se o COSIF e seus anexos (BRASIL, 1987) e analisando-se os tipos de ativos a serem apropriados em cada grupo de contas. No Quadro 3.5, estão indicadas as contas contábeis utilizadas para análise do ativo das cooperativas, bem como os tipos de ativos considerados em cada uma e o documento específico encaminhado pelas cooperativas ao BACEN que serve de fonte para a coleta dos dados.

Quadro 3.5 - Contas contábeis utilizadas para análise dos ativos de cooperativas de crédito.

Conta Contábil	Tipos de Ativos	Fonte
CAPITAL APLICADO		
• Operações de crédito com cooperados		Balancetes mensais
○ 1.6.1.00.00-4 Empréstimos e Títulos Descontados	Adiantamento a depositantes, Empréstimos, Títulos descontados	
○ 1.6.2.00.00-7 Financiamentos	Financiamentos	
○ 1.6.3.00.00-0 Financiamentos Rurais e Agroindustriais	Financiamentos rurais - aplicações livres, Financiamentos rurais - aplicações obrigatórias, Financiamentos rurais - aplicações repassadas e refinanciadas, Financiamentos agroindustriais	
○ 1.6.9.00.00-8 Provisão para Operações de Crédito (-)	Provisão para empréstimos e títulos descontados (-), Provisão para financiamentos (-), Provisão para financiamentos rurais e agroindustriais	
• Aplicações em outras instituições		
○ 1.2.0.00.00-5 Aplicações Interfinanceiras De Liquidez	Aplicações em operações compromissadas, Aplicações em depósitos interfinanceiros, Aplicações em depósitos de poupança	
○ 1.3.0.00.00-4 Títulos E Valores Mobiliários E Instrumentos Financeiros Derivativos	Livres (Títulos de renda fixa intermediados, Títulos de renda fixa, Cotas de fundos de investimento, Títulos de renda variável, Títulos de desenvolvimento econômico, Aplicações em "commodities", Títulos e valores mobiliários de sociedades em regime especial, Provisão para desvalorização de títulos livres (-)) Vinculados (Títulos de renda fixa - vinculados a recompras) Instrumentos financeiros derivativos Vinculados ao Banco Central (Banco Central - depósitos	

continua

Conta Contábil	Tipos de Ativos	Fonte
	para capital em títulos, Títulos de renda fixa bloqueados) Vinculados à aquisição de ações de empresas estatais Vinculados à prestação de garantias Títulos objeto de operações compromissadas com livre movimentação	
○ 1.4.0.00.00-3 Relações Interfinanceiras	Direitos junto a participantes de sistemas de liquidação, Créditos vinculados (Banco Central - Depósitos para capital em dinheiro, Banco Central - Recolhimentos obrigatórios, Banco Central - Outros depósitos, Crédito Rural - Proagro a receber, Provisão para perdas em créditos vinculados (-)), Repasses Interfinanceiros, Relações com correspondentes, Centralização Financeira – Cooperativas (Depósitos nas cooperativas centrais)	
OUTROS ATIVOS		
• Outros ativos circulantes e realizáveis a longo prazo		Balancetes mensais
○ 1.1.0.00.00-6 Disponibilidades	Caixa, depósitos bancários	
○ 1.8.0.00.00-9 Outros Créditos	Avais e Fianças Honrados, Rendas a receber, Negociação e intermediação de valores, Créditos específicos (Tesouro Nacional - Alongamento de crédito rural), Diversos (Adiantamentos e antecipações salariais, Adiantamentos para pagamentos de nossa conta, Adiantamentos por conta de imobilizações, Cheques a receber, Créditos decorrentes de contratos de exportação, Créditos tributários de impostos e contribuições, Devedores por compra de valores e bens, Devedores por depósitos em garantia, Impostos e contribuições a compensar, Imposto de renda a recuperar, Títulos e créditos a receber, Devedores diversos - Países), Provisões para outros créditos (-)	
○ 1.9.0.00.00-8 Outros Valores E Bens	Bens não de uso próprio, Material em estoque, Provisão para desvalorização de outros valores e bens (-), Despesas antecipadas	
• Ativos permanentes		
○ 2.1.0.00.00-3 Investimentos	Participações em coligadas e controladas no país, Investimentos por incentivos fiscais, Títulos patrimoniais, Ações e cotas, Outros investimentos	
○ 2.2.0.00.00-2 Imobilizado De Uso	Móveis e equipamentos em estoque, Imobilizações em curso, Imóveis de uso, Instalações, móveis e equipamentos de uso, Outros	
○ 2.4.0.00.00-0 Diferido	Gastos de Organização e Expansão	

A análise dos ativos das cooperativas de crédito é feita independentemente do prazo de realização deles, daí não serem apresentados os ativos circulantes separadamente dos realizáveis a longo prazo. Ao invés, essa análise é feita por meio das médias semestrais do total dos ativos e dos itens considerados nos grupos e sub-grupos indicados acima. Para o

cálculo da média semestral, são considerados três valores para cada período, dos saldos contabilizados no início do semestre, no trimestre intermediário e no final do semestre.

Assim como os ativos são divididos entre capitais aplicados e outros ativos, os passivos também são divididos em dois grupos: a) recursos captados, sub-dividido ainda em captações de depósitos com cooperados e captações em outras instituições, e b) outros passivos. Essa divisão é feita também a partir da verificação das contas contábeis componentes dos passivos de instituições financeiras, analisando-se os tipos de itens a serem apropriados em cada grupo de contas. No Quadro 3.6, abaixo, estão indicadas as contas contábeis utilizadas para análise do passivo das cooperativas, bem como os tipos de passivos considerados em cada uma e os documentos específicos encaminhado pelas cooperativas ao BACEN que servem de fonte para a coleta dos dados.

Quadro 3.6 - Contas contábeis utilizadas para análise dos passivos de cooperativas de crédito.

Conta Contábil	Tipos de Passivos	Fonte
RECURSOS CAPTADOS		
• Captações de depósitos com cooperados		Balanços semestrais e Balançetes mensais
○ 4.1.1.00.00-0 Depósitos à Vista	Depósitos à vista de ligadas, Depósitos de pessoas físicas, Depósitos de pessoas jurídicas, Depósitos de instituições do sistema financeiro, Depósitos para aquisição de títulos públicos federais, Depósitos vinculados, Saldo credores em contas de empréstimos e financiamentos	
○ 4.1.4.00.00-9 Depósitos sob Aviso	Depósitos de aviso prévio	
○ 4.1.5.00.00-2 Depósitos a Prazo	Depósitos a prazo, Depósitos judiciais com remuneração	
○ 4.1.9.00.00-4 Outros Depósitos	Depósitos para investimentos	
• Captações em outras instituições		
○ 4.1.3.00.00-6 Depósitos Interfinanceiros	Depósitos interfinanceiros	
○ 4.2.0.00.00-6 Obrigações por operações compromissadas	Recompras a liquidar - Carteira própria, Recompras a liquidar - Carteira de terceiros, Recompras a liquidar - Livre movimentação, Recompras a liquidar - Câmaras de liquidação e compensação - Operações compromissadas genéricas	
○ 4.4.0.00.00-4 Relações Interfinanceiras	Obrigações junto a participantes de sistemas de liquidação, Repasses interfinanceiros, Relações com correspondentes, Centralização financeira – Cooperativas (depósitos das cooperativas filiadas)	
○ 4.6.0.00.00-2 Obrigações por empréstimos e repasses	Empréstimos no país - Instituições oficiais, Empréstimos no país - Outras instituições, Empréstimos no exterior, Repasses do país - Instituições oficiais	

continua

Conta Contábil	Tipos de Passivos	Fonte
○ 4.7.0.00.00-1 Instrumentos Financeiros Derivativos	Instrumentos financeiros derivativos	
OUTROS PASSIVOS		
• Outros passivos circulantes e exigíveis a longo prazo		Balanços semestrais e Balancetes mensais
○ 4.5.0.00.00-3 Relações Interdependências	Recursos em trânsito de terceiros, Transferências internas de recursos	
○ 4.9.0.00.00-9 Outras Obrigações	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados, Sociais e estatutárias (Dividendos e bonificações a pagar, Provisão para participações nos lucros, Fundo de assistência técnica, educacional e social, Gratificações e participações a pagar, Depósito para garantia de patrimônio líquido exigido, Sobras líquidas a distribuir, Cotas de capital a pagar), Fiscais e previdenciárias, Negociação e intermediação de valores, Diversas (Cheques administrativos, Obrigações por aquisição de bens e direitos, Obrigações por convênios oficiais, Obrigações por prestação de serviço de pagamento, Provisão para pagamentos a efetuar, Provisão para passivos contingentes, Recursos vinculados a operações de crédito, Recursos de garantias realizadas, Credores diversos - País, Instrumentos híbridos de capital e dívida, Dívidas subordinadas elegíveis a capital, Outras dívidas subordinadas)	

Assim como na análise dos ativos, para os passivos das cooperativas de crédito a análise também é feita independentemente do prazo de realização deles, daí não serem apresentados os passivos circulantes separadamente dos exigíveis a longo prazo. Ao invés, essa análise é feita por meio das médias semestrais do total dos passivos e dos itens considerados nos grupos e sub-grupos indicados acima. Para o cálculo da média semestral, são também considerados três valores para cada período, dos saldos contabilizados no início do semestre, no trimestre intermediário e no final do semestre.

Há uma diferença no cálculo da média semestral dos passivos em relação ao que foi feito no caso dos ativos. Para os ativos, não há diferença entre os valores contabilizados no balanço e no balancete, nas data-bases de 31 de junho e 31 de dezembro; daí, para eles, são usados somente dados provenientes dos balancetes informados pelas cooperativas ao BACEN. Entretanto, no caso dos passivos e também no caso do patrimônio líquido, há diferença entre os valores contabilizados em ambos documentos nessas datas. Isso porque, os balancetes apresentam saldos nas contas de resultado, e os balanços, não; a cada semestre, quando do fechamento dos balanços, o resultado líquido – a diferença entre as contas de

resultado credoras e devedoras – é apropriado em contas patrimoniais, do passivo ou do patrimônio líquido.

Assim, o cálculo indicado para as médias semestrais dos grupos e sub-grupos do passivo exigível – média aritmética dos saldos em três momentos distintos de cada semestre – utiliza dados dos balanços patrimoniais para os saldos do início de cada semestre e dados dos balancetes para os saldos do trimestre intermediário e do final do semestre.

Com relação ao patrimônio líquido de cooperativas de crédito, e conforme já apresentado, somente parte é divisível aos cooperados; isso porque, há parte das reservas, especialmente as contabilizadas na conta de reserva Legal, indivisível aos cooperados individualmente, apesar de pertencerem à sociedade cooperativa como um todo. Para a análise do patrimônio líquido de cooperativas de crédito, o montante total será dividido então em dois grupos: a) patrimônio líquido divisível, composto pelo capital social e pelas reservas de capital, e b) restante do patrimônio, composto pelas demais reservas, pelas sobras e perdas acumuladas e também pelo resultado de exercícios futuros. Essa divisão é feita também a partir da verificação das contas contábeis componentes do patrimônio de instituições financeiras, analisando-se os tipos de itens a serem apropriados em cada grupo de contas.

No Quadro 3.7, abaixo, estão indicadas as contas contábeis utilizadas para análise do patrimônio total das cooperativas, bem como os tipos de patrimônio considerados em cada uma e os documentos específicos encaminhados pelas cooperativas ao BACEN que servem de fonte para a coleta dos dados.

Quadro 3.7 - Contas contábeis utilizadas para análise do patrimônio de cooperativas de crédito.

Conta Contábil	Tipos de Patrimônio	Fonte
PATRIMÔNIO LÍQUIDO DIVISÍVEL		
○ 6.1.1.00.00-4 Capital Social	Capital, Aumento de capital, Redução de capital (-), Capital a realizar (-)	Balanços semestrais e Balancetes mensais
○ 6.1.3.00.00-0 Reservas de Capital	Reserva de atualização de títulos patrimoniais, Outras reservas de capital	
RESTANTE DO PATRIMÔNIO		
○ 5.0.0.00.00-5 Resultados de Exercícios Futuros	Receitas de exercícios futuros	Balanços semestrais e Balancetes mensais
○ 6.1.4.00.00-3 Reservas de Reavaliação	Reserva de reavaliação de imóveis de uso próprio, Reserva de reavaliação de bens de coligadas e controladas	
○ 6.1.5.00.00-6 Reservas de Lucros	Reserva legal, Reservas estatutárias, Reservas para contingências, Reservas para expansão, Reservas de lucros a realizar, Reservas especiais de lucros	

continua

Conta Contábil	Tipos de Patrimônio	Fonte
○ 6.1.7.00.00-2 Sobras ou Perdas Acumuladas	Sobras ou perdas acumuladas	

Essa divisão é proposta não somente pelo critério da divisibilidade, mas também pela consideração quanto à disponibilidade de devolução aos cooperados. Ou seja, a parcela do patrimônio líquido passível de retirada pelos cooperados – em caso de demissão ou por qualquer regra estabelecida na organização para devolução do capital – é considerada no primeiro grupo. A parcela restante – parte indivisível, parte divisível mas não contabilizada individualmente aos cooperados e parte ainda não contabilizada como patrimônio líquido (caso dos resultados de exercícios futuros) – é considerada no segundo grupo.

A análise do patrimônio das cooperativas amostradas é feita também por meio das médias semestrais dos grupos de contas indicados acima. Para o cálculo, são considerados os valores contabilizados no início de cada semestre – dados extraídos do balanço patrimonial, conforme descrito anteriormente – mais os valores contabilizados no trimestre intermediário e no final do semestre – dados dos balancetes.

Nos trechos sobre o ativo total, o passivo exigível e o patrimônio líquido, foram apresentados os procedimentos de análise dos recursos aplicados e captados por cooperativas de crédito no atendimento às demandas por crédito e por poupança de seus cooperados. O atendimento dessas demandas específicas é feita pela atividade de intermediação financeira, captando recursos dos usuários superavitários de liquidez e/ou em outras instituições financeiras e aplicando em operações de crédito aos usuários deficitários de liquidez e/ou também em outras instituições financeiras. O resultado dessas operações à organização cooperativa é medido por meio da análise dos ingressos e dispêndios, bem como da sobra (ou perda) líquida apurada ao final de cada período.

Para essa análise, as contas de resultados são divididas em dois grupos: a) resultado de intermediação financeira, e b) outros resultados. Essa divisão é feita a partir da verificação das contas de resultado credoras e devedoras de instituições financeiras, analisando-se os tipos de itens a serem apropriados em cada grupo de contas. No Quadro 3.8, a seguir, estão indicadas as contas contábeis utilizadas para análise dos resultados líquidos das cooperativas, bem como os tipos de ingressos e dispêndios considerados em cada uma e o documento específico encaminhado pelas cooperativas ao BACEN que serve de fonte para a coleta dos dados.

Quadro 3.8 - Contas contábeis utilizadas para análise dos resultados líquidos de cooperativas de crédito.

Conta Contábil	Tipos de Ingressos e Dispendios	Fonte
RESULTADO DE INTERMEDIACÃO FINANCEIRA		
• Aplicações e captações com cooperados		Balancetes mensais
○ 7.1.1.00.00-1 Rendas de Operações de Crédito	Rendas de adiantamentos a depositantes, Rendas de empréstimos, Rendas de títulos descontados, Rendas de financiamentos, Rendas de financiamentos rurais - Aplicações livres, Rendas de financiamentos rurais - Aplicações repassadas e refinanciadas, Rendas de financiamentos agroindustriais	
○ 8.1.1.00.00-8 Despesas de Captação	Despesas de depósitos interfinanceiros, Despesas de depósitos de aviso prévio, Despesas de depósitos a prazo, Despesas de depósitos judiciais, Despesas de operações compromissadas	
○ 8.1.8.00.00-9 Aprovisionamentos e Ajustes Patrimoniais	Despesas de amortização, Despesas de depreciação, Despesas de provisões operacionais (Perdas em Aplicações em Depósitos Interfinanceiros, Desvalorização de Títulos Livres, Desvalorização de Créditos Vinculados, Desvalorização de Títulos Vinculados à Negociação e Intermediação de Valores, Derivativos de Crédito, Provisões para Operações de Crédito, Repasses Interfinanceiros, Provisões para Outros Créditos)	
• Aplicações e captações em outras instituições		
○ 7.1.4.00.00-0 Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	Rendas de aplicações em operações compromissadas, Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	
○ 7.1.5.00.00-3 Rendas com Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	Rendas de títulos de renda fixa, Rendas de títulos de renda variável, Rendas de aplicações em fundos de investimento, Rendas de aplicações no fundo de desenvolvimento social, Rendas de aplicações em títulos de desenvolvimento econômico, Lucros com títulos de renda fixa, Rendas em operações com derivativos	
○ 8.1.5.00.00-0 Despesas com Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	Prejuízos com títulos de renda fixa, Prejuízos com títulos de renda variável, Despesas em operações com derivativos	
○ 7.1.9.00.00-5 Outras Receitas Operacionais	Recuperação de créditos baixados como prejuízo, Rendas de créditos decorrentes de contratos de exportação adquiridos, Recuperação de encargos e despesas, Rendas de créditos por avais e fianças honrados, Rendas de créditos vinculados ao crédito rural, Rendas de garantias prestadas, Rendas de repasses interfinanceiros, Rendas de créditos específicos, Ingressos de depósitos intercooperativos, Reversão de provisões operacionais, Outras rendas operacionais	

continua

Conta Contábil	Tipos de Ingressos e Dispendios	Fonte
○ 8.1.2.00.00-1 Despesas de Obrigações por Empréstimos e Repasses	Despesas de empréstimos-BNCC, Despesas de refinanciamentos, Despesas de empréstimos no país-Outras instituições, Despesas de empréstimos no exterior, Despesas de repasses-Tesouro Nacional, Despesas de repasses-Banco do Brasil, Despesas de repasses-BNDES, Despesas de repasses-CEF, Despesas de repasses-Outras instituições oficiais, Despesas de repasses-Interfinanceiros	
OUTROS RESULTADOS		
○ 7.1.7.00.00-9 Rendas de Prestação de Serviços	Rendas de cobrança, Rendas de serviços de custódia, Rendas de transferência de fundos, Rendas de tarifas bancárias – PF, Rendas de tarifas bancárias – PJ, Rendas de outros serviços	Balancetes mensais
○ 7.1.8.00.00-2 Rendas de Participações	Rendas de ajustes em investimentos em coligadas e controladas	
○ 8.1.6.00.00-3 Despesas de Participações	Despesas de ajustes em investimentos em coligadas e controladas	
○ 7.3.0.00.00-6 Receitas não operacionais	Lucros em Transações com Valores e Bens, Outras Receitas Não Operacionais (Ganhos de capital, Rendas de aluguéis, Reversão de provisões não operacionais)	
○ 8.3.0.00.00-3 Despesas não operacionais	Prejuízos em Transações com Valores e Bens, Outras Despesas Não Operacionais (Perdas de capital, Despesas de provisões não operacionais)	
○ 8.1.7.00.00-6 Despesas Administrativas	Despesas de água, energia e gás, Despesas de aluguéis, Despesas de arrendamentos de bens, Despesas de comunicações, Despesas de contribuições filantrópicas, Despesas de honorários (Conselho Fiscal, Diretoria e Conselho de Administração), Despesas de manutenção e conservação de bens, Despesas de material, Despesas de pessoal-Benefícios, Despesas de pessoal-Encargos sociais, Despesas de pessoal-Proventos, Despesas de pessoal-Treinamento, Despesas de remuneração de estagiários, Despesas de processamento de dados, Despesas de promoções e relações públicas, Despesas de propaganda e publicidade, Despesas de publicações, Despesas de seguros, Despesas de serviços do sistema financeiro, Despesas de serviços de terceiros, Despesas de serviços de vigilância e segurança, Despesas de serviços técnicos especializados, Despesas de transporte, Despesas tributárias, Despesas de viagem ao exterior, Despesas de viagem no país, Despesas de multas aplicadas pelo Banco Central, Outras despesas administrativas	
○ 8.1.9.00.00-2 Outras Despesas Operacionais	Despesas de imposto sobre serviços de qualquer natureza- ISS, Despesas de contribuição ao Cofins, Despesas de contribuição ao Pis/Pasep, Despesas de cessão de operações de crédito, Despesas de descontos concedidos em renegociações, Despesas de juros ao capital, Despesas de recursos do Proagro, Dispendios de depósitos intercooperativos, Despesas de atualização de impostos e contribuições, Despesas com serviços prestados-Tarifas bancárias-PF, Despesas com serviços prestados Tarifas bancárias-PJ	

Conta Contábil	Tipos de Ingressos e Dispendios	Fonte
○ 8.9.0.00.00-7 Apuração de resultado	Imposto de Renda, Contribuição social, Participações no lucro (Administradores, Empregados, Fundos de Assistência e Previdência)	

A análise dos resultados, diferentemente das análises que realizadas nas contas patrimoniais, não se dá por médias de períodos, mas por montantes acumulados nos períodos. Assim, os resultados de cooperativas de crédito são analisados por meio dos saldos acumulados dos ingressos e dispendios ao final de cada semestre dos cinco anos de análise (2003 a 2007).

d) Análise do *spread* aplicado na intermediação financeira

Conforme já visto para instituições financeiras de modo geral, a atividade de intermediação financeira pode ser analisada a partir do *spread* verificado entre as operações de captação e de aplicação de recursos. Para cooperativas de crédito, esse indicador é calculado conforme apresentado na Figura 3.3, abaixo.

Figura 3.3. Desdobramento do cálculo do *spread* aplicado na intermediação financeira, específico para cooperativas de crédito.

O retorno médio das aplicações tem como origem as operações de crédito com os cooperados – usuários tomadores de recursos – e as aplicações em outras instituições (vide Quadro 3.5, página 76), que geram os ingressos da intermediação financeira. Por outro lado, o custo médio de captação provém das captações de depósitos com os cooperados – usuários poupadores de recursos – e dos empréstimos realizados e repasses recebidos de outras instituições (vide Quadro 3.6, página 78), que por sua vez geram os dispêndios da intermediação financeira. A partir desses ingressos e dispêndios provenientes dos juros pagos devido aos recursos captados e recebidos devido aos aplicados, apura-se periodicamente o *spread* da atividade, ou melhor, o resultado da intermediação financeira (vide Quadro 3.8, página 82).

Assim, a análise da atividade de intermediação financeira de cooperativas de crédito inicia-se pela verificação da participação das operações de crédito com cooperados e com outras instituições financeiras em relação ao total aplicado em cada período. Em relação a essa aplicação também, é verificada a originação dos recursos, se em captações de depósitos com cooperados, com outras instituições ou na disponibilização do próprio patrimônio líquido da entidade.

A partir das informações a respeito das captações e aplicações de recursos, é calculado o *spread* aplicado pelas cooperativas na intermediação financeira. Para isso, adapta-se o método proposto em Fipecafi (2005), apresentado anteriormente. A adaptação aqui proposta tem como objetivo diferenciar no cálculo as operações realizadas com os cooperados e com outras instituições financeiras, bem como destacar a aplicação de recursos realizada com recursos próprios das cooperativas.

O modelo de cálculo utilizado está apresentado no Quadro 3.9, abaixo. Vale ressaltar que os itens de margem estão apresentados como porcentagens do total de ingressos das operações de crédito, enquanto os itens de *spread*, como porcentagens do saldo médio do capital aplicado.

Quadro 3.9 - Estrutura básica da margem e do *spread* para cooperativas de crédito.

Resultados	Margem	<i>Spread</i>
Saldo médio do capital aplicado		100%
- com cooperados		
- em outras instituições		
A) Ingressos de operações de crédito	100%	%
- com cooperados		
- em outras instituições		

continua

Resultados	Margem	Spread
Saldo médio de capital captado		100%
- com cooperados		
- em outras instituições		
- capital próprio		
B.1) Dispendio de captação-Cooperados	(%)	(%)
- Custo do CDI		
- Ganho (Perda) na captação		
B.2) Dispendio de captação-Outras instituições	(%)	(%)
- Custo do CDI		
- Ganho (Perda) na captação		
B.3) Dispendio de captação-Capital próprio	(%)	(%)
- Custo do CDI		
- Ganho (Perda) na captação		
C) Resultado bruto da intermediação financeira	%	%
D) Dispendios diretos	(%)	(%)
E) Resultado direto da intermediação financeira	%	%
F) Rateio outros dispendios operacionais	(%)	(%)
G) Margem/Spread Antes da CS	%	%
H) Provisão para CS	(%)	(%)
I) Resultado líquido da intermediação financeira	%	%

Nesse modelo, há adaptações em relação ao original. Primeiro, as despesas de captação são apresentadas de forma diferenciada, de acordo com a origem dos recursos captados. Assim, as despesas de captação com cooperados incorridas em um período são confrontadas com o saldo médio, no mesmo período, de captação de depósitos com cooperados; as despesas de captação em outras instituições são confrontadas com o saldo médio de captações em outras instituições; por fim, o montante médio de recursos aplicados oriundos do patrimônio líquido das cooperativas – saldo médio de capital aplicado menos os saldos médios de captações com cooperados e em outras instituições – é confrontado com despesa nula de captação, haja vista serem recursos próprios da cooperativa, aplicáveis custos de oportunidade de aplicação de capital mas não confrontáveis com despesas efetivamente ocorridas.

Segundo, mantêm-se os cálculos do custo correspondente do CDI e do respectivo ganho para cada um dos três tipos de despesas de captação. Entretanto, considerando a origem do capital aplicado a partir de três fontes distintas, a taxa de remuneração considerada para esse custo é apropriada proporcionalmente a cada uma delas.

Terceiro, são excluídas do cálculo do resultado líquido da intermediação financeira eventuais provisões para imposto de renda. Isso porque, às atividades econômicas de proveito comum e sem objetivo de lucro realizadas por sociedades cooperativas não incide esse imposto, conforme regulamentação do imposto de renda (BRASIL, 1999b, art. 182).

Para utilização desse modelo alternativo visando à verificação da estrutura básica do *spread* aplicado por cooperativas de crédito nas atividades de intermediação financeira, são usados como fonte de dados os balancetes trimestrais encaminhados por elas ao BACEN. Considerando a estrutura dos balancetes e os itens de resultado considerados nas respectivas contas contábeis (vide Quadro 3.8, página 82), a partir da diferença entre os ingressos e os dispêndios chega-se ao resultado direto da intermediação financeira, antes entretanto dos impostos; a despesa dos impostos é considerada no conjunto das outras despesas operacionais, sendo portanto debitados quando da apuração do resultado líquido.

O custo do CDI correspondente à captação dos recursos aplicados é calculado utilizando-se a taxa de remuneração diária, acumulada semestralmente (TAXA DE JUROS-CDI). Na Tabela 3.1, abaixo, a listagem dessas taxas de remuneração semestral, para os cinco anos da pesquisa (2003 a 2007).

Tabela 3.1 - Taxas de remuneração semestral do certificado de depósito interbancário (% acumulada ao semestre, de 2003 a 2007).

Semestre	Taxa de Remuneração Acumulada do CDI (%)
1o Sem. 2003	11,8%
2o Sem. 2003	10,3%
1o Sem. 2004	7,6%
2o Sem. 2004	8,0%
1o Sem. 2005	8,9%
2o Sem. 2005	9,2%
1o Sem. 2006	7,8%
2o Sem. 2006	6,7%
1o Sem. 2007	6,0%
2o Sem. 2007	5,5%

Fonte: Taxa de Juros-CDI.

e) Análise da rentabilidade de cooperativas de crédito

A análise da rentabilidade das cooperativas de crédito é feita por meio de dois indicadores, retorno sobre os ativos (ROA) e do retorno sobre o patrimônio líquido (ROE).

Além de suas formas mais comumente utilizadas, são calculados também alguns desdobramentos, sugeridos especificamente para análise de cooperativas de crédito.

O cálculo das rentabilidades é feito visando a analisar conjuntamente às tipificações descritas anteriormente, e então identificar possível superioridade de algum padrão de distribuição de resultados em comparação aos outros.

O retorno médio sobre os ativos (ROA) é calculado a partir do quociente entre o resultado líquido do período – ingressos menos dispêndios incorridos – e o ativo total médio, ambos calculados conforme indicação anterior.

Esse indicador de rentabilidade é ainda desdobrado em partes, de acordo com os tipos de ingressos e dispêndios considerados. No caso de cooperativas de crédito, são considerados três tipos de resultados, provenientes de 1) operações de intermediação financeira com os cooperados, 2) aplicações e captações em outras instituições financeiras, e 3) outros resultados. O detalhamento das contas de resultado consideradas em cada um dos componentes do resultado líquido geral das cooperativas de crédito foi apresentado no Quadro 3.8, página 82.

Além do retorno sobre os ativos, a rentabilidade média das cooperativas de crédito é analisada também em relação ao patrimônio líquido (ROE); calcula-se esse indicador similarmente ao ROA acima, mas agora tendo no denominador do quociente o patrimônio líquido médio do período.

Entretanto, além do ROE tradicional, em cooperativas de crédito calcula-se também um indicador derivado, considerando somente o patrimônio líquido divisível e o montante de resultados destinado individualmente aos cooperados. Esse indicador derivado é chamado de ROE-C, indicando estar relacionado à parte específica dos Cooperados no patrimônio líquido da cooperativa. Esse indicador corresponde ao quociente dos “resultados individualizados (divisíveis)” de um período – vide cálculo indicado no Quadro 3.2, à página 72 – em relação ao saldo médio no mesmo período do “patrimônio líquido divisível” – vide contas contábeis indicadas no Quadro 3.7, página 80.

3.2 Amostra de cooperativas de crédito rural paulistas

O estudo da intermediação financeira e da rentabilidade de cooperativas de crédito para subsídio à discussão do modelo de tipificação em relação ao padrão de distribuição de resultados é feito sobre uma amostra de cooperativas singulares de crédito rural paulistas.

Na Tabela 3.2 a seguir, está apresentada a listagem dessas cooperativas, conforme informação do BACEN referente a 02 de janeiro de 2008 (BACEN, 2008b); as cooperativas estão ordenadas de forma decrescente, de acordo com o ativo total contabilizado em seus respectivos balanços patrimoniais de 31 de dezembro de 2007 (BACEN, 2007b).

Tabela 3.2 - Listagem das cooperativas de crédito rural paulistas.

Sigla	Razão Social	Município (sede)	Ativo Total ↓ (Dez. 2007, R\$)	Grupo (quartil)
CREDICITRUS	Cooperativa De Crédito Rural Coopercitrus	Bebedouro	1.225.924.197,59	1
COCRED	Cooperativa De Crédito Dos Plantadores De Cana De Sertãozinho	Sertãozinho	571.152.242,69	1
COOPECREDI	Cooperativa De Crédito Rural Dos Plantadores De Cana Da Zona De Guariba	Guariba	425.577.879,68	1
COCREFOCAPI	Cooperativa De Crédito Rural Dos Fornecedores De Cana E Agropecuaristas Da Região De Piracicaba	Piracicaba	155.343.747,62	1
CREDICOONAI	Cooperativa De Crédito Rural Coonai	Ribeirão Preto	152.265.833,84	1
CREDICOCAPEC	Cooperativa De Crédito Rural Cocapec	Franca	68.884.692,34	1
CREDICAROL	Cooperativa De Crédito Rural Da Região De Orlândia	Orlândia	67.400.567,12	1
CREDISAN	Cooperativa De Crédito Rural Da Região Da Mogiana	São João da Boa Vista	46.536.068,36	2
	Cooperativa De Crédito Rural Da Alta Paulista	Adamantina	40.201.991,06	2
CREDICAP	Cooperativa De Crédito Rural Dos Plantadores De Cana Da Região De Capivari	Capivari	38.826.062,57	2
CREDIMOTA	Cooperativa De Crédito Rural De Cândido Mota	Cândido Mota	28.411.645,94	2
COFOCRED	Cooperativa De Crédito Rural Dos Fornecedores De Cana Da Região De Catanduva-Cofocred	Catanduva	27.011.704,59	2
CREDIVALE	Cooperativa De Crédito Rural Do Vale Do Paranapanema	Presidente Prudente	25.511.488,11	2
CREDICANA	Cooperativa De Crédito Rural Dos Produtores Agrícolas E Pecuários Da Média Sorocabana	Assis	23.633.794,10	2
CREDICERIPA	Cooperativa De Crédito Rural De Itaí-Paranapanema-Avaré	Itaí	20.514.290,55	2
CREDICAZOLA	Cooperativa De Crédito Rural Cazola	Lucélia	19.345.648,67	3
COCREJAU	Cooperativa De Crédito Rural De Jaú E Região	Jaú	17.818.660,58	3
COOPCRED	Coopcred-Cooperativa De Crédito Dos Fornecedores De Cana E Agropecuaristas Da Região Oeste Paulista	Valparaíso	11.415.117,38	3
COOPERCRED	Cooperativa De Crédito Dos Fornecedores De Cana De Barra Bonita E Região	Barra Bonita	8.309.418,07	3
CREDLÍDER	Cooperativa De Crédito Rural Do Extremo Oeste De São Paulo	Votuporanga	6.362.516,56	3
	Cooperativa De Crédito Dos Plantadores De Cana Da Região De Lençóis Paulista	Lençóis Paulista	6.326.667,18	3
CREDISOLO	Cooperativa De Crédito Rural Do Planalto Paulista - Credisolo	Garça	5.403.120,07	3
	Cooperativa De Crédito Dos Fornecedores De Cana Do Centro Do Estado De São Paulo	Araraquara	4.267.356,77	3
CREDICOLASO	Cooperativa De Crédito Rural Agro-Pecuária Do Sudoeste Paulista	Sorocaba	3.590.749,51	4
CREDIMOGIANA	Cooperativa De Crédito Rural Da Baixa Mogiana	Mogi-Mirim	3.340.175,91	4
CRERURAL	Cooperativa De Crédito Rural Dos Plantadores De Cana Da Região De Igarapava	Igarapava	3.285.741,51	4
SUDOCRED	Cooperativa De Crédito Rural Do Sudoeste Paulista	Itapetininga	3.245.186,40	4
CREDISBO	Cooperativa De Crédito Dos Fornecedores De Cana E Dos Agropecuários Da Região De Santa Bárbara D'oeste	Santa Bárbara D'oeste	1.731.170,43	4

continua

Sigla	Razão Social	Município (sede)	Ativo Total ↓ (Dez. 2007, R\$)	Grupo (quartil)
	Cooperativa De Crédito Rural Dos Agropecuaristas Da Região De Porto Feliz	Porto Feliz	750.112,26	4
	Cooperativa De Crédito Rural Solidário De Ribeirão Branco	Ribeirão Branco		4

FONTES: BACEN (2007b, 2008b).

A partir do ordenamento, essas cooperativas foram agrupadas em quartis, indicados na última coluna da referida tabela; selecionou-se para utilização na pesquisa a amostra do primeiro quartil, correspondente às sete maiores cooperativas singulares de crédito rural do Estado de São Paulo, de acordo com o ativo total de dezembro de 2007. Vale ressaltar que essas sete cooperativas representam conjuntamente 88,5% do ativo total das trinta cooperativas singulares de crédito rural registradas em São Paulo naquela data-base.

Na Figura 3.4, a seguir, está ilustrado o mapa dessas trinta cooperativas de crédito rural do Estado de São Paulo. Estão identificadas as localizações municipais das sedes das sete cooperativas selecionadas na amostra e das demais vinte e três não consideradas. Ainda, está estimada a área de abrangência do cooperativismo de crédito rural paulista de acordo com as microrregiões onde se localizam as sedes e os respectivos PACs.

Como pode se verificar a partir do mapa, seis das cooperativas amostradas estão sediadas na mesorregião de Ribeirão Preto, a última estando na mesorregião de Piracicaba. Ambas são regiões do Estado de São Paulo com fortes tradições agrícolas, com presença de várias cooperativas tanto de crédito rural quanto agropecuárias.

Todas essas sete cooperativas tiveram ou mantêm ainda forte relacionamento com cooperativas agropecuárias de suas respectivas regiões, algumas ainda compartilhando parte considerável do quadro social.

Três delas são compostas principalmente por produtores de cana-de-açúcar; uma, por produtores de café e as demais, por produtores de grãos e outros produtos agropecuários diversos.

Figura 3.4. Mapa das cooperativas de crédito rural paulistas.

3.3 Análise dos resultados

A seguir, são apresentados os resultados das análises realizadas para as sete cooperativas de crédito rural paulista estudadas. É apresentada primeiro a tipificação a partir do modelo sugerido, tendo por base o padrão de distribuição de resultados; em seguida, são apresentadas as análises sugeridas da caracterização, da intermediação financeira e da rentabilidade para cada um dos tipos de cooperativas indicados.

a) Tipificação das cooperativas de crédito rural paulistas

A partir das respostas ao questionário enviado às cooperativas selecionadas, são calculadas as destinações das sobras totais geradas por elas nos cinco anos indicados para estudo. Com esses dados, tipificam-se as cooperativas de acordo com o modelo proposto acima, nos tipos I, II ou III, de acordo com o padrão de distribuição de resultados aos cooperados (vide Quadro 3.4, página 74).

Para esta amostra selecionada de cooperativas, o tipo I será o das cooperativas que destinam quaisquer valores às contas correntes dos cooperados, mesmo que pequenas porcentagens em comparação às demais destinações.

Na Tabela 3.3, a seguir, estão apresentadas as porcentagens das destinações das sobras totais geradas a cada ano, de 2003 a 2007, de cada cooperativa estudada; estão indicados também a média e o desvio padrão desses quocientes no período.

Tabela 3.3 - Destinações das sobras totais geradas aos cooperados, pelas cooperativas de crédito rural estudadas, de 2003 a 2007.

Cooperativa	Destinação das Sobras	2003	2004	2005	2006	2007	Média (DP)
COOPECREDI	Conta Corrente	13,3%	17,6%	24,1%	19,5%	12,5%	35,6% (21,2%)
	Capital Social	63,5%	59,6%	53,0%	43,3%	15,5%	47,0% (19,2%)
	Indivisíveis	23,2%	22,8%	22,9%	37,2%	72,0%	17,4% (4,7%)
CREDICOONAI	Conta Corrente	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0% (0,0%)
	Capital Social	85,0%	85,0%	85,0%	85,0%	72,9%	82,6% (5,4%)
	Indivisíveis	15,0%	15,0%	15,0%	15,0%	27,1%	17,4% (5,4%)
CREDICAROL	Conta Corrente	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0% (0,0%)
	Capital Social	6,5%	7,5%	6,6%	8,3%	11,1%	8,0% (1,9%)
	Indivisíveis	93,5%	92,5%	93,4%	91,7%	88,9%	92,0% (1,9%)
CREDICITRUS	Conta Corrente	15,3%	15,0%	15,8%	12,2%	13,5%	14,3% (1,5%)
	Capital Social	9,1%	10,7%	22,6%	43,6%	30,6%	23,3% (14,4%)
	Indivisíveis	75,6%	74,3%	61,6%	44,2%	56,0%	62,3% (13,1%)
COCREFOCAPI	Conta Corrente	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0% (0,0%)
	Capital Social	10,0%	43,7%	51,1%	51,7%	55,5%	42,4% (18,6%)
	Indivisíveis	90,0%	56,3%	48,9%	48,3%	44,5%	57,6% (18,6%)
CREDICOCAPEC	Conta Corrente	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0% (0,0%)
	Capital Social	30,1%	16,2%	42,5%	42,5%	43,8%	35,0% (11,9%)
	Indivisíveis	69,9%	83,8%	57,5%	57,5%	56,2%	65,0% (11,9%)
COCRED	Conta Corrente	8,7%	5,7%	7,3%	13,8%	10,8%	9,3% (3,1%)
	Capital Social	36,2%	37,6%	36,2%	27,9%	30,3%	33,7% (4,3%)
	Indivisíveis	55,0%	56,7%	56,4%	58,3%	58,9%	57,1% (1,6%)

FONTE: Pesquisa com cooperativas.

O resultado da tipificação está apresentado no Quadro 3.10, abaixo. Estão apresentados os tipos de cada cooperativa a cada ano do estudo e a moda dessas indicações para o período; é utilizada essa estatística para a tipificação decisiva das cooperativas no âmbito dessa pesquisa, utilizada no restante das análises.

Quadro 3.10 - Tipificação das cooperativas de crédito rural estudadas, de acordo com padrões de distribuição de resultados.

Cooperativa	2003	2004	2005	2006	2007	Moda
COOPECREDI	I	I	I	I	I	I
CREDICOONAI	II	II	II	II	II	II
CREDICAROL	III	III	III	III	III	III
CREDICITRUS	I	I	I	I	I	I
COCREFOCAPI	III	III	II	II	II	II
CREDICOCAPEC	III	III	III	III	III	III
COCRED	I	I	I	I	I	I

Vê-se que três cooperativas (das sete analisadas) destinam parte dos resultados aos cooperados por meio de depósitos em conta corrente. As demais quatro não fazem isso, garantindo a manutenção da totalidade dos recursos em caixa, sob administração de seus próprios gestores. Ainda, duas delas têm como padrão a destinação da maior parte dos resultados ao capital social dos cooperados – recursos mantidos no patrimônio líquido da entidade, ainda que contabilizados individualmente aos sócios – enquanto outras duas têm como padrão a destinação da maior parte dos resultados a reservas e provisões indivisíveis. O resumo dessa tipificação está apresentado no Quadro 3.11, a seguir.

Quadro 3.11 - Indicação das cooperativas em cada tipo quanto ao padrão de distribuição de resultados.

Tipo de Cooperativa	Especificação (quanto à distribuição dos resultados totais gerados aos cooperados)	Cooperativa(s)		
I	Parte significativa das sobras devolvida em <u>Conta Corrente</u> dos cooperados.	COOPECREDI	CREDICITRUS	COCRED
II	Maior parte devolvida aos cooperados no <u>Capital Social</u> ; parte em conta corrente não significativa.	CREDICOONAI	COCREFOCAPI	
III	Maior parte destinada a reservas/provisões <u>Indivisíveis</u> ; parte em conta corrente não significativa.	CREDICAROL	CREDICOCAPEC	

b) Caracterização geral das cooperativas estudadas

O quadro social ativo das sete cooperativas estudadas apresenta variação acumulada positiva no período analisado, de 2003 a 2007. Na Tabela 3.3, abaixo, estão apresentadas as quantidades de cooperados ativos ao final dos cinco anos analisados, conforme dados informados pelas próprias cooperativas. Estão apresentados também índices de variação dessas quantidades, a cada ano, acumulado no período e médio anual para os cinco anos.

Tabela 3.3 - Quantidades de cooperados ativos nas cooperativas de crédito rural estudadas, mais índices de variação (dados base 31 de dezembro de cada ano, de 2003 a 2007).

Cooperativa	Item	2003	2004	2005	2006	2007
TIPO I: Parte significativa das sobras devolvida em Conta Corrente dos cooperados.						
COOPECREDI	Quantidade	1.192	1.247	1.287	1.497	1.727
	Variação		4,6%	3,2%	16,3%	15,4%
	Acumulado/Média				44,9%	9,7%
CREDICITRUS	Quantidade	8.915	10.900	16.047	20.109	28.061
	Variação		22,3%	47,2%	25,3%	39,5%
	Acumulado/Média				214,8%	33,2%
COCRED	Quantidade	2.914	3.396	3.822	5.145	7.669
	Variação		16,5%	12,5%	34,6%	49,1%
	Acumulado/Média				163,2%	27,4%
TIPO II: Maior parte devolvida aos cooperados no Capital Social; parte em conta corrente não significativa.						
CREDICOONAI	Quantidade	5.065	5.480	5.584	5.855	6.186
	Variação		8,2%	1,9%	4,9%	5,7%
	Acumulado/Média				22,1%	5,1%
COCREFOCAPI	Quantidade	3.622	3.581	3.799	3.263	3.665
	Variação		-1,1%	6,1%	-14,1%	12,3%
	Acumulado/Média				1,2%	0,3%
TIPO III: Maior parte destinada a reservas/provisões Indivisíveis; parte em conta corrente não significativa.						
CREDICAROL	Quantidade	1.724	1.616	1.360	1.602	1.879
	Variação		-6,3%	-15,8%	17,8%	17,3%
	Acumulado/Média				9,0%	2,2%
CREDICOCAPEC	Quantidade	820	906	978	1.073	1.146
	Variação		10,5%	7,9%	9,7%	6,8%
	Acumulado/Média				39,8%	8,7%

FONTE: Pesquisa com cooperativas.

No período de cinco anos analisado, o crescimento médio anual do quadro social ativo das sete cooperativas estudadas foi positivo, variando de 0,3% até 33,2% e com mediana em 8,7%. No entanto, a maioria das cooperativas (5 das 7) teve crescimento médio anual de até 10%. No Gráfico 3.1, a seguir, está ilustrado essa evolução do quadro social das cooperativas, de acordo com os tipos identificados.

Gráfico 3.1. Evolução da quantidade de cooperados ativos nas cooperativas de crédito rural estudadas (período: 2003-07).

Com relação ao ativo total das cooperativas de crédito rural estudadas, a evolução anual foi sempre positiva no período de cinco anos analisado. No Gráfico 3.2, abaixo, está ilustrada esse crescimento.

Gráfico 3.2. Evolução do ativo total das cooperativas de crédito rural estudadas (saldos em 31 de dezembro, de 2003 a 2007).

São calculados ainda os saldos médios semestrais, de acordo com os grupos de contas sugeridos na descrição metodológica. Os dados completos estão apresentados em Apêndice, na Tabela B.1, a partir da página 145.

Em relação à divisão dos ativos entre os dois grupos, a participação do grupo “capital aplicado” é visivelmente maior do que a do grupo “outros ativos” (vide Gráfico 3.3, a seguir, em relação ao segundo semestre de 2007). Em média para o período de cinco anos de estudo (2003-07), aquele grupo representa mais de 90% dos ativos para seis das sete cooperativa analisadas, conforme pode ser visto na Tabela 3.4, abaixo.

Gráfico 3.3. Tipos de ativos das cooperativas de crédito rural estudadas (médias do segundo semestre de 2007).

Tabela 3.4 - Participação de cada grupo no total dos ativos médios das cooperativas de crédito rural estudadas (de acordo com tipificação proposta; período: 2003-07).

Cooperativa	Grupo de ativos	Resultado da aplicação proposta, período: 2003-07%										Média (DP)
		2003		2004		2005		2006		2007		
		1o Sem.	2o Sem.	1o Sem.	2o Sem.	1o Sem.	2o Sem.	1o Sem.	2o Sem.	1o Sem.	2o Sem.	
TIPO I: Parte significativa das sobras devolvida em Conta Corrente dos cooperados.												
COOPE-CREDI	Capital aplicado	94,7%	94,9%	94,1%	94,5%	92,9%	93,4%	94,0%	94,7%	95,3%	95,4%	94,4% (0,8%)
	Outros ativos	5,3%	5,1%	5,9%	5,5%	7,1%	6,6%	6,0%	5,3%	4,7%	4,6%	5,6% (0,8%)
CREDI-CITRUS	Capital aplicado	96,3%	96,5%	96,4%	96,4%	96,7%	96,9%	96,9%	96,4%	96,4%	96,4%	96,5% (0,2%)
	Outros ativos	3,7%	3,5%	3,6%	3,6%	3,3%	3,1%	3,1%	3,6%	3,6%	3,6%	3,5% (0,2%)
COCRED	Capital aplicado	92,1%	90,9%	90,0%	91,5%	92,0%	92,2%	90,4%	89,6%	90,2%	88,4%	90,7% (1,2%)
	Outros ativos	7,9%	9,1%	10,0%	8,5%	8,0%	7,8%	9,6%	10,4%	9,8%	11,6%	9,3% (1,2%)

continua

Cooperativa	Grupo de ativos	2003		2004		2005		2006		2007		Média (DP)
		1o Sem.	2o Sem.	1o Sem.	2o Sem.	1o Sem.	2o Sem.	1o Sem.	2o Sem.	1o Sem.	2o Sem.	
TIPO II: Maior parte devolvida aos cooperados no Capital Social; parte em conta corrente não significativa.												
CREDI-COONAI	Capital aplicado	92,1%	93,3%	93,6%	92,2%	88,9%	89,0%	90,5%	91,2%	91,6%	92,2%	91,5% (1,6%)
	Outros ativos	7,9%	6,7%	6,4%	7,8%	11,1%	11,0%	9,5%	8,8%	8,4%	7,8%	8,5% (1,6%)
COCRE-FOCAPI	Capital aplicado	90,1%	91,2%	91,7%	88,8%	93,8%	94,7%	95,5%	95,5%	95,8%	96,0%	93,3% (2,6%)
	Outros ativos	9,9%	8,8%	8,3%	11,2%	6,2%	5,3%	4,5%	4,5%	4,2%	4,0%	6,7% (2,6%)
TIPO III: Maior parte destinada a reservas/provisões Indivisíveis; parte em conta corrente não significativa.												
CREDI-CAROL	Capital aplicado	50,4%	57,9%	57,5%	92,9%	93,2%	93,3%	94,0%	92,3%	92,5%	92,8%	81,7% (18,3%)
	Outros ativos	49,6%	42,1%	42,5%	7,1%	6,8%	6,7%	6,0%	7,7%	7,5%	7,2%	18,3% (18,3%)
CREDI-COCAPEC	Capital aplicado	85,3%	81,9%	88,8%	93,5%	94,0%	94,1%	94,8%	94,4%	94,3%	95,2%	91,6% (4,7%)
	Outros ativos	14,7%	18,1%	11,2%	6,5%	6,0%	5,9%	5,2%	5,6%	5,7%	4,8%	8,4% (4,7%)

Internamente ao grupo dos capitais aplicados, no ativo, a maioria das cooperativas de crédito rural estudadas (5 das 7) concentra a maior parte de suas aplicações de recursos em operações de crédito com cooperados, ou seja, apresentam na média para os cinco anos analisados mais da metade de suas aplicações nesse sub-grupo (vide Tabela 3.5, abaixo). Ainda, a participação média, para os cinco anos de estudo (2003 a 2007), do sub-grupo “operações de crédito com cooperados” na média total dos capitais aplicados pelas cooperativas em cada semestre varia de 33,4% até 74,8%, com mediana em 53,2%.

Tabela 3.5 - Participação dos sub-grupos de ativos no total do capital aplicado médio das cooperativas de crédito rural estudadas (período: 2003-07).

Estadísticas (período: 2003-07).												
Cooperativa	Capital Aplicado	2003		2004		2005		2006		2007		Média (DP)
		1o Sem.	2o Sem.	1o Sem.	2o Sem.	1o Sem.	2o Sem.	1o Sem.	2o Sem.	1o Sem.	2o Sem.	
TIPO I: Parte significativa das sobras devolvida em Conta Corrente dos cooperados.												
COOPE-CREDI	Operações de crédito com cooperados	29,2%	29,1%	32,7%	30,2%	35,5%	30,5%	38,1%	34,4%	38,5%	35,6%	33,4% (3,6%)
	Aplicações em outras instituições	70,8%	70,9%	67,3%	69,8%	64,5%	69,5%	61,9%	65,6%	61,5%	64,4%	66,6% (3,6%)
CREDI-CITRUS	Operações de crédito com cooperados	60,9%	70,5%	74,4%	70,8%	67,7%	63,3%	59,9%	52,4%	52,4%	57,0%	62,9% (7,8%)
	Aplicações em outras instituições	39,1%	29,5%	25,6%	29,2%	32,3%	36,7%	40,1%	47,6%	47,6%	43,0%	37,1% (7,8%)

continua

Cooperativa	Capital Aplicado	2003		2004		2005		2006		2007		Média (DP)
		1o Sem.	2o Sem.	1o Sem.	2o Sem.	1o Sem.	2o Sem.	1o Sem.	2o Sem.	1o Sem.	2o Sem.	
COCRED	Operações de crédito com cooperados	40,4%	56,6%	69,4%	69,7%	64,2%	65,6%	56,9%	50,7%	54,5%	61,7%	59,0% (9,1%)
	Aplicações em outras instituições	59,6%	43,4%	30,6%	30,3%	35,8%	34,4%	43,1%	49,3%	45,5%	38,3%	41,0% (9,1%)

TIPO II: Maior parte devolvida aos cooperados no Capital Social; parte em conta corrente não significativa.

CREDICOONAI	Operações de crédito com cooperados	82,9%	76,7%	76,5%	73,8%	77,7%	80,4%	77,2%	70,2%	66,4%	66,1%	74,8% (5,6%)
	Aplicações em outras instituições	17,1%	23,3%	23,5%	26,2%	22,3%	19,6%	22,8%	29,8%	33,6%	33,9%	25,2% (5,6%)
COCREFOCAPI	Operações de crédito com cooperados	45,8%	40,0%	49,4%	43,7%	37,4%	34,2%	32,1%	27,8%	36,7%	44,2%	39,1% (6,7%)
	Aplicações em outras instituições	54,2%	60,0%	50,6%	56,3%	62,6%	65,8%	67,9%	72,2%	63,3%	55,8%	60,9% (6,7%)

TIPO III: Maior parte destinada a reservas/provisões Indivisíveis; parte em conta corrente não significativa.

CREDICAROL	Operações de crédito com cooperados	89,4%	78,6%	72,3%	51,6%	40,3%	34,0%	36,5%	33,1%	32,2%	38,1%	50,6% (21,5%)
	Aplicações em outras instituições	10,6%	21,4%	27,7%	48,4%	59,7%	66,0%	63,5%	66,9%	67,8%	61,9%	49,4% (21,5%)
CREDICOCAPEC	Operações de crédito com cooperados	56,3%	57,1%	41,1%	51,8%	40,9%	53,6%	52,7%	70,4%	64,3%	44,1%	53,2% (9,6%)
	Aplicações em outras instituições	43,7%	42,9%	58,9%	48,2%	59,1%	46,4%	47,3%	29,6%	35,7%	55,9%	46,8% (9,6%)

O capital aplicado das cooperativas é também analisado relativamente à quantidade de cooperados ativos ao final de cada período. Na Tabela 3.6, estão apresentadas as médias do capital aplicado das sete cooperativas estudadas – saldo em 31 de dezembro de cada ano – de acordo com as quantidades de cooperados ativos ao final de cada exercício; para essas médias anuais, está apresentada também a razão dos valores de 2007 em relação a 2003.

Tabela 3.6 - Capital aplicado médio das cooperativas estudadas, de acordo com quantidade de cooperados ativos ao final dos exercícios (R\$/cooperado, de 31 de dezembro de 2003 a 2007); mais razão da média de 2007 em relação a 2003.

Cooperativa	2003	2004	2005	2006	2007	Razão 2007 / 2003
TIPO I: Parte significativa das sobras devolvida em Conta Corrente dos cooperados.						
COOPECREDI	123.726,72	124.870,97	157.112,65	210.315,45	234.323,17	1,89
CREDICITRUS	38.244,89	46.022,99	45.535,44	48.329,22	42.171,65	1,10
COCRED	59.682,68	55.386,19	65.453,92	74.070,26	65.142,05	1,09
TIPO II: Maior parte devolvida aos cooperados no Capital Social; parte em conta corrente não significativa.						
CREDICOONAI	5.109,47	6.616,71	8.551,99	14.609,99	22.498,29	4,40
COCREFOCAPI	13.061,08	16.347,41	21.333,51	40.279,41	40.891,03	3,13

continua

Cooperativa	2003	2004	2005	2006	2007	Razão 2007 / 2003
TIPO III: Maior parte destinada a reservas/provisões Indivisíveis; parte em conta corrente não significativa.						
CREDICAROL	5.672,99	16.383,29	27.866,05	34.130,90	33.124,10	5,84
CREDICOCAPEC	28.108,68	29.504,54	45.846,67	48.182,92	57.349,50	2,04

O capital aplicado médio das sete cooperativas estudadas foi maior em dezembro de 2007 do que no mesmo fechamento de 2003; isso indica que o capital aplicado cresceu no período mais do que proporcionalmente em relação à quantidade de cooperados (vide coluna “Razão 2007/2003” na Tabela 3.6, acima). Ainda, essa razão variou de 1,09 vez até 5,84 vezes, com mediana em 2,04 vezes.

Com relação ao passivo exigível, calculam-se os saldos médios semestrais dos passivos das cooperativas de crédito rural estudadas, de acordo com os grupos sugeridos acima; os resultados completos estão apresentados na Tabela B.2, a partir da página 147.

O crescimento médio semestral dos passivos das sete cooperativas foi positivo, ainda que algumas tenham apresentado variação negativa entre alguns semestres do período analisado. A média do crescimento semestral nos cinco anos de estudo variou entre as sete cooperativas de 6,2% até 21,8%, com mediana em 15,7%.

Em relação à divisão dos passivos entre os dois grupos, a participação do grupo “recursos captados” é maior do que a do grupo “outros passivos” para a maioria das cooperativas estudadas (vide no Gráfico 3.4, a seguir, essas médias referentes ao segundo semestre de 2007). Em média para o período de cinco anos de estudo (2003-07), aquele grupo representa mais de 70% dos ativos para cinco das sete cooperativa analisadas, conforme pode ser visto na Tabela 3.7, abaixo.

Gráfico 3.4. Tipos de passivos das cooperativas de crédito rural estudadas (médias do segundo semestre de 2007).

Tabela 3.7 - Participação de cada grupo de passivos no total dos ativos médios das cooperativas de crédito rural estudadas (período: 2003-07).

Estaduais (período: 2003-07).												
Cooperativa	Grupo de Passivos	2003		2004		2005		2006		2007		Média (DP)
		1o Sem.	2o Sem.	1o Sem.	2o Sem.	1o Sem.	2o Sem.	1o Sem.	2o Sem.	1o Sem.	2o Sem.	
TIPO I: Parte significativa das sobras devolvida em Conta Corrente dos cooperados.												
COOPECREDI	Recursos captados	80,1%	82,3%	80,6%	81,6%	77,9%	78,5%	78,3%	82,4%	84,1%	83,6%	80,9% (2,2%)
	Outros passivos	4,2%	4,8%	6,0%	5,9%	7,4%	7,4%	8,0%	6,2%	5,5%	5,3%	6,1% (1,2%)
CREDICITRUS	Recursos captados	75,2%	74,4%	72,7%	73,0%	74,7%	75,0%	74,5%	76,5%	75,0%	70,8%	74,2% (1,6%)
	Outros passivos	2,1%	2,1%	1,9%	2,4%	3,4%	3,5%	4,1%	3,3%	3,5%	4,0%	3,0% (0,8%)
COCRED	Recursos captados	64,3%	58,8%	51,4%	49,3%	50,1%	51,7%	56,2%	61,7%	63,6%	63,0%	57,0% (6,0%)
	Outros passivos	5,7%	6,7%	8,3%	9,0%	10,4%	11,4%	10,7%	9,2%	8,8%	7,9%	8,8% (1,8%)
TIPO II: Maior parte devolvida aos cooperados no Capital Social; parte em conta corrente não significativa.												
CREDICOONAI	Recursos captados	71,5%	72,2%	71,3%	72,7%	72,7%	71,8%	73,1%	75,9%	72,2%	73,7%	72,7% (1,3%)
	Outros passivos	4,6%	4,8%	4,7%	5,0%	4,9%	6,8%	7,1%	5,8%	4,7%	4,5%	5,3% (0,9%)
COCREFOCAPI	Recursos captados	70,3%	72,2%	69,5%	70,4%	71,4%	73,5%	75,2%	78,6%	79,5%	80,1%	74,1% (4,0%)
	Outros passivos	1,9%	1,9%	2,3%	2,7%	2,8%	2,8%	3,0%	3,0%	2,8%	2,3%	2,6% (0,4%)

continua

Cooperativa	Grupo de Passivos	2003		2004		2005		2006		2007		Média (DP)
		1o Sem.	2o Sem.	1o Sem.	2o Sem.	1o Sem.	2o Sem.	1o Sem.	2o Sem.	1o Sem.	2o Sem.	
		TIPO III: Maior parte destinada a reservas/provisões Indivisíveis; parte em conta corrente não significativa.										
CREDI-CAROL	Recursos captados	59,5%	56,8%	44,3%	36,0%	36,0%	35,9%	36,9%	43,8%	48,8%	49,0%	44,7% (8,8%)
	Outros passivos	2,8%	3,3%	4,0%	4,1%	3,8%	5,2%	5,1%	4,0%	3,3%	3,3%	3,9% (0,8%)
CREDI-COCAPEC	Recursos captados	81,0%	81,6%	83,4%	81,2%	80,4%	81,0%	80,5%	79,0%	77,3%	79,1%	80,4% (1,7%)
	Outros passivos	2,4%	2,2%	1,9%	2,9%	2,9%	2,9%	2,4%	2,0%	2,8%	1,7%	2,4% (0,4%)

Internamente ao grupo do passivo dos recursos captados, tem-se que a maioria das cooperativas de crédito rural estudadas (6 das 7) concentra a maior parte de suas captações de recursos em operações com cooperados, ou seja, apresentam na média para os cinco anos analisados mais da metade de suas aplicações nesse sub-grupo (vide Tabela 3.8, abaixo). Ainda, a participação média, para os cinco anos de estudo (2003 a 2007), do sub-grupo “captações de depósitos com cooperados” na média total dos recursos captados pelas cooperativas em cada semestre varia de 46,1% até 83,4%, com mediana em 66,3%.

Tabela 3.8 - Participação dos sub-grupos de passivos nas médias totais de recursos captados pelas cooperativas de crédito rural estudadas (período: 2003-07).

Cooperativa	Recursos Captados	2003		2004		2005		2006		2007		Média (DP)
		1o Sem.	2o Sem.	1o Sem.	2o Sem.	1o Sem.	2o Sem.	1o Sem.	2o Sem.	1o Sem.	2o Sem.	
TIPO I: Parte significativa das sobras devolvida em Conta Corrente dos cooperados.												
COOPE-CREDI	Captações de depósitos com cooperados	59,2%	59,4%	59,7%	63,3%	61,1%	50,8%	51,0%	55,3%	52,1%	52,9%	56,5% (4,6%)
	Captações em outras instituições	40,8%	40,6%	40,3%	36,7%	38,9%	49,2%	49,0%	44,7%	47,9%	47,1%	43,5% (4,6%)
CREDI-CITRUS	Captações de depósitos com cooperados	65,3%	65,2%	62,4%	58,4%	54,0%	51,0%	55,9%	60,6%	64,6%	65,0%	60,2% (5,2%)
	Captações em outras instituições	34,7%	34,8%	37,6%	41,6%	46,0%	49,0%	44,1%	39,4%	35,4%	35,0%	39,8% (5,2%)
COCRED	Captações de depósitos com cooperados	83,9%	85,5%	84,8%	86,3%	89,5%	84,8%	81,9%	82,1%	78,7%	76,1%	83,4% (3,9%)
	Captações em outras instituições	16,1%	14,5%	15,2%	13,7%	10,5%	15,2%	18,1%	17,9%	21,3%	23,9%	16,6% (3,9%)

continua

Cooperativa	Recursos Captados	2003		2004		2005		2006		2007		Média (DP)
		1o Sem.	2o Sem.	1o Sem.	2o Sem.	1o Sem.	2o Sem.	1o Sem.	2o Sem.	1o Sem.	2o Sem.	
TIPO II: Maior parte devolvida aos cooperados no Capital Social; parte em conta corrente não significativa.												
CREDI-COONAI	Captações de depósitos com cooperados	43,1%	46,4%	52,0%	49,5%	47,4%	43,5%	45,0%	44,9%	45,1%	44,4%	46,1% (2,8%)
	Captações em outras instituições	56,9%	53,6%	48,0%	50,5%	52,6%	56,5%	55,0%	55,1%	54,9%	55,6%	53,9% (2,8%)
COCRE-FOCAPI	Captações de depósitos com cooperados	75,5%	73,3%	70,5%	64,1%	67,1%	66,7%	67,1%	66,0%	59,3%	53,2%	66,3% (6,5%)
	Captações em outras instituições	24,5%	26,7%	29,5%	35,9%	32,9%	33,3%	32,9%	34,0%	40,7%	46,8%	33,7% (6,5%)
TIPO III: Maior parte destinada a reservas/provisões Indivisíveis; parte em conta corrente não significativa.												
CREDI-CAROL	Captações de depósitos com cooperados	56,0%	51,4%	80,6%	87,4%	82,6%	83,8%	81,2%	73,0%	63,4%	61,2%	72,1% (13,0%)
	Captações em outras instituições	44,0%	48,6%	19,4%	12,6%	17,4%	16,2%	18,8%	27,0%	36,6%	38,8%	27,9% (13,0%)
CREDI-COCAPEC	Captações de depósitos com cooperados	76,1%	76,0%	78,7%	71,2%	82,1%	81,4%	73,8%	60,9%	71,1%	76,4%	74,8% (6,1%)
	Captações em outras instituições	23,9%	24,0%	21,3%	28,8%	17,9%	18,6%	26,2%	39,1%	28,9%	23,6%	25,2% (6,1%)

Os recursos captados pelas cooperativas são também analisados relativamente à quantidade de cooperados ativos ao final de cada período. Na Tabela 3.9, estão apresentadas as médias dos recursos captados pelas sete cooperativas estudadas – saldo em 31 de dezembro de cada ano – de acordo com as quantidades de cooperados ativos ao final de cada exercício; para essas médias anuais, está apresentado também a razão dos valores de 2007 em relação a 2003.

Tabela 3.9 - Recursos captados médios pelas cooperativas estudadas de acordo com quantidade de cooperados ativos ao final dos exercícios (R\$/cooperado, de 31 de dezembro de 2003 a 2007); mais razão da média de 2007 em relação a 2003.

Cooperativa	2003	2004	2005	2006	2007	Razão 2007 / 2003
TIPO I: Parte significativa das sobras devolvida em Conta Corrente dos cooperados.						
COOPECREDI	102.993,75	100.924,96	128.557,38	182.368,90	202.082,04	1,96
CREDICITRUS	29.165,85	35.077,25	35.641,00	38.792,29	30.541,82	1,05
COCRED	35.704,04	27.662,00	36.596,26	51.627,61	48.563,20	1,36
TIPO II: Maior parte devolvida aos cooperados no Capital Social; parte em conta corrente não significativa.						
CREDICOONAI	3.863,13	5.372,17	6.826,11	11.854,66	18.144,75	4,70
COCREFOCAPI	10.351,05	12.517,20	16.792,53	33.945,49	34.295,89	3,31

continua

Cooperativa	2003	2004	2005	2006	2007	Razão 2007 / 2003
TIPO III: Maior parte destinada a reservas/provisões Indivisíveis; parte em conta corrente não significativa.						
CREDICAROL	8.744,24	5.646,98	11.136,30	17.845,34	16.803,70	1,92
CREDICOCAPEC	28.065,94	23.728,46	38.714,18	39.477,38	47.329,08	1,69

Os recursos captados médios das sete cooperativas estudadas foram maiores em dezembro de 2007 do que no mesmo fechamento de 2003; isso indica que a captação de recursos cresceu no período mais do que proporcionalmente em relação à quantidade de cooperados (vide coluna “Razão 2007/2003” na Tabela 3.9, acima). Essa razão variou de 1,05 vez até 4,70 vezes, com mediana em 1,92 vez.

Com relação ao patrimônio líquido das cooperativas de crédito rural estudadas, calculam-se os saldos médios semestrais, de acordo com os grupos sugeridos na descrição metodológica. Os dados completos estão apresentado na Tabela B.3, na página 149.

O crescimento médio semestral do patrimônio total das sete cooperativas foi positivo; a média do crescimento semestral nos cinco anos de estudo variou entre as sete cooperativas de 8,4% até 20,2%, com mediana em 11,1%.

Analisando-se a distribuição dos grupos de contas do patrimônio total das cooperativas estudadas, tem-se que quatro delas mantiveram nos últimos cinco anos de 35% a 55% do patrimônio na forma divisível aos cooperados; uma delas manteve essa taxa em torno de 16%, enquanto outras duas a mantiveram em torno de 75% a 78% (vide Tabela 3.10, abaixo; antes, no Gráfico 3.5, as médias referentes ao segundo semestre de 2007). Essa participação média do grupo “patrimônio líquido divisível” variou entre as sete cooperativas, para o período de análise, de 16,1% a 78,7%, com mediana em 42,3%.

Gráfico 3.5. Tipos de patrimônio das cooperativas de crédito rural estudadas (médias do segundo semestre de 2007).

Tabela 3.10 - Participação dos grupos de contas no patrimônio total médio das cooperativas de crédito rural estudadas (período: 2003-07).

Estaduais (período: 2003-07).												
Cooperativa	Grupos do Patrimônio	2003		2004		2005		2006		2007		Média (DP)
		1o Sem.	2o Sem.	1o Sem.	2o Sem.	1o Sem.	2o Sem.	1o Sem.	2o Sem.	1o Sem.	2o Sem.	
TIPO I: Parte significativa das sobras devolvida em Conta Corrente dos cooperados.												
COOPECREDI	Patrimônio líquido divisível	73,6%	73,6%	74,6%	77,4%	74,0%	73,5%	78,3%	76,1%	77,9%	76,7%	75,6% (1,9%)
	Restante do patrimônio	26,4%	26,4%	25,4%	22,6%	26,0%	26,5%	21,7%	23,9%	22,1%	23,3%	24,4% (1,9%)
CREDICITRUS	Patrimônio líquido divisível	42,9%	37,5%	37,3%	38,0%	38,6%	38,3%	39,8%	42,7%	51,2%	56,2%	42,3% (6,5%)
	Restante do patrimônio	57,1%	62,5%	62,7%	62,0%	61,4%	61,7%	60,2%	57,3%	48,8%	43,8%	57,7% (6,5%)
COCRED	Patrimônio líquido divisível	44,9%	38,1%	40,7%	40,0%	41,6%	41,3%	44,1%	40,9%	40,9%	36,4%	40,9% (2,5%)
	Restante do patrimônio	55,1%	61,9%	59,3%	60,0%	58,4%	58,7%	55,9%	59,1%	59,1%	63,6%	59,1% (2,5%)
TIPO II: Maior parte devolvida aos cooperados no Capital Social; parte em conta corrente não significativa.												
CREDICOONAI	Patrimônio líquido divisível	81,9%	76,8%	78,6%	73,0%	79,3%	79,1%	76,5%	74,9%	81,9%	84,5%	78,7% (3,5%)
	Restante do patrimônio	18,1%	23,2%	21,4%	27,0%	20,7%	20,9%	23,5%	25,1%	18,1%	15,5%	21,3% (3,5%)
COCREFOCAPI	Patrimônio líquido divisível	63,4%	62,0%	59,7%	56,6%	55,2%	50,5%	42,5%	41,7%	41,0%	42,9%	51,5% (9,0%)
	Restante do patrimônio	36,6%	38,0%	40,3%	43,4%	44,8%	49,5%	57,5%	58,3%	59,0%	57,1%	48,5% (9,0%)

continua

Cooperativa	Grupos do Patrimônio	2003		2004		2005		2006		2007		Média (DP)
		1o Sem.	2o Sem.	1o Sem.	2o Sem.	1o Sem.	2o Sem.	1o Sem.	2o Sem.	1o Sem.	2o Sem.	
TIPO III: Maior parte destinada a reservas/provisões Indivisíveis; parte em conta corrente não significativa.												
CREDI-CAROL	Patrimônio líquido divisível	17,3%	17,0%	16,9%	15,9%	15,3%	14,3%	14,0%	14,9%	17,7%	18,1%	16,1% (1,5%)
	Restante do patrimônio	82,7%	83,0%	83,1%	84,1%	84,7%	85,7%	86,0%	85,1%	82,3%	81,9%	83,9% (1,5%)
CREDI-COCAPEC	Patrimônio líquido divisível	38,8%	38,9%	40,4%	39,6%	36,7%	33,2%	34,1%	36,4%	43,8%	43,3%	38,5% (3,5%)
	Restante do patrimônio	61,2%	61,1%	59,6%	60,4%	63,3%	66,8%	65,9%	63,6%	56,2%	56,7%	61,5% (3,5%)

O patrimônio líquido divisível das cooperativas é também analisado relativamente à quantidade de cooperados ativos ao final de cada período. Na Tabela 3.11, estão apresentadas as médias do patrimônio líquido divisível das sete cooperativas estudadas – saldo em 31 de dezembro de cada ano – de acordo com as quantidades de cooperados ativos ao final de cada exercício; para essas médias anuais, está apresentado também a razão dos valores de 2007 em relação a 2003.

Tabela 3.11 - Patrimônio líquido divisível médio das cooperativas estudadas, de acordo com quantidade de cooperados ativos ao final dos exercícios (R\$/cooperado, de 31 de dezembro de 2003 a 2007); mais razão da média de 2007 em relação a 2003.

Cooperativa	2003	2004	2005	2006	2007	Razão 2007 / 2003
TIPO I: Parte significativa das sobras devolvida em Conta Corrente dos cooperados.						
COOPECREDI	13.453,92	15.781,71	17.905,48	18.483,45	22.421,93	1,67
CREDICITRUS	3.653,94	4.182,09	3.609,21	4.397,04	6.214,63	1,70
COCRED	8.992,43	10.212,62	10.730,45	9.021,15	7.040,18	0,78
TIPO II: Maior parte devolvida aos cooperados no Capital Social; parte em conta corrente não significativa.						
CREDICOONAI	1.047,09	1.169,54	1.493,07	2.367,65	4.284,97	4,09
COCREFOCAPI	2.270,13	2.406,18	2.067,30	2.711,96	2.963,10	1,31
TIPO III: Maior parte destinada a reservas/provisões Indivisíveis; parte em conta corrente não significativa.						
CREDICAROL	1.413,46	1.747,15	2.370,83	2.923,11	3.182,90	2,25
CREDICOCAPEC	2.232,42	2.331,14	2.436,79	3.591,31	4.880,36	2,19

O patrimônio líquido divisível médio foi maior em dezembro de 2007 do que no mesmo fechamento de 2003 para seis das sete cooperativas estudadas; isso indica que, para elas, a capitalização de resultados no período cresceu mais do que proporcionalmente em

relação à quantidade de cooperados (vide coluna “Razão 2007/2003” na Tabela 3.11, acima). Vê-se que essa razão variou de 0,78 vez até 4,09 vezes, com mediana em 1,70 vez.

Finalmente, em relação aos resultados apurados em cada exercício pelas cooperativas de crédito rural estudadas, são calculados os saldos acumulados dos grupos e sub-grupos conforme indicação metodológica apresentada anteriormente. Os dados completos desses saldos estão apresentados em Apêndice, na Tabela B.4, a partir da página 150.

O crescimento médio anual das sete cooperativas foi positivo, ainda que algumas tenham apresentado variação negativa de um ano para outro no período analisado. No Gráfico 3.6, a seguir, a ilustração dos resultados líquidos totais das cooperativas nos cinco anos de estudo. A média do crescimento anual no período variou entre as sete cooperativas de 4,6% até 40,4%, com mediana em 20,3%.

Gráfico 3.6. Evolução do resultado líquido das cooperativas de crédito rural estudadas (totais anuais, de 2003 a 2007).

A análise dos resultados parciais das cooperativas, devidos às operações financeiras com cooperados e com outras instituições, e a outras atividades bancárias está apresentada na seção seguinte, a partir do cálculo dos *spreads* parciais da intermediação financeira. Vale ressaltar, porém – conforme pode ser visto na Tabela B.4 citada – que os resultados oriundos de outras atividades além da intermediação financeira são sempre negativos, para as sete cooperativas da amostra nos dez semestres do período estudado.

O resultado líquido das cooperativas é também analisado relativamente à quantidade de cooperados ativos ao final de cada período. Na Tabela 3.12, abaixo, estão apresentadas as médias do resultado líquido – saldo acumulado em 31 de dezembro de cada ano – de acordo com as quantidades de cooperados ativos ao final de cada exercício; para essas médias anuais, está apresentada também a razão dos valores de 2007 em relação a 2003.

Tabela 3.12 - Resultado líquido médio das cooperativas estudadas, de acordo com quantidade de cooperados ativos ao final dos exercícios (R\$/cooperado, de 31 de dezembro de 2003 a 2007); mais razão da média de 2007 em relação a 2003.

Cooperativa	2003	2004	2005	2006	2007	Razão 2007 / 2003
TIPO I: Parte significativa das sobras devolvida em Conta Corrente dos cooperados.						
COOPECREDI	3.457,76	3.431,08	3.685,45	4.209,43	3.943,86	1,14
CREDICITRUS	3.614,43	3.262,99	2.254,91	1.825,32	1.783,83	0,49
COCRED	6.729,46	5.666,82	4.693,40	4.877,95	5.348,08	0,79
TIPO II: Maior parte devolvida aos cooperados no Capital Social; parte em conta corrente não significativa.						
CREDICOONAI	287,00	366,70	307,97	570,62	582,64	2,03
COCREFOCAPI	408,70	622,57	772,56	1.114,93	856,82	2,10
TIPO III: Maior parte destinada a reservas/provisões Indivisíveis; parte em conta corrente não significativa.						
CREDICAROL	1.742,66	2.149,08	3.321,30	2.575,25	1.910,79	1,10
CREDICOCAPEC	517,15	652,93	1.689,69	2.441,42	1.437,94	2,78

O resultado líquido médio das cooperativas estudadas foi maior em dezembro de 2007 do que no mesmo fechamento de 2003 para cinco delas; isso indica que o resultado líquido cresceu no período mais do que proporcionalmente em relação à quantidade de cooperados. Para duas cooperativas, essa situação foi inversa, significando que o quadro social cresceu no período mais do que proporcionalmente em relação ao resultado líquido e que portanto houve diminuição no resultado líquido médio por cooperado (vide coluna “Razão 2007/2003” na Tabela 3.12, acima). Vê-se que essa razão variou de 0,49 vez até 2,78 vezes, com mediana em 1,14 vez.

A partir dos resultados apresentados, pode-se apresentar um resumo consolidado que permita uma melhor comparação entre os tipos de cooperativas. Nesse resumo, são apresentados os seguintes resultados: quadro social ativo e ativo total registrados em dezembro de 2007; participação das operações de crédito com cooperados em relação ao capital aplicado médio, participação das captações de depósitos com cooperados em relação aos recursos captados médios, e participação do patrimônio líquido divisível em relação ao patrimônio total médio, os três a partir das médias registradas no período de estudo (2003-07).

Para esses três quocientes, são utilizados sinais +, - ou = para indicar quando a parcela de maior interesse – operações de crédito e captações de depósitos com cooperados, e patrimônio líquido divisível – for respectivamente a parte maior, menor ou mediana em relação ao respectivo total. Considera-se como participação mediana as parcelas representativas de 45% a 55% do total. Ainda, participações maiores de 75% ou menores que 25% são indicadas com sinal dobrado no resumo, ++ ou -- respectivamente.

No Quadro 3.12, abaixo, a apresentação do quadro resumo.

Quadro 3.12 - Resumo dos resultados da caracterização geral das cooperativas de crédito rural estudadas.

Cooperativa	Quadro Social Ativo	Ativo Total (R\$ mi)	Operações de Crédito com Cooperados	Captações de Depósitos com Cooperados	Patrimônio líquido divisível
TIPO I: Parte significativa das sobras devolvida em Conta Corrente dos cooperados.					
COOPECREDI	1.727	425,6	-	+	++
CREDICITRUS	28.061	1.225,9	+	+	-
COCRED	7.669	571,2	+	++	-
TIPO II: Maior parte devolvida aos cooperados no Capital Social; parte em conta corrente não significativa.					
CREDICOONAI	6.186	152,3	++	=	++
COCREFOCAPI	3.665	155,3	-	+	=
TIPO III: Maior parte destinada a reservas/provisões Indivisíveis; parte em conta corrente não significativa.					
CREDICAROL	1.879	67,4	=	+	--
CREDICOCAPEC	1.146	68,9	=	++	-

No quadro resumo apresentado, podem-se extrair algumas informações sobre os tipos de cooperativas considerados. Primeiro, verifica-se uma divisão das sete cooperativas nos três tipos propostos com relação ao tamanho, medido pelo ativo total contabilizado em dezembro de 2007. As três maiores cooperativas da amostra compõem o tipo I, as duas menores, o tipo III, e as duas de tamanho intermediário, o tipo II. Vale ressaltar que cada dupla de cooperativas dos tipos II e III são quase do mesmo tamanho, cada uma representando 0,98 do tamanho da outra do mesmo tipo.

Segundo, com relação ao quadro social ativo, pode-se extrair a mesma informação acima, não obstante uma exceção, da Coopecredi. Exceto essa, as outras seis cooperativas da amostra se dividem nos três tipos de acordo com a quantidade de cooperados ativos, estando as duas de maior quadro social no tipo I, as duas de menor, no tipo III, e as duas intermediárias, no tipo II.

Terceira observação, agora com base nos três quocientes analisados: o tipo III parece ser o homogêneo entre os três propostos, pois suas duas cooperativas apresentam o mesmo comportamento médio. Ambas aplicam seus recursos de forma dividida entre cooperados e outras instituições financeiras, apesar de captarem a maior parte de seus depósitos no próprio quadro social; ainda, ambas mantêm a maior parte do patrimônio líquido de forma indivisível.

No tipo I, duas das cooperativas apresentam comportamento similar – Credicitrus e Cocred – realizando a maior parte da intermediação financeira com os próprios cooperados e mantendo a maior parte do patrimônio líquido de forma indivisível. A Coopecredi, por sua vez, capta recursos com os cooperados e aplica em outras instituições financeiras; a maior parte do seu patrimônio líquido está alocado de forma divisível aos cooperados.

Por fim, as cooperativas do tipo II não apresentam comportamento similar. A Credicoonai capta recursos de forma dividida entre seus cooperados e outras instituições financeiras; aplica a maior deles, entretanto, em operações de crédito com os próprios cooperados. A Cocrefocapi, por sua vez e de forma similar à Coopecredi, capta recursos com os cooperados para aplicação em outras instituições financeiras; diferentemente daquela, entretanto, mantém dividido seu patrimônio entre recursos divisíveis e indivisíveis.

c) Análise do *spread* aplicado pelas cooperativas estudadas

As sete cooperativas de crédito rural amostradas para a pesquisa apresentam comportamentos diferentes em relação às aplicações de recursos – operações com cooperados versus aplicações em outras instituições – bem como em relação às origens dos recursos aplicados – captações de depósitos com cooperados, captações em outras instituições e utilização de recursos próprios. Os resultados completos dessa análise estão apresentados em Apêndice, na Tabela B.5, a partir da página 152. No Gráfico 3.7, abaixo, estão apresentados esses valores de aplicação e captação de recursos para o segundo semestre de 2007.

(Dados provenientes das médias semestrais de aplicação – vide Apêndice, Tabela B.1, página 145 – e de captação – vide Apêndice, Tabela B.2, página 147 – de recursos pelas cooperativas de crédito rural estudadas.)

Gráfico 3.7. Comparação entre recursos aplicados e captados pelas cooperativas de crédito rural estudadas (médias do 2º semestre de 2007, em milhões de reais).

Comparando as origens e as aplicações dos recursos intermediados pelas cooperativas, a partir das médias de operações de crédito e das médias de captações de depósitos, ambas operações realizadas com cooperados e considerando o período de cinco anos analisado (2003-07), podem-se inferir estratégias diferentes das cooperativas em relação à intermediação financeira com seus cooperados.

Analisando em termos médios para o período de estudo – Figura 3.5, abaixo – vê-se uma distribuição das cooperativas ao redor do nível 50% de participação, tanto das operações de crédito quanto das captações de depósitos com cooperados, sobre o saldo médio total do capital aplicado pelas cooperativas. Em relação, primeiro, às captações de depósitos com cooperados – eixo vertical – quatro cooperativas apresentam média do período mais próximo dos 50%, duas acima (Cocrefocapi e Cocred) e duas abaixo (Coopecredi e Credicitrus). As

outras três cooperativas estudadas apresentam essa média em nível mais afastado dos 50% em comparação às demais, uma mais acima (Credicoapec) e duas mais abaixo (Credicarol e Credicoonai).

Por outro lado, em relação às operações de crédito com cooperados – eixo horizontal – duas cooperativas se mostram mais próximas do nível de 50% para a média do período de estudo (Credicarol e Credicoapec). Outras quatro apresentam essa média em patamar mais distante dos 50%, mas em lados opostos; duas abaixo (Cocrefocapi e Coopecredi) e duas acima (Cocred e Credicitrus). Uma cooperativa da amostra apresentou essa média em patamar mais diferenciado em comparação às demais, a Credicoonai.

Figura 3.5. Cruzamento das participações médias das operações de crédito e das captações de depósitos com cooperados no saldo médio total do capital aplicado pelas cooperativas de crédito rural estudadas (período: 2003 07).

Incluindo na análise informações sobre o tamanho das cooperativas – medido pelo ativo total em 31 de dezembro de 2007, vide Figura 3.6 abaixo – tem-se que as duas maiores cooperativas da amostra (Credicitrus e Cocred) apresentaram estratégias similares, em média para os cinco anos do estudo, em relação à captação e à aplicação de recursos junto aos cooperados. Ambas captaram com os cooperados cerca de 50% dos recursos então aplicados (46,3% e 52,2%, respectivamente); entretanto, aplicaram em operações de crédito com eles acima desse patamar, em torno de 60% (62,9% e 59,0%, respectivamente).

Isso significa que elas emprestaram a maior parte de seus recursos aos próprios cooperados (usuários tomadores), utilizando fontes outras além dos depósitos deles (usuários poupadores). Parece tratar-se de cooperativas com demanda maior por crédito do que por poupança.

Essa inferência parece se aplicar também a outras três cooperativas da pesquisa: Credicarol, Credicoapec e Credicoonai. As duas primeiras são as menores cooperativas da amostra, considerando o ativo total ao final de 2007. Ambas emprestaram aos cooperados-tomadores perto de 50% de seus recursos (50,6% e 53,2%, respectivamente), mas captaram em depósitos com os cooperados-poupadores de formas opostas, médias de 40,9% e de 66,0%, respectivamente.

A Credicoonai, por sua vez, mediana em termos de ativo total em comparação às demais amostradas, apresenta a estratégia média para o período mais diferenciada, também comparativamente às outras seis. Ela captou em depósitos dos cooperados-poupadores, em média em relação ao saldo médio aplicado, menos do que as demais: 36,7%. Entretanto, emprestou aos cooperados-tomadores do quadro social relativamente mais do que as outras cooperativas estudadas: 74,8% do saldo médio total de capital aplicado no período. Isso implica em uma captação considerável de recursos junto a outras instituições, de 42,9% na média do período, a maior considerando as sete cooperativas amostradas.

Por fim, duas cooperativas da amostra parecem apresentar estratégia de intermediação financeira diferente das demais. A Coopecredi e a Cocrefocapi captam cerca de 50% de seus recursos em depósitos de seus cooperados-poupadores (48,4% e 52,5%, respectivamente), entretanto, emprestam aos cooperados-tomadores relativamente menos do que as outras cooperativas estudadas, em torno de 30% a 40% do saldo médio total do capital aplicado (33,4% e 39,1%, respectivamente). Ou seja, elas aplicam a maior parte de seus recursos, 66,6% e 60,9% respectivamente, em outras instituições financeiras, aparentemente demonstrando maior demanda de seus quadros sociais por poupança do que por crédito.

Figura 3.6. Cruzamento das participações médias das operações de crédito e das captações de depósitos com cooperados no saldo médio total do capital aplicado pelas cooperativas de crédito rural estudadas (período: 2003-07; visualização de acordo com ativo total em dez. 2007).

O patrimônio líquido também é utilizado pelas cooperativas como fonte de recursos para aplicação. Na Tabela B.5, à página 152 do Apêndice, está apresentada a participação percentual do patrimônio líquido das cooperativas no saldo médio total do capital aplicado, semestralmente. Em termos médios para o período estudado, de 2003 a 2007, essa participação variou entre 11,9% e 41,7%, com mediana em 20,7%.

Entretanto, a utilização do patrimônio líquido nas aplicações de recursos é considerável para as sete cooperativas estudadas. Na Tabela 3.13, a seguir, estão apresentadas as médias dessa utilização. Todas elas apresentaram média no período acima de 63,8%, com mediana em 85,2%. Ainda, essa utilização média se apresentou acima de 80% para cinco delas, estando três ao redor dos 100% de aplicação do patrimônio líquido na intermediação financeira.

Para três cooperativas – Coopecredi, Credicitrus e Cocred – essa média de utilização do patrimônio líquido superou 100% em alguns semestres do estudo. Isso se deve a uma peculiaridade de cooperativas de crédito: como organizações cooperativas, elas devem compor a conta do FATES, a partir de suas sobras anuais. Trata-se de uma reserva indivisível,

para utilização em ações visando ao desenvolvimento dos cooperados e dos empregados da cooperativa. Assim, existe obrigatoriedade quanto à forma de dispêndio, mas não a exigência para isso, fazendo com que cooperativas de crédito as utilizem na composição de recursos a serem aplicados nas operações de crédito. Entretanto, a contabilização desses recursos deve ser feita no passivo da cooperativa, conforme orientação do BACEN descrita nas normas do COSIF (BRASIL, 1987, 2007a); daí a utilização por essas três cooperativas de volume maior de recursos do que contabilizado no patrimônio.

Essas três cooperativas que aplicaram na intermediação financeira perto de 100% do patrimônio líquido (média do período) são as maiores cooperativas da amostra, considerando o ativo total de dezembro de 2007. Por outro lado, as duas menores cooperativas da amostra (Credicarol e Credicoapec) aplicaram em média de 60% a 70% do patrimônio líquido na intermediação financeira; elas vêm aumentando esse quociente de aplicação nos últimos anos, especificamente desde o segundo semestre de 2004: a Credicarol vem aplicando a partir de então por volta de 90% do patrimônio líquido, e a Credicoapec, cerca de 80%.

Tabela 3.13 - Percentual de utilização média do patrimônio líquido das cooperativas de crédito rural estudadas nas aplicações de recursos da intermediação financeira (período 2003-07).

Aplicações de Recursos da Intermediação Financeira (período 2003-07).											
Cooperativa	2003		2004		2005		2006		2007		Média (DP)
	1o Sem.	2o Sem.	1o Sem.	2o Sem.	1o Sem.	2o Sem.	1o Sem.	2o Sem.	1o Sem.	2o Sem.	
TIPO I: Parte significativa das sobras devolvida em Conta Corrente dos cooperados.											
COOPE-CREDI	93,2%	97,8%	100,6%	102,6%	101,9%	105,4%	114,2%	108,4%	107,5%	105,9%	103,8% (5,9%)
CREDI-CITRUS	92,9%	93,7%	93,3%	95,1%	100,4%	102,2%	104,4%	98,3%	99,7%	101,6%	98,2% (4,1%)
COCRED	92,8%	93,0%	95,7%	101,1%	106,1%	109,6%	103,2%	95,9%	96,4%	87,3%	98,1% (6,8%)
TIPO II: Maior parte devolvida aos cooperados no Capital Social; parte em conta corrente não significativa.											
CREDI-COONAI	86,4%	91,9%	93,1%	87,1%	72,2%	80,5%	88,0%	83,9%	83,8%	84,7%	85,2% (5,9%)
COCRE-FOCAPI	71,3%	73,4%	78,6%	68,4%	86,9%	89,4%	93,1%	91,9%	92,1%	90,7%	83,6% (9,6%)
TIPO III: Maior parte destinada a reservas/provisões Indivisíveis; parte em conta corrente não significativa.											
CREDI-CAROL	0,0%	2,9%	25,6%	95,0%	95,0%	97,6%	98,5%	92,9%	91,4%	91,9%	69,1% (41,7%)
CREDI-COCAPEC	26,1%	2,0%	36,3%	77,3%	81,2%	81,5%	83,7%	81,1%	85,4%	83,7%	63,8% (30,5%)

A partir das análises sobre as captações e aplicações de recursos, apura-se o resultado da intermediação financeira das cooperativas de crédito rural amostradas. Os cálculos completos dos resultados das cooperativas de crédito rural estudadas para os dez semestres da

pesquisa estão apresentados em Apêndice, em termos monetários na Tabela B.6, a partir da página 154, e em termos de *spread*, em porcentagem do saldo médio total do capital aplicado, na Tabela B.7, a partir da página 161. No Gráfico 3.8, a seguir, a ilustração desses dados referente ao segundo semestre de 2007.

Gráfico 3.8. Ingressos e dispendios da intermediação financeira das cooperativas de crédito rural estudadas (em % do saldo médio total do capital aplicado; 2º semestre de 2007).

Das sete cooperativas estudadas nesse período, quatro delas apresentam margem líquida média entre 10% e 15%, enquanto as outras três têm essa margem entre 30% e 45%. Essa média variou para as sete cooperativas entre 13,9% e 44,7%, com mediana em 19,3%. O *spread* líquido médio das cooperativas variou no período entre 1,2% e 5,7%, com mediana em 2,1%. Das sete cooperativas da amostra, quatro apresentam *spread* líquido médio entre 1,0% e 2,5%.

A análise do *spread* líquido pode ser feita a partir de alguns de seus componentes, especialmente as parcelas advindas das operações – captações e aplicações de recursos – com cooperados e com outras instituições. Na Tabela 3.14 e na Tabela 3.15, ambas abaixo, estão

apresentados os *spreads* parciais apresentados pelas cooperativas no período de estudo, respectivamente em operações com os cooperados e com outras instituições.

Tabela 3.14 - *Spreads* parciais das operações com cooperados das cooperativas de crédito rural estudadas (período: 2003-07).

Cooperativa	2003		2004		2005		2006		2007		Média (DP)
	1o Sem.	2o Sem.	1o Sem.	2o Sem.	1o Sem.	2o Sem.	1o Sem.	2o Sem.	1o Sem.	2o Sem.	
Spread parcial das operações com cooperados											
TIPO I: Parte significativa das sobras devolvida em Conta Corrente dos cooperados.											
COOPECREDI	-2,9%	-2,7%	-1,5%	-1,9%	-2,0%	-0,9%	-0,4%	-1,0%	-0,3%	-0,3%	-1,4% (1,0%)
CREDICITRUS	3,3%	5,2%	5,9%	6,2%	4,3%	4,1%	2,8%	2,5%	2,5%	2,7%	4,0% (1,4%)
COCRED	-2,7%	1,2%	2,3%	4,2%	1,2%	-2,3%	1,3%	-1,4%	1,8%	1,1%	0,7% (2,2%)
TIPO II: Maior parte devolvida aos cooperados no Capital Social; parte em conta corrente não significativa.											
CREDICOONAI	9,2%	6,1%	9,2%	5,3%	1,2%	4,4%	4,8%	3,0%	2,7%	2,1%	4,8% (2,8%)
COCREFOCAPI	-2,5%	-3,9%	-1,1%	-0,8%	-1,4%	-2,1%	-2,1%	-0,8%	-0,4%	-0,5%	-1,6% (1,1%)
TIPO III: Maior parte destinada a reservas/provisões Indivisíveis; parte em conta corrente não significativa.											
CREDICAROL	7,8%	9,0%	8,4%	5,2%	5,3%	3,8%	3,6%	2,5%	1,4%	2,4%	4,9% (2,7%)
CREDICOCAPEC	-2,8%	-0,7%	-2,2%	0,5%	-0,8%	1,4%	1,4%	3,8%	2,2%	1,1%	0,4% (2,0%)

Tabela 3.15 - *Spreads* parciais das operações com outras instituições, das cooperativas de crédito rural estudadas (período: 2003-07).

período: 2003-07											
Cooperativa	2003		2004		2005		2006		2007		Média (DP)
	1o Sem.	2o Sem.	1o Sem.	2o Sem.	1o Sem.	2o Sem.	1o Sem.	2o Sem.	1o Sem.	2o Sem.	
Spread parcial das operações com outras instituições											
TIPO I: Parte significativa das sobras devolvida em Conta Corrente dos cooperados.											
COOPECREDI	5,7%	5,5%	3,5%	4,5%	4,4%	4,1%	2,6%	3,2%	1,8%	2,0%	3,7% (1,4%)
CREDICITRUS	4,0%	2,6%	1,3%	2,1%	1,4%	1,5%	1,7%	2,1%	2,0%	1,8%	2,0% (0,8%)
COCRED	8,6%	7,1%	4,6%	3,1%	5,2%	7,0%	4,9%	6,7%	6,2%	3,6%	5,7% (1,7%)
TIPO II: Maior parte devolvida aos cooperados no Capital Social; parte em conta corrente não significativa.											
CREDICOONAI	0,9%	2,7%	1,6%	3,8%	7,4%	3,5%	2,3%	3,6%	2,1%	2,5%	3,0% (1,8%)
COCREFOCAPI	6,3%	7,4%	5,5%	5,2%	4,7%	6,2%	4,9%	4,1%	2,7%	2,2%	4,9% (1,6%)
TIPO III: Maior parte destinada a reservas/provisões Indivisíveis; parte em conta corrente não significativa.											
CREDICAROL	6,6%	2,3%	5,1%	4,2%	4,8%	5,6%	4,9%	4,1%	3,5%	2,6%	4,4% (1,3%)
CREDICOCAPEC	6,6%	6,4%	5,0%	4,4%	4,9%	3,6%	4,2%	1,1%	1,8%	2,7%	4,1% (1,8%)

Na Figura 3.7 abaixo, as médias desses *spreads* parciais apresentados pelas cooperativas são analisadas conjuntamente. Considerando que os *spreads* parciais devidos às operações com outras instituições são sempre positivos e que o mesmo não acontece para os

spreads parciais devidos às operações com cooperados, sugere-se então a indicação de três grupos de cooperativas, de acordo com os valores médios desse segundo: cooperativas com *spread* parcial das operações com cooperados i) negativo, ii) próximo de zero ou iii) positivo.

Figura 3.7. Cruzamento das parcelas do *spread* líquido provenientes das operações com cooperados e com outras instituições, das cooperativas de crédito rural estudadas (*spreads* parciais médios, período: 2003-07).

Primeiro, tem-se que Cocrefocapi e a Coopecredi apresentam *spreads* parciais negativos com os cooperados, tanto em média quando ao longo do período analisado (vide Tabela 3.14, acima). Isso significa que elas remuneraram os depósitos dos cooperados poupadores proporcionalmente mais do que cobram dos empréstimos aos cooperados tomadores; haveria prejuízo no resultado líquido da intermediação financeira delas, não fosse a recuperação por meio das operações com outras instituições.

Remuneração proporcionalmente maior aos poupadores do que cobrança aos tomadores parece condizente com a sugestão apresentada anteriormente, de se tratarem de cooperativas com maior demanda por poupança do que por crédito. Relembrando: ambas captam cerca de 50% dos recursos aplicados em depósitos de cooperados-poupadores, mas emprestam aos cooperados-tomadores menos do que isso, em torno de 30% a 40%. O restante 60% a 70% das aplicações é feito em outras instituições financeiras, gerando então o *spread* parcial em torno de 4% a 5% (média do período, com aparente tendência de diminuição para cerca de 2%).

O segundo grupo sugerido é composto pelas duas cooperativas que apresentam média do *spread* parcial das operações com cooperados ao longo dos dez semestres estudados próxima de zero, ainda que com alta variabilidade ao longo do período: Cocred e Credicoapec. Isso significa que a remuneração aos depósitos é próxima à cobrança pelos empréstimos, gerando a cada semestre *spreads* parciais negativos ou positivos, mas com médias em torno de 0,5% a 1% positivo.

Retomando análises realizadas anteriormente, quando do desdobramento das captações e das aplicações de recursos, são as duas cooperativas com captação de mais da metade de seus recursos nos depósitos de seus cooperados-poupadores (média do período); são ainda as que aplicam a maior parte de seus recursos em operações de crédito também com os cooperados, os tomadores (idem, média do período). Características essas aparentemente condizentes com as de cooperativas com demanda significativa por crédito – inferência sugerida anteriormente para essas cooperativas – mas também por poupança.

Por fim, o terceiro grupo seria o das cooperativas com *spread* parcial das operações com cooperados mantido positivo, tanto em média quanto ao longo do período estudado: Credicarol, Credicoonai e Credicitrus. Sendo assim, elas cobram pelas operações de crédito aos cooperados-tomadores mais do que remuneram os depósitos dos cooperados-poupadores. Ainda, são as cooperativas que destinam a maior parte de seus recursos a operações aos cooperados, especialmente Credicoonai e Credicitrus, captando com eles entretanto menos da metade desses recursos. Características que parecem sugerir cooperativas com maior demanda por crédito do que por poupança.

Um resumo das análises realizadas sobre o resultado da intermediação financeira das cooperativas está apresentado no Quadro 3.13, abaixo. Nesse quadro, estão indicados os padrões médios de comportamento dos *spreads* médios das cooperativas estudadas, tanto devidos às operações financeiras com cooperados, quanto com outras instituições. Para o primeiro, como há médias positivas, negativas e próximas de zero entre as cooperativas, esse padrão de *spread* parcial foi indicado pelos símbolos +, - ou 0, respectivamente.

Para o segundo tipo de *spread* parcial, como as médias foram positivas para as sete cooperativas da amostra, o padrão foi indicado por meio do ranqueamento das cooperativas, da que apresenta o menor *spread* parcial médio – indicada com número 1 – até a que apresenta o maior – indicada com o número 7.

Quadro 3.13 - Resumo das análises sobre os *spreads* das cooperativas de crédito rural estudadas.

Cooperativa	<i>Spread</i> médio parcial das operações com cooperados	<i>Spread</i> médio parcial das operações com outras instituições
TIPO I: Parte significativa das sobras devolvida em Conta Corrente dos cooperados.		
COOPECREDI	-	3
CREDICITRUS	+	1
COCRED	0	7
TIPO II: Maior parte devolvida aos cooperados no Capital Social; parte em conta corrente não significativa.		
CREDICOONAI	+	2
COCREFOCAPI	-	6
TIPO III: Maior parte destinada a reservas/provisões Indivisíveis; parte em conta corrente não significativa.		
CREDICAROL	+	5
CREDICOCAPEC	0	4

A partir da análise desses *spreads* parciais médios das cooperativas no período, mais a análise das participações relativas das captações de depósitos e aplicações de crédito com cooperados – vide Quadro 3.12, página 108 – resume-se também a sugestão em relação à demanda principal aparente dos cooperados dessas organizações, se aparentemente mais forte em operações de crédito, ou de poupança, ou nas duas. Resumo apresentado no Quadro 3.14, a seguir.

Quadro 3.14 - Demanda principal aparente dos cooperados das cooperativas de crédito rural estudadas.

Tipo de Cooperativas	Demanda aparente maior por crédito do que por poupança	Demanda aparente maior por poupança do que por crédito	Demanda aparentemente significativa tanto por crédito quanto por poupança
I	Credicitrus	Coopecredi	Cocred
II	Credicoonai	Cocrefocapi	
III	Credicarol		Credicocapec

É curioso notar o cruzamento da tipificação das cooperativas em relação à distribuição de resultados aos cooperados e essa sugestão em relação à demanda principal deles. Não parece a princípio haver correspondência, já que cada uma das sete cooperativas estudadas foi localizada em uma célula diferente das demais. Caso essa sugestão sobre a demanda principal esteja correta, isso poderia indicar uma não relevância da demanda do quadro social à estratégia de distribuição de resultados. Entretanto, essa análise não compõe o escopo do presente trabalho.

d) Análise da rentabilidade das cooperativas estudadas

Os dados calculados do retorno sobre os ativos das cooperativas de crédito rural da amostra estão apresentados na Tabela 3.16, abaixo.

Tabela 3.16 - Médias anuais do retorno sobre ativos das cooperativas de crédito rural estudadas (período: 2003-07).

Cooperativa	Item	2003	2004	2005	2006	2007	Média (DP)
TIPO I: Parte significativa das sobras devolvida em Conta Corrente dos cooperados.							
COOPECREDI	Retorno médio anual	15,8%	14,3%	15,1%	13,0%	10,5%	13,7% (2,1%)
	Custo médio anual	13,1%	12,0%	12,8%	10,8%	8,9%	11,5% (1,7%)
	ROA	2,7%	2,2%	2,3%	2,2%	1,6%	2,2% (0,4%)
CREDICITRUS	Retorno médio anual	25,6%	24,3%	22,1%	18,7%	16,2%	21,4% (3,9%)
	Custo médio anual	15,5%	16,1%	16,5%	14,4%	11,6%	14,8% (2,0%)
	ROA	10,1%	8,2%	5,5%	4,3%	4,6%	6,5% (2,5%)
COCRED	Retorno médio anual	24,8%	23,4%	25,6%	21,4%	20,9%	23,2% (2,0%)
	Custo médio anual	15,3%	13,9%	18,9%	14,8%	12,8%	15,1% (2,3%)
	ROA	9,4%	9,5%	6,7%	6,7%	8,2%	8,1% (1,4%)
TIPO II: Maior parte devolvida aos cooperados no Capital Social; parte em conta corrente não significativa.							
CREDICOONAI	Retorno médio anual	30,4%	31,2%	34,1%	24,7%	20,3%	28,1% (5,5%)
	Custo médio anual	25,0%	25,7%	30,4%	20,3%	17,4%	23,8% (5,0%)
	ROA	5,3%	5,4%	3,7%	4,4%	2,8%	4,3% (1,1%)
COCREFOCAPI	Retorno médio anual	19,8%	18,1%	18,3%	14,3%	12,7%	16,6% (3,0%)
	Custo médio anual	16,7%	14,0%	14,2%	10,9%	10,4%	13,3% (2,6%)
	ROA	3,1%	4,1%	4,1%	3,4%	2,3%	3,4% (0,8%)
TIPO III: Maior parte destinada a reservas/provisões Indivisíveis; parte em conta corrente não significativa.							
CREDICAROL	Retorno médio anual	23,2%	23,0%	23,0%	18,7%	14,4%	20,5% (3,9%)
	Custo médio anual	13,9%	11,1%	10,7%	10,3%	9,0%	11,0% (1,8%)
	ROA	9,4%	11,9%	12,4%	8,4%	5,4%	9,5% (2,8%)
CREDICOCAPEC	Retorno médio anual	27,1%	20,8%	21,1%	18,7%	16,3%	20,8% (4,0%)
	Custo médio anual	25,4%	18,9%	17,0%	13,6%	13,6%	17,7% (4,9%)
	ROA	1,6%	1,9%	4,0%	5,1%	2,7%	3,1% (1,5%)
Médias (DP) das cooperativas	ROA	5,3% (3,0%)					

Analisando-se esses resultados, vê-se que duas das três cooperativas com maiores valores do ROA seguem a estratégia I, de devolução de parte significativa do resultado total gerado nas contas correntes dos cooperados (Credicitrus e Cocred). Entretanto, a terceira dessas cooperativas (Credicarol) segue a estratégia III, da destinação da maior parte de seus resultados a reservas e provisões indivisíveis.

Em relação aos menores patamares do ROA, as demais quatro cooperativas estão espalhadas também pelas três estratégias de distribuição de resultados, não parecendo haver correspondência entre tal tipificação e esse indicador de desempenho.

Pode-se então analisar a rentabilidade sobre os ativos por meio de seus componentes, conforme descrição metodológica apresentada. Na Tabela 3.17, abaixo, estão apresentados os componentes do retorno dos ativos das cooperativas, de acordo com o tipo de resultado considerado; no Gráfico 3.9, em seguida, a ilustração desses dados, em média para o período analisado.

Tabela 3.17 - Desdobramento do ROA das cooperativas de crédito rural estudadas de acordo com o tipo de resultado (período: 2003-07).

Cooperativa	Resultado	2003	2004	2005	2006	2007	Média (DP)
TIPO I: Parte significativa dos resultados devolvidos em Conta Corrente dos cooperados.							
COOPECREDI	Aplicações e captações com cooperados	-5,1%	-3,2%	-2,6%	-1,3%	-0,6%	-2,6% (1,8%)
	Aplicações e captações em outras instituições	10,1%	7,5%	7,7%	5,3%	3,4%	6,8% (2,5%)
	Outros resultados	-2,3%	-2,1%	-2,8%	-1,8%	-1,3%	-2,0% (0,6%)
	ROA	2,7%	2,2%	2,3%	2,2%	1,6%	2,2% (0,4%)
CREDICITRUS	Aplicações e captações com cooperados	8,1%	11,2%	7,7%	5,0%	4,9%	7,4% (2,6%)
	Aplicações e captações em outras instituições	6,1%	3,3%	2,7%	3,6%	3,5%	3,8% (1,3%)
	Outros resultados	-4,1%	-6,3%	-4,9%	-4,2%	-3,9%	-4,7% (1,0%)
	ROA	10,1%	8,2%	5,5%	4,3%	4,6%	6,5% (2,5%)
COCRED	Aplicações e captações com cooperados	-1,3%	5,9%	-1,1%	-0,4%	2,5%	1,1% (3,1%)
	Aplicações e captações em outras instituições	13,8%	6,9%	11,0%	10,0%	8,4%	10,0% (2,7%)
	Outros resultados	-3,1%	-3,3%	-3,1%	-2,9%	-2,6%	-3,0% (0,2%)
	ROA	9,4%	9,5%	6,7%	6,7%	8,2%	8,1% (1,4%)
TIPO II: Maior parte devolvida aos cooperados no Capital Social; parte em conta corrente não significativa.							
CREDICOONAI	Aplicações e captações com cooperados	13,4%	12,4%	5,1%	6,3%	4,1%	8,3% (4,3%)
	Aplicações e captações em outras instituições	3,3%	4,9%	9,3%	5,1%	4,1%	5,3% (2,3%)
	Outros resultados	-11,4%	-11,9%	-10,7%	-7,0%	-5,3%	-9,3% (2,9%)
	ROA	5,3%	5,4%	3,7%	4,4%	2,8%	4,3% (1,1%)
COCREFOCAPI	Aplicações e captações com cooperados	-5,7%	-1,7%	-3,2%	-2,5%	-0,8%	-2,8% (1,9%)
	Aplicações e captações em outras instituições	12,1%	9,4%	10,0%	8,1%	4,6%	8,8% (2,8%)
	Outros resultados	-3,4%	-3,6%	-2,6%	-2,2%	-1,6%	-2,7% (0,8%)
	ROA	3,1%	4,1%	4,1%	3,4%	2,3%	3,4% (0,8%)

continua

Cooperativa	Resultado	2003	2004	2005	2006	2007	Média (DP)
TIPO III: Maior parte destinada a reservas/provisões Indivisíveis; parte em conta corrente não significativa.							
CREDICAROL	Aplicações e captações com cooperados	9,8%	9,8%	8,1%	5,4%	3,6%	7,3% (2,8%)
	Aplicações e captações em outras instituições	4,9%	6,9%	9,3%	8,0%	5,5%	6,9% (1,8%)
	Outros resultados	-5,3%	-4,8%	-5,1%	-5,0%	-3,7%	-4,8% (0,6%)
	ROA	9,4%	11,9%	12,4%	8,4%	5,4%	9,5% (2,8%)
CREDICOAPEC	Aplicações e captações com cooperados	-2,8%	-1,5%	0,7%	4,9%	2,9%	0,8% (3,1%)
	Aplicações e captações em outras instituições	10,7%	8,6%	7,4%	4,8%	4,2%	7,1% (2,7%)
	Outros resultados	-6,3%	-5,2%	-4,1%	-4,6%	-4,4%	-4,9% (0,9%)
	ROA	1,6%	1,9%	4,0%	5,1%	2,7%	3,1% (1,5%)

Gráfico 3.9. Ilustração do desdobramento do ROA das cooperativas de crédito rural estudadas de acordo com o tipo de resultado (período: 2003-07).

Analisando esses resultados, vê-se que todas as cooperativas apresentam contribuição negativa do item “outros resultados”, o que parece indicar a preponderância da atividade de intermediação financeira para o resultado positivo delas nesse período analisado.

Por outro lado, entretanto, as sete apresentam contribuição positiva, em maior ou menor grau, do resultado da intermediação financeira com outras instituições, sendo que em alguns casos essa parcela do resultado é o único componente positivo do período consolidado. Desta forma, a maior diferença entre as cooperativas estudadas, no que tange à rentabilidade em relação aos ativos e às tipificações sugeridas para cooperativas de crédito, parece estar na parcela do resultado proveniente das operações de intermediação financeira com cooperados.

Analisando esse componente da rentabilidade, vê-se que Credicitrus, Credicoonai e Credicarol apresentam os maiores valores médios da amostra; Cocred e Credicoapec apresentam os menores valores positivos dessa contribuição, e Coopecredi e Cocrefocapi apresentam esse componente de rentabilidade em patamar negativo, em média. Essas verificações são condizentes com o que fora visto nas análises dos *spreads* parciais da atividade de intermediação financeira das cooperativas.

Em relação ao patrimônio líquido das cooperativas estudadas, foram calculados também os indicadores de rentabilidade. Na Tabela 3.18, abaixo, estão resumidos os dados utilizados no cálculo desse indicador, bem como apresentados os resultados do quociente de rentabilidade para as sete cooperativas da amostra, ao longo dos cinco anos do estudo.

Tabela 3.18 - Cálculo do retorno sobre o patrimônio líquido das cooperativas de crédito rural estudadas, de 2003 a 2007.

Coope- rativa	Item	2003	2004	2005	2006	2007	Média (DP)
TIPO I: Parte significativa das sobras devolvida em Conta Corrente dos cooperados.							
COOPE- CREDI	Sobras líquidas	4.121.649,27	4.278.562,81	4.743.172,08	6.301.517,75	6.811.050,34	
	PL médio	21.011.421,97	24.690.995,21	29.480.721,14	34.851.574,93	46.462.677,39	
	ROE	19,6%	17,3%	16,1%	18,1%	14,7%	17,2% (1,9%)
CREDI- CITRUS	Sobras líquidas	32.222.644,94	35.566.615,13	36.184.469,83	36.705.455,17	50.056.171,09	
	PL médio	75.099.697,73	108.485.874,82	139.449.690,19	174.687.474,48	264.402.971,11	
	ROE	42,9%	32,8%	25,9%	21,0%	18,9%	28,3% (9,7%)
COCRED	Sobras líquidas	19.609.639,79	19.244.536,42	17.938.171,82	25.097.051,16	41.014.455,00	
	PL médio	67.840.420,20	84.882.456,49	99.502.009,11	111.001.286,42	141.256.406,13	
	ROE	28,9%	22,7%	18,0%	22,6%	29,0%	24,3% (4,7%)
TIPO II: Maior parte devolvida aos cooperados no Capital Social; parte em conta corrente não significativa.							
CREDI- COONAI	Sobras líquidas	1.453.675,86	2.009.522,38	1.719.732,21	3.340.971,44	3.604.192,04	
	PL médio	6.335.428,54	8.379.043,93	10.247.008,53	14.175.950,96	28.667.641,65	
	ROE	22,9%	24,0%	16,8%	23,6%	12,6%	20,0% (5,1%)
COCRE- FOCAPI	Sobras líquidas	1.480.323,10	2.229.407,27	2.934.954,19	3.638.014,07	3.140.244,42	
	PL médio	12.774.944,76	14.739.480,24	17.149.152,35	20.526.526,93	24.397.358,06	
	ROE	11,6%	15,1%	17,1%	17,7%	12,9%	14,9% (2,6%)

continua

Coope- rativa	Item	2003	2004	2005	2006	2007	Média (DP)
TIPO III: Maior parte destinada a reservas/provisões Indivisíveis; parte em conta corrente não significativa.							
CREDI- CAROL	Sobras líquidas	3.004.340,25	3.472.916,64	4.516.969,17	4.125.551,84	3.590.379,20	
	PL médio	13.765.758,97	16.948.688,66	21.526.095,91	26.478.930,28	31.835.517,04	
	ROE	21,8%	20,5%	21,0%	15,6%	11,3%	18,0% (4,5%)
CREDI- COCAPEC	Sobras líquidas	424.061,75	591.558,12	1.652.516,97	2.619.647,44	1.647.874,36	
	PL médio	4.307.050,43	4.934.270,75	6.577.307,22	9.503.547,10	11.962.390,71	
	ROE	9,8%	12,0%	25,1%	27,6%	13,8%	17,7% (8,1%)
Média (DP) das cooperativas	ROE			20,0% (6,9%)			

Os quocientes de retorno sobre o patrimônio líquido são também analisados diferencialmente, de acordo com a tipificação sugerida para as cooperativas de crédito. Duas cooperativas entre as três do tipo I apresentam os maiores valores da rentabilidade sobre o patrimônio líquido, tanto na média do período estudado, quanto no ano de 2007 – Credicitrus e Cocred. As outras cinco cooperativas, dos tipos II e III, mais a terceira do tipo I, apresentam valores de rentabilidade similares, menores do que daquelas duas.

Assim como observado quanto ao retorno sobre os ativos, os valores analisados da rentabilidade sobre o patrimônio líquido não parecem se identificar com algum tipo específico de cooperativa, no que tange à distribuição dos resultados.

Além do ROE tradicional, conforme apresentado na descrição metodológica, calcula-se também para as cooperativas do estudo o ROE-C, indicador da rentabilidade relativo à parte divisível aos cooperados do patrimônio líquido das cooperativas. Esses indicadores anuais das cooperativas, de 2003 a 2007, estão apresentados na Tabela 3.19 a seguir.

Tabela 3.19 - ROE-C das cooperativas de crédito rural estudadas (período: 2003-07).

Coope- rativa	Item	2003	2004	2005	2006	2007	Média (DP)
TIPO I: Parte significativa das sobras devolvida em Conta Corrente dos cooperados.							
COOPECREDI	Resultados individualizados	3.412.375,00	3.621.087,00	3.985.235,00	4.255.228,00	2.085.803,00	
	PL divisível médio	14.866.208,96	18.158.913,63	21.165.812,86	26.064.748,70	34.323.323,41	
	ROE-C	23,0%	19,9%	18,8%	16,3%	6,1%	16,8% (6,5%)

continua

Coope- rativa	Item	2003	2004	2005	2006	2007	Média (DP)
CREDICITRUS	Resultad os individualizados	11.280.852,03	9.145.251,28	15.574.058,72	28.630.196,56	25.233.641,40	
	PL divisível médio	28.715.059,62	38.762.879,19	52.265.229,32	70.666.969,76	134.537.810,68	
	ROE-C	39,3%	23,6%	29,8%	40,5%	18,8%	30,4% (9,5%)
COCRED	Resultados individualizados	8.822.229,87	9.178.366,33	8.653.082,90	11.205.211,18	17.918.416,03	
	PL divisível médio	26.575.007,28	33.150.745,45	40.423.872,02	45.757.575,50	52.679.167,93	
	ROE-C	33,2%	27,7%	21,4%	24,5%	34,0%	28,2% (5,5%)
TIPO II: Maior parte devolvida aos cooperados no Capital Social; parte em conta corrente não significativa.							
CREDICOONAI	Resultados individualizados	1.235.624,00	1.708.095,00	1.461.773,00	2.842.421,00	2.625.688,00	
	PL divisível médio	4.851.971,82	6.078.722,03	7.860.776,28	10.128.058,92	22.271.715,15	
	ROE-C	25,5%	28,1%	18,6%	28,1%	11,8%	22,4% (7,1%)
COCREFOCAPI	Resultados individualizados	148.033,00	1.039.759,00	1.839.847,96	2.332.862,62	2.347.503,00	
	PL divisível médio	7.824.910,68	8.392.130,31	8.773.637,59	8.388.301,28	9.952.561,56	
	ROE-C	1,9%	12,4%	21,0%	27,8%	23,6%	17,3% (10,3%)
TIPO III: Maior parte destinada a reservas/provisões Indivisíveis; parte em conta corrente não significativa.							
CREDICAROL	Resultados individualizados	208.422,92	279.880,87	317.641,17	372.072,79	450.342,39	
	PL divisível médio	2.269.194,95	2.693.096,80	3.089.072,43	3.733.624,77	5.555.037,54	
	ROE-C	9,2%	10,4%	10,3%	10,0%	8,1%	9,6% (1,0%)
CREDICOCAPEC	Resultados individualizados	182.310,00	114.406,00	702.319,71	1.113.350,16	721.301,10	
	PL divisível médio	1.627.782,45	1.936.015,96	2.206.488,64	3.163.441,93	4.963.210,30	
	ROE-C	11,2%	5,9%	31,8%	35,2%	14,5%	19,7% (13,0%)
Média (DP) das coope- rativas	ROE-C	20,6% (10,1%)					

Mais uma vez, analisam-se os quocientes de rentabilidade de acordo com as classificações indicadas nas tipificações sugeridas para cooperativas de crédito. Considerando a característica das cooperativas dos tipos I e II de devolverem individualmente aos cooperados parte considerável das sobras geradas em cada período, esperar-se-ia, a princípio, que fossem as cooperativas com maiores valores para esse indicador de rentabilidade. Essa

pressuposição se mostrou verdadeira para pelo menos quatro cooperativas: analisando-se a partir da mediana das médias do ROE-C para o período, a Credicoonai, a Credicitrus e a Cocred apresentam as maiores médias desse indicador no período do estudo, acima dos 20% tanto em média quanto na maioria dos anos analisados; a Cocrefocapi, por sua vez, fica acima desse patamar mediano em três dos cinco anos da pesquisa.

A Coopecredi é a quinta cooperativa a compor esses dois grupos, mas esteve abaixo do patamar mediano na maioria dos anos verificados. Isso porque, não obstante ela devolver individualmente aos cooperados a maior parte de seus resultados em quatro dos cinco anos do estudo, no quinto ano ela tornou indivisível 72,0% de seus resultados – vide Tabela 3.3 à página 92 – sendo que seu patrimônio líquido divisível é mais de três vezes maior, em média para o período, do que o restante de seu patrimônio (vide Tabela B.3, página 149 do Apêndice).

Por outro lado, no grupo das cooperativas que tornam indivisível a maior parte dos resultados (tipo III), esperar-se-ia a princípio que apresentassem os menores valores para esse indicador de rentabilidade específico aos cooperados. Foi o caso da Credicarol, que apresentou nos cinco anos de estudo os menores valores para esse indicador, sempre abaixo do primeiro quartil.

No caso da Credicoapec, entretanto, isso foi verdade para três dos cinco anos analisados, já que em dois deles ela apresentou alta rentabilidade específica ao patrimônio divisível dos cooperados. Na verdade, em 2005 e 2006, ela quase dobrou a parcela dos resultados destinada ao capital social dos cooperados, em comparação aos dois anos anteriores, ainda que a parcela destinada às reservas e provisões indivisíveis continuasse sendo a maior – vide Tabela 3.3 à página 92. Considerando ainda que a parte divisível do patrimônio líquido representa cerca de 40% do patrimônio total, esse aumento da destinação aos cooperados do resultado fez com que essa cooperativa apresentasse, em dois anos consecutivos, quocientes de rentabilidade acima do terceiro quartil das médias das sete cooperativas analisadas.

Esses dados de rentabilidade podem ser resumidos, de modo a facilitar uma comparação entre eles. No Quadro 3.15, abaixo, está apresentado esse resumo, por meio do ranqueamento das cooperativas em cada um dos três indicadores, a partir das médias para o período de estudo. Os menores níveis de rentabilidade estão indicados pelo número 1, e os maiores, pelo número 7.

Quadro 3.15 - Resumo das análises de rentabilidade das cooperativas de crédito rural estudadas (ranqueamento a partir da média de 2003 a 2007).

Cooperativa	ROA	ROE	ROE-C
TIPO I: Parte significativa das sobras devolvida em Conta Corrente dos cooperados.			
COOPECREDI	1	2	2
CREDICITRUS	5	7	7
COCRED	6	6	6
TIPO II: Maior parte devolvida aos cooperados no Capital Social; parte em conta corrente não significativa.			
CREDICOONAI	4	5	5
COCREFOCAPI	3	1	3
TIPO III: Maior parte destinada a reservas/provisões Indivisíveis; parte em conta corrente não significativa.			
CREDICAROL	7	4	1
CREDICOCAPEC	2	3	4

A partir desse resumo, pode-se observar alguns comportamentos dos indicadores de rentabilidade dessas cooperativas. Primeiro, duas das maiores cooperativas da amostra, Credicitrus e Cocred, apresentam rentabilidade entre as maiores dessa amostra, no grupo superior dos ranqueamentos; inclui-se nessa observação também a Credicoonai, de tamanho mediano na amostra. Essas três cooperativas apresentam estratégia de distribuição de resultados aos cooperados dos tipos I ou II, referentes aos que destinam parte considerável das sobras de forma divisível aos cooperados. Essas três cooperativas, ainda, se colocam nas três maiores posições dos ranqueamentos de rentabilidade em relação ao patrimônio líquido (ROE e ROE-C).

As posições nos ranqueamentos da Coopecredi e da Cocrefocapi não demonstram similaridade às das demais cooperativas dos mesmos grupos, ambas apresentando entre os menores níveis de rentabilidade, nos três indicadores calculados. Entretanto, vale lembrar que sugere-se para essas duas cooperativas uma aparente demanda maior por poupança do que por crédito dos respectivos cooperados, o que explicaria a rentabilidade parcial das operações financeiras com cooperados sobre os ativos ser negativa. Sendo assim, elas estariam apresentando menores níveis de rentabilidade, como organização econômica, mas possivelmente devido à geração de benefícios aos cooperados diretamente nas operações financeiras, por meio de remuneração maior a depósitos e/ou cobrança menor a empréstimos.

As cooperativas do tipo III, Credicarol e Credicoapec, apresentam posições nos ranqueamentos indicados com comportamentos consideravelmente diferentes. A Credicarol se mostra melhor na rentabilidade sobre os ativos – comparativamente às outras cooperativas da

amostra – e vai tendo sua posição piorada, até estar na mais baixa do grupo no caso da rentabilidade específica aos cooperados. Vale lembrar que ela apresenta o menor ativo total da amostra – menor entre as maiores do Estado – o que poderia explicar a maior rentabilidade sobre os ativos. Ainda, ela está no grupo de cooperativas que reserva ou aprovisiona a maior parte dos resultados de forma indivisível, o que então explica as menores rentabilidades em relação ao patrimônio líquido.

Entretanto, essas observações não se aplicam à Credicocapec, cooperativa de tamanho similar e de mesma estratégia de distribuição de resultados. Ao contrário, esta se apresenta numa posição no ranqueamento da rentabilidade sobre o patrimônio líquido divisível melhor do que em relação à rentabilidade sobre os ativos, ao contrário ao observado em relação à Credicarol.

4 Considerações finais

Primeiramente, pode-se concluir que o modelo para tipificação de cooperativas de crédito proposto é válido, haja vista a classificação em relação aos diferentes padrões de distribuição de resultados aos cooperados. Isso porque, esse modelo evidencia as destinações às sobras operacionais da cooperativa mais impactantes aos cooperados, notadamente a parcela individualizada, em contraposição à parcela tornada indivisível, e as devoluções aos cooperados em contas de alta ou baixa liquidez – i.e. conta corrente ou capital social, respectivamente.

Assim, por meio desse modelo, pode-se diferenciar cooperativas de crédito que devolvem parte significativa das sobras aos cooperados em conta corrente, ou em conta de capital social, ou que destinam a maior parte às reservas e provisões indivisíveis. Ou melhor, podem-se diferenciar cooperativas de crédito de acordo com a estratégia adotada à destinação das sobras.

Essa estratégia, tipificável como já observado, não apresenta entretanto impacto sobre o desempenho geral das organizações, como sugerido inicialmente na hipótese à pesquisa. A partir da análise da rentabilidade, inicialmente em relação aos ativos, não se verifica relação com os padrões de distribuição de resultados. As maiores médias do ROA para o período estudado são apresentadas por cooperativas de diferentes tipos; ainda, dentro dos tipos com essas cooperativas, não há coerência sobre maiores taxas de rentabilidade.

Não há coerência também analisando-se os componentes da rentabilidade sobre os ativos, de acordo com os tipos de operações – aplicações e captações com cooperados, com outras instituições financeiras e outros resultados. Nas sete cooperativas, independentemente do tipo, o resultado das operações com outras instituições contribui positivamente à rentabilidade, e os outros resultados contribuem negativamente. Os resultados das operações com cooperados, por sua vez, variam entre as cooperativas, entre médias positivas e negativas no período, mas sem coerência em relação aos grupos tipificados.

Com relação à rentabilidade sobre o patrimônio líquido, duas das três cooperativas do tipo I apresentam patamar de retorno maior do que as outras, mas não se observa diferença entre os tipos II e III. Em cada um dos tipos, há valores médios entre os maiores e os menores da amostra, sem coerência em relação ao padrão de distribuição de resultados.

Idem pode ser aferido em relação ao ROE-C, o indicador de rentabilidade específico aos cooperados dessas organizações. Considerando que esse indicador analisa somente a parte divisível das sobras e do patrimônio líquido, as cooperativas dos tipos I e II deveriam apresentar maiores médias para ele, haja vista destinam parte considerável das sobras aos cooperados; as do tipo III, por outro lado, deveriam apresentar as menores médias, já que reservam a maior parte das sobras em contas indivisíveis aos membros.

Essas pressuposições em relação ao indicador de rentabilidade não se verificam integralmente. Uma das cooperativas do tipo III apresenta a menor média para ele, é verdade, mas a outra apresenta média similar às apresentadas pelas demais cooperativas, dos tipos I e II.

Enfim, o modelo de tipificação proposto para cooperativas de crédito não auxilia na análise da rentabilidade dessas organizações. Não obstante, ele se aproxima de outros indicadores das cooperativas estudados, especialmente os característicos do tamanho das organizações.

Pode-se constatar que as cooperativas do tipo I, que destinam parte significativa das sobras geradas aos cooperados em conta corrente, são as três maiores cooperativas da amostra. (Vale lembrar que as sete cooperativas de crédito rural paulistas selecionadas para o estudo são as maiores do Estado, de acordo com ativo total contabilizado em dezembro de 2007; vide Tabela 3.2, página 89.)

As cooperativas dos tipos II e III, comparativamente menores do que as três do primeiro tipo, mantêm a maior parte das sobras no patrimônio líquido, com exceção apenas da parcela do FATES e de provisões similares. Isso parece fazer sentido em gestão de cooperativas de crédito, já que o volume do patrimônio líquido é limitante ao montante de créditos passíveis de serem concedidos aos cooperados. Tanto é que as duas cooperativas do tipo III, que destinam a maior parte das sobras às reservas e provisões indivisíveis, são as menores entre as sete estudadas, e as outras duas do tipo II, que destinam a maior parte do resultado individualmente ao capital social dos cooperados, são as de tamanho intermediário na amostra.

Com relação à quantidade de cooperados, duas das cooperativas do tipo I são compostas por quadros sociais com os maiores tamanhos da amostra. As duas cooperativas do tipo II têm quantidades de cooperados intermediárias na amostra, e as duas do tipo III

apresentam os menores quadros sociais da amostra, sempre com exceção da Coopecredi, que apresenta um quadro social pequeno comparativamente às demais.

Essa correspondência entre tamanho do quadro social e padrão de distribuição de resultados parece fazer sentido, possivelmente indicando que cooperativas com quadros sociais maiores deveriam instituir algum mecanismo de aproximação deles à entidade, como por exemplo a devolução das sobras em conta corrente.

Isso seria condizente com a indicação teórica da instituição de sistemas de controle “à distância do braço” (*“arm’s length control”*) em relações contratuais com especificidade moderada de ativos, como é o caso da relação de cooperados-usuários com suas cooperativas. À medida que o quadro social aumenta e se distancia, tanto fisicamente quanto em termos de interesses convergentes entre si, demanda-se dos gestores da organização a instituição de medidas para reaproximação. Isso, tanto em termos de quantidade de interações – manter os cooperados atuantes com a cooperativa – quanto de qualidade do relacionamento – manter o atendimento às demandas dos cooperados e a geração de benefícios que deem razão à participação na organização cooperativa.

Ou seja, a estratégia quanto à distribuição das sobras pode ser considerada um artefato de controle gerencial à disposição dos dirigentes e gestores de cooperativas em relação à coordenação dos usuários. Assim, tanto a decisão pela geração de sobras – aplicação de margem nas operações – quanto pela distribuição aos cooperados – depósito à vista na conta corrente ou integralização em capital social – compõem um mecanismo de “aprisionamento” (*“hostage arrangement”*), utilizado para aproximar os cooperados da cooperativa e de incentivar sua atuação em cooperação. Ou seja, a geração e a distribuição de sobras funcionariam como incentivos contratuais lançados pelos dirigentes e gestores de cooperativas visando a aumentar a fidelidade dos cooperados em relação à organização.

Além das considerações em relação ao modelo de tipificação e aos impactos da distribuição diferencial de sobras sobre o desempenho das cooperativas, podem-se tecer alguns comentários especificamente sobre os indicadores de rentabilidade utilizados.

O indicador proposto para análise da rentabilidade específica do patrimônio líquido divisível aos membros de cooperativas – ROE-C – parece promissor à análise dessas organizações. Entre os indicadores de rentabilidade propostos, foi o que mais se aproximou das pressuposições em relação à correspondência de comportamento com os padrões de distribuição de resultados aos cooperados.

A utilização desse quociente de rentabilidade pode ser uma alternativa então à análise de cooperativas, pois indica um dos benefícios obtidos pelos cooperados pelo esforço de cooperação. Pode inclusive ser utilizado para analisar o comportamento dos cooperados como investidores, especialmente em cooperativas de produção, onde o montante de ativos permanentes à disposição dos sócios seja considerável.

Novas pesquisas podem ser desenvolvidas, não só ampliando-se a amostra de cooperativas de crédito, mas analisando-se outros tipos de cooperativas. Pode-se também desdobrar o ROE-C de acordo com a liquidez dos componentes da rentabilidade, pois parte do resultado considerado é mantido integralizado em capital social.

Em relação ao retorno sobre os ativos – ROA – podem-se realizar análises interessantes também ao estudo de cooperativas de crédito. A partir da verificação dos *spreads* parciais aplicados – operações financeiras com cooperados versus operações com outras instituições – e consequentemente dos componentes do retorno sobre os ativos, pode-se analisar parte das estratégias de negócios dessas organizações. Considerando o objetivo de atendimento às demandas dos cooperados, pode-se verificar como cooperativas de crédito cumprem esse objetivo, se por meio principalmente de operações com os próprios cooperados ou com outras instituições financeiras.

Na amostra de cooperativas de crédito rural estudada, a participação das operações com outras instituições nos últimos cinco anos foi sempre positiva; o que variou entre as cooperativas, como já apresentado, foi a contribuição das operações com os cooperados. Isso parece demonstrar diferentes estratégias das cooperativas para atendimento às demandas dos cooperados, podendo então ser reflexo de diferentes padrões de demanda do quadro social. Em algumas cooperativas, a demanda prioritária seria por oportunidades de poupança, em outras, seria por oportunidades de crédito, e em outras haveria demanda por ambos tipos de operações financeiras.

Essa suposição em relação a padrões diferenciados de demanda foi feita para as cooperativas analisadas. Não se observou também nesse caso correspondência com os padrões de distribuição de resultado, sugerindo-se então mais um item a ser analisado e aprofundado em pesquisas futuras.

Por fim, vale ressaltar a contribuição dada à análise de instituições financeiras cooperativas pela adaptação ao método de cálculo de *spread* da intermediação financeira. Por meio desse método, diferenciam-se os ingressos e os dispêndios de aplicação e de captação

com cooperados e com outras instituições. São diferenciações importantes, já que parte da estratégia dessas organizações para geração de benefícios aos cooperados é feita por meio de operações com outras instituições financeiras em nome deles, em negociações que não estariam disponíveis caso eles atuassem individualmente ao invés de cooperativamente.

Nesse sentido, novas pesquisas podem ser realizadas sobre finanças e tesouraria de cooperativas de crédito a partir desse método descrito para cálculo do *spread*.

REFERÊNCIAS

ANTHONY, Robert N.; GOVINDARAJAN, Vijay. **Sistemas de Controle Gerencial**. São Paulo: Atlas, 2002. 1019 p.

ASSAF NETO, Alexandre. **Finanças Corporativas e Valor**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2005. 656 p.

_____. **Estrutura e Análise de Balanços**: um enfoque econômico-financeiro. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2006. 371 p.

_____.; MARTINS, Eliseu. **Estudo sobre a estrutura da taxa de juros no Brasil**: apuração do *spread* na indústria bancária. 2006. 10p. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra). Disponível em: <<http://www.institutoassaf.com.br/assafii/site/download.aspx>>. Acesso em: 30 out. 2008.

BACEN-BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Relatório de Economia Bancária e Crédito - 2005**. Brasília: BACEN, 2005. 124 p.

_____. **Relatório de Economia Bancária e Crédito - 2007**. Brasília: BACEN, 2007a. 195 p.

_____. **PASCS10**: acesso seguro ao SISBACEN, versão 1.5.0.5B. Brasília: BACEN, 18 jul. 2007b. Disponível em: <<http://www.BACEN.gov.br/?SISBACEN>>. Acesso em: 03 set. 2008.

_____. **Atualização mensal de dados**. Brasília: BACEN, 01 jan. 2008a. Disponível em: <<http://www.BACEN.gov.br/?QEVSFN200801>>. Acesso em: 21 nov. 2008.

_____. **Relação de instituições em funcionamento no país**: sedes de cooperativas e sociedades de crédito ao microempreendedor sob a supervisão do BACEN, em funcionamento no país. Brasília: BACEN, 02 jan. 2008b. Disponível em: <<http://www.BACEN.gov.br/?RELINST>>. Acesso em: 19 nov. 2008.

_____. **Composição**: composição e evolução do SFN. Brasília: BACEN, 2008c. Disponível em <<http://www.bcb.gov.br/?SFNCOMP>>. Acesso em: 10 dez. 2008.

BARON, Marie-Laure. Defining the frontiers of the firm through property rights allocation: the case of the french retailer cooperative Leclerc. **Review of Social Economy**, v. 65, n. 3, set. 2007.

BARROSO, Marcelo F.G.; BIALOSKORSKI NETO, Sigismundo. Um ensaio sobre a metodologia de averiguação da organização de ramos no cooperativismo brasileiro. In: Encontro de Pesquisadores Latino-americanos de Cooperativismo, 5, 2008, Ribeirão Preto. **Anais...** Ribeirão Preto: FEA-RP/USP, 2008.

BIALOSKORSKI NETO, Sigismundo. **Cooperativas**: economia, crescimento e estrutura de capital. 1998. 254f. Tese (Doutorado em Ciências, Área de Concentração: Economia Aplicada) – Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

_____. Contractual incentives and efficiency: the case of the New Generation Cooperatives. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 38, n. 4, p. 109-127, 2000.

_____. Member participation and relational contracts in agribusiness co-operatives in Brazil. **International Journal of Co-operative Management**, v. 3, n. 1, p. 20-26, 2006.

BRASIL. Presidência da República. Lei nro. 4.595, de 31 de dezembro de 1964. Dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, Cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 31 jan. 1965.

_____. Presidência da República. Lei nro. 5.764, de 16 de dezembro de 1971. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 16 dez. 1971.

_____. Presidência da República. Lei nro. 6.404, de 15/12/1976. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 17 dez. 1976.

_____. Banco Central do Brasil. Circular 1.273, de 29 de dezembro de 1987. Brasília, DF, 29 dez. 1987. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, p. 22.923, 30 dez. 1987.

_____. Banco Central do Brasil. Comunica a liberação do acesso à transação PCOS210 do SISBACEN. Comunicado nro. 3.023, de 29 de setembro de 1992. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, seção 3, p. 13.687, 01 out. 1992.

_____. Presidência da República. Lei nro. 9.532, 10 de dezembro de 1997. Altera a legislação tributária federal e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 11 dez. 1997.

_____. Banco Central do Brasil. Aprova o regulamento que disciplina a constituição e o funcionamento de cooperativas de crédito. Resolução nro. 2.608, 27 de maio de 1999. **Diário Oficial da União**, edição extra, Brasília, DF, p. 15-16, 28 mai. 1999a.

_____. Presidência da República. Decreto nro. 3.000, de 26 de março de 1999. Regulamenta a tributação, fiscalização, arrecadação e administração do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 17 jun. 1999b.

_____. Banco Central do Brasil. Aprova regulamento que disciplina a constituição e o funcionamento de cooperativas de crédito. Resolução nro. 2.771, 30 de agosto de 2000. **Diário Oficial da União**, edição extra, Brasília, DF, p. 14, 31 ago. 2000.

_____. Presidência da República. Lei nro. 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 11 jan. 2002.

_____. Banco Central do Brasil. Dispõe sobre os requisitos e procedimentos para a constituição, a autorização para funcionamento e alterações estatutárias, bem como para o cancelamento da autorização para funcionamento de cooperativas de crédito. Resolução nro. 3.106, 25 de junho de 2003. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, p. 32-35, 26 jun. 2003.

_____. Banco Central do Brasil. Dispõe sobre a constituição, a autorização para funcionamento, o funcionamento, alterações estatutárias e o cancelamento de autorização de cooperativa de crédito e sobre a realização de auditoria externa em cooperativa singular de

crédito. Resolução nro. 3.321, 30 de setembro de 2005. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, p. 19-22, 05 out. 2005.

_____. Banco Central do Brasil. Cria subtítulos no COSIF para registro de resultados decorrentes de atos cooperativos e atos não cooperativos. Carta-circular nro. 3.264, de 9 de fevereiro de 2007. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, p. 19, 12 fev. 2007a.

_____. Banco Central do Brasil. Dispõe sobre a constituição e o funcionamento de cooperativas de crédito. Resolução nro. 3.442, 28 de fevereiro de 2007. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, p. 19-22, 02 fev. 2007b.

_____. Presidência da República. Lei nro. 11.638, 28 de dezembro de 2007. Altera e revoga dispositivos da Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei no 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 28 dez. 2007c.

CAMPOS, Armando. Responsabilidade civil de administradores de cooperativas de crédito. In: LEITE, Jacqueline R. de F.; SENRA, Ricardo B. de F. (coord.) **Aspectos Jurídicos das Cooperativas de Crédito**. Belo Horizonte: Mandamentos, 2005. p. 57-73. (Série Cooperativismo, 6).

CFC-CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Aprova, da NBC T 10 – Dos Aspectos Contábeis Específicos em Entidades Diversas, o item: NBC T 10.8 – Entidades Cooperativas. Resolução nro. 920, 19 de dezembro de 2001. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 09 jan. 2002.

_____. Aprova a NBC T 10.8 – IT – 01 – Entidades Cooperativas. Resolução nro. 1.013, 21 de janeiro de 2005. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 25 jan. 2005.

CHADDAD, Fabio R.; COOK, Michael L. Understanding new cooperative models: an ownership-control rights typology. **Review of Agricultural Economics**, v. 26, n. 3, p. 348-360, 2004.

COLLI, José A.; FONTANA, Marino. **Contabilidade Bancária**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1996. 383 p.

COOK, Michael L. The future of U.S. agricultural cooperatives: a neo-institutional approach. **American Journal of Agricultural Economics**, v. 77, p. 1153-1159, dez. 1995.

_____; ILIOPOULOS, Constantine. Ill-defined property rights in collective action: the case of US agricultural cooperatives. In: MÉNARD, Claude. **Institutions, contracts and organizations**: perspectives from new institutional economics. Northampton-MA: Edward Elgar Publishing, 2000. p. 335-348.

COSTA, Ana C.A.; NAKANE, Márcio I. A Decomposição do *Spread* Bancário no Brasil. In: BACEN-BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Economia Bancária e Crédito**: avaliação de 5 anos do projeto Juros e *Spread* Bancário. Brasília: BACEN, dez. 2004. p. 17-30.

CROTEAU, John T. **A Economia das Cooperativas de Crédito**. São Paulo: Atlas, 1968. 212 p.

DAVIS, Kevin. Credit union governance and survival of the cooperative form. **Journal of Financial Services Research**, v. 19, n. 2/3, p. 197-210, 2001.

DOMINGUES, Jefferson. A indivisibilidade do Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social-FATES. In: KRUEGER, Guilherme (coord.) **Cooperativismo e o Novo Código Civil**. 2 ed. Belo Horizonte: Mandamentos, 2005. p. 277-283. (Série Cooperativismo, 1).

EMMONS, William R.; SCHMID, Frank A. Pricing and dividend policies in open credit cooperatives. **Working Paper 2000-008A**, St. Louis: Federal Reserve Bank of St. Louis, 2000. (Working Paper Series).

FAIRBAIRN, Brett; KETILSON, Lou H.; KREBS, Peter. **Credit Unions and Community Economic Development**. Saskatoon, SK, Canada: Centre for the Study of Co-operatives, 1997.

FAMA, Eugene F.; JENSEN, Michael C. Separation of ownership and control. **Journal of Law and Economics**, v. 26, n. 2, p. 301-325, jun. 1983a.

_____; _____. Agency problems and residual claims. **Journal of Law and Economics**, v. 26, n. 2, p. 327-349, jun. 1983b.

FIPECAFI-FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS CONTÁBEIS, ATUARIAIS E FINANCEIRAS. **Estudo sobre a estrutura da taxa de juros no Brasil**: apuração do *spread* da indústria bancária. São Paulo: Fipecafi, dez. 2004. 60 p. (Relatório final, para o ano 2003).

_____. **Estudo sobre a Apuração do Spread da Indústria Bancária**: base 1º semestre de 2005. São Paulo: Fipecafi, 2005. 34 p.

FRONZAGLIA, Thomaz ; BIALOSKORSKI NETO, Sigismundo. Equity management and property rights on cooperatives: comparison between united states and brazil strategies. In: World Congress of Rural Sociology, 10, 2000, Rio de Janeiro. **Anais...** Brasília: UNICAMP/IRSA/SOBER, 2000.

HANSMANN, Henry. Ownership of the firm. **Journal of Law, Economics, and Organization**, v. 4, n. 2, p. 267-304, 1988.

_____. **The Ownership of Enterprise**. Harvard University Press, 1996. 372 p.

HICKS, Elizabeth; MADDOCKS, John; ROBB, Alan J.; WEBB, Tom. Perspectives on the accounting and reporting needs of cooperatives and co-operators: a preliminary examination. In: INTERNATIONAL CIRIEC RESEARCH CONFERENCE ON THE SOCIAL ECONOMY, 1, 2007, Victoria-BC-Canadá.

Disponível em: <http://conference.se-es.ca/?page_id=83>. Acesso em: 23 fev. 2008.

JENSEN, Michael C.; MECKLING, William H. Theory of the Firm: managerial behavior, agency costs and ownership structure. **Journal of Financial Economics**, v. 3, n. 4, p. 305-360, out. 1976.

_____; _____. Rights and production functions: an application to labor managed firms and codetermination. **Journal of Business**, v. 52, n. 4, out. 1979.

KALUF, Marco A. B. A responsabilidade do associado perante a cooperativa de crédito. In: LEITE, Jacqueline R. de F.; SENRA, Ricardo B. de F. (coord.) **Aspectos Jurídicos das Cooperativas de Crédito**. Belo Horizonte: Mandamentos, 2005. p. 217-246. (Série Cooperativismo, 6).

KAPLAN, Robert S.; ATKINSON, Anthony A. **Advanced Management Accounting**. 3 ed. New Jersey: Prentice Hall, 1998. 798 p. (The Robert S. Kaplan Series in Management Accounting).

KRIEG, John M. Credit Unions: who is in control? **Northwest Journal of Business and Economics**, 2003.

LAZZARINI, Sérgio G.; BIALOSKORSKI NETO, Sigismundo; CHADDAD, Fabio R. Decisões financeiras em cooperativas: fontes de ineficiência e possíveis soluções. **Gestão e Produção**, v. 6, n. 3, p. 257-268, 1999.

LONDERO, Perci. Assembléias Gerais e o Retorno das Sobras. In: KRUEGER, Guilherme (coord.) **Cooperativismo e o Novo Código Civil**. 2 ed. Belo Horizonte: Mandamentos, 2005. p. 267-275. (Série Cooperativismo, 1).

LOPES, Alessandro B.; MARTINS, Eliseu. **Teoria da Contabilidade**: uma nova abordagem. São Paulo: Atlas, 2005. 181 p.

MATIAS, Alberto B. **Condições estruturais do sistema bancário brasileiro: o spread bancário brasileiro**. São Paulo: Cepefin/FEA-RP/USP, 2006. (Position paper).

MCKILLOP, Donal; FERGUSON, Charles. An examination of borrower orientation and scale effects in UK credit unions. **Annals of Public and Cooperative Economics**, v. 69, n. 2, p. 219-242, 1998.

MEURER, Simplício; MARCON, Rosilene. Desempenho de cooperativas: o caso de uma cooperativa de crédito rural. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, Lavras, v. 9, n. 3, p. 334-348, 2007.

NILSSON, Jerker. Organisational principles for co-operative firms. **Scandinavian Journal of Management**, v. 17, p. 329-356, 2001.

OCB-ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS. **Ramo Crédito**: números. Brasília: OCB, 2007a. Disponível em: <<http://www.brasilcooperativo.coop.br/site/ramos/index.asp>>. Acesso em: 21 nov. 2008.

_____. **Cooperativismo de Crédito Brasileiro**. Brasília: OCB, 2007b. Disponível em: <http://www.brasilcooperativo.coop.br/Portals/0/documentos/comunicacao/130807_Apresentacao.pdf>. Acesso em: 13 set. 2007.

O'HARA, Maureen. Property Rights And The Financial Firm. **Journal of Law and Economics**, v. 24, p. 317-332, 1981.

PALHARES, Valdecir M. A. Análise Histórica e Evolutiva do Cooperativismo de Crédito no Brasil. In: PINHO, Diva B.; PALHARES, Valdecir M. A. **O Cooperativismo de Crédito no Brasil**: do século XX ao século XXI. Santo André: Esetec, 2004. p. 33-76.

PATIN JR, Roy P.; MCNEIL, Douglas W. Member group orientation of credit unions and total member benefits. **Review of Social Economy**, v. 49, n. 1, p. 37-61, 1991.

PHILLIPS, Richard. Economic Nature of the Cooperative Association. **Journal of Farm Economics**, v. 35, n. 1, p. 74-87, fev. 1953.

PINHEIRO, Marcos A. H. **Cooperativas de Crédito: história da evolução normativa no Brasil**. 6 ed. Brasília: BCB, 2008. 92 p.

Disponível em: <<http://www.BACEN.gov.br/?COOPINTER>>. Acesso em: 24 dez. 2008.

PINHO, Diva B. **Economia e Cooperativismo**. São Paulo: Saraiva, 1977. 177 p.

REIS JÚNIOR, Nilson. **Aspectos Societários das Cooperativas**. Belo Horizonte: Mandamentos, 2006. 128 p.

RODRIGUES, Roberto. **The Second Cooperative Wave: a shared vision**. Dinâmica, 2001.

SMITH, Donald J. A theoretic framework for the analysis of credit union decision making. **The Journal of Finance**, v. 39, n. 4, p. 1155-1168, 1984.

_____. Credit Union Rate and Earnings Retention Decisions under Uncertainty and Taxation. **Journal of Money, Credit and Banking**, v. 20, n. 1, p. 119-131, fev. 1988.

_____; CARGILL, Thomas F.; MEYER, Robert A. Credit Unions: an economic theory of a credit union. **The Journal of Finance**, v. 36, n. 2, p. 519-528, mai. 1981.

SOARES, M. M.; MELO SOBRINHO, A. D. de. **Microfinanças: o papel do Banco Central do Brasil e a importância do cooperativismo de crédito**. 2 ed. Brasília: BCB, 2008. 202 p.
Disponível em: <<http://www.BACEN.gov.br/?DCCOMPL>>. Acesso em: 24 nov. 2008.

SPEKLÉ, Roland F. Explaining management control structure variety: a transaction cost economics perspective. **Accounting, Organizations and Society**, v. 26, p. 419-441, 2001.

SPENCER, John E. An Extension to Taylor's Model of Credit Unions. **Review of Social Economy**, v. 54, n. 1, p. 89-98, 1996.

SUNDER, Shyam. **Theory of Accounting and Control**. Cincinnati, Ohio: South-Western, 1997. 212 p.

TAXA DE JUROS-CDI. **Sistema Gerenciador de Séries Temporais: módulo público**, versão 1.3.2. Disponível em: <<https://www3.bcb.gov.br/sgspub/>>. Acesso em: 31 out. 2008.

TAYLOR, Ryland A. Credit Unions And Cooperative Banking In Developed And Developing Countries. **Annals of Public and Cooperative Economics**, v. 45, n. 2, p. 105-118, 1974.

VILLARES, Henrique C. **Buscando a Melhor Destinação das Sobras em Cooperativas de Crédito**. 2004. 44 f. Trabalho de Conclusão de Curso (MBA em Cooperativismo) – Fundace, São Paulo, 2004.

WARD, Ann-Marie; MCKILLOP, Donal. The relationship between credit union objects and cooperative philosophies. 2002. (Working paper). Disponível em: <<http://www.creditunionresearch.com/researchpapers>>. Acesso em: 19 out. 2007.

WILLIAMSON, Oliver E. The Economics of Organization: the transaction cost approach. **The American Journal of Sociology**, v. 87, n. 3, p. 548-577, nov. 1981.

_____. Comparative economic organization: the analysis of discrete structural alternatives. **Administrative Science Quarterly**, v. 36, n. 2, p. 269-296, jun. 1991.

WISNIEVSKI, Gilmar. **Manual de Contabilidade das Sociedades Cooperativas**. Belo Horizonte: Mandamentos, 2004. 463 p. (Série Cooperativismo, 4).

WOCCU-WORLD COUNCIL OF CREDIT UNIONS. **2007 Statistical Report**. Madison, WI, EUA: WOCCU, 2008. Disponível em: <<http://www.woccu.org/publications/statreport>>. Acesso em: 24 dez. 2008.

ZYLBERSZTAJN, Decio; FARINA, Elizabeth M.M.Q. Strictly coordinated food-systems: exploring the limits of the Coasian firm. **International Food and Agribusiness Management Review**, v. 2, n. 2, p. 249-265, 1999.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Solicitação de informações às cooperativas selecionadas para pesquisa

Quadro A.1 - Questionamento sobre distribuição das sobras líquidas do exercício.					
	2003	2004	2005	2006	2007
Sobras do exercício (contas de resultado credoras – contas de resultado devedoras)					
(+) Reversão de Reserva de reavaliação (se houver)					
(-) Composição de Reserva Legal					
(-) Composição de Outras Reservas de lucros (contingência, especiais, outras)					
(-) Composição de FATES					
(-) Composição de outros fundos para aplicação no desenvolvimento dos cooperados e empregados (se houver)					
(-) Devolução aos cooperados no Capital Social					
(-) Devolução aos cooperados em Conta Corrente					
(=) Zero	Zero	Zero	Zero	Zero	Zero
<p>Observação: O ano é o de competência do resultado líquido gerado, ainda que as distribuições ocorram no ano seguinte, quando da realização da AGO. Por exemplo, apresentar a distribuição das sobras do exercício 2003 na coluna desse ano, ainda que tenham sido efetivadas em 2004.</p> <p>Veja que parte-se do pressuposto que o montante total das sobras é distribuído, sobrando ao final saldo Zero na conta Sobras e Perdas Acumuladas.</p>					

Quadro A.2 - Questionamento sobre mutações da conta Capital Social.						
	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Saldo inicial (01 jan.)						
(+) Capitalização de Sobras do exercício anterior						
(+) Reversão de Reservas de lucros (sobras de exercícios anteriores, se houver)						
(+) Juros sobre capital próprio (se houver)						
(+) Integralização de capital						
(+) Outras adições (integralização por fusão, outras)						
(-) Baixas por saída de cooperados						
(-) Outras baixas						
(=) Saldo final (31 dez.)						
Quadro A.3 - Questionamento sobre evolução do Quadro Social.						
	2003	2004	2005	2006	2007	
Quantidade de cooperados ATIVOS (31 de dezembro)						

APÊNDICE B - Tabelas de dados diversas

Tabela B.1 - Grupos de ativos das cooperativas de crédito rural estudadas (médias semestrais, em milhões de reais).

Cooperativa	Item	2003		2004		2005		2006		2007		Análise Vertical Média (DP)
		1o Sem.	2o Sem.	1o Sem.	2o Sem.	1o Sem.	2o Sem.	1o Sem.	2o Sem.	1o Sem.	2o Sem.	
COOPECREDI	ATIVO TOTAL MÉDIO	<u>121,9</u>	<u>166,4</u>	<u>172,1</u>	<u>201,6</u>	<u>186,9</u>	<u>214,3</u>	<u>233,6</u>	<u>315,0</u>	<u>391,2</u>	<u>436,2</u>	100%
	Operações de crédito com cooperados	33,7	45,9	52,9	57,6	61,7	61,0	83,6	102,8	143,5	148,1	31,5% (3,4%)
	Aplicações em outras instituições	81,8	112,0	109,0	132,8	111,9	139,1	135,9	195,6	229,2	268,0	62,9% (3,4%)
	Outros ativos circulantes e realizáveis a longo prazo	4,8	6,7	8,3	9,2	11,1	11,7	11,1	11,9	13,0	14,6	4,4% (0,9%)
	Ativos permanentes	1,6	1,7	1,8	2,0	2,2	2,5	2,9	4,6	5,5	5,5	1,2% (0,2%)
CREDICOONAI	ATIVO TOTAL	<u>24,0</u>	<u>28,4</u>	<u>31,2</u>	<u>38,7</u>	<u>42,9</u>	<u>48,7</u>	<u>58,6</u>	<u>82,3</u>	<u>104,1</u>	<u>138,0</u>	100%
	Operações de crédito com cooperados	18,4	20,4	22,3	26,4	29,6	34,9	41,0	52,7	63,3	84,1	68,4% (5,0%)
	Aplicações em outras instituições	3,8	6,2	6,9	9,3	8,5	8,5	12,1	22,4	32,0	43,1	23,1% (5,3%)
	Outros ativos circulantes e realizáveis a longo prazo	0,7	0,7	0,7	1,6	3,2	3,4	3,5	3,5	2,5	4,3	4,2% (2,0%)
	Ativos permanentes	1,2	1,2	1,3	1,4	1,6	1,9	2,0	3,7	6,3	6,5	4,3% (0,8%)
CREDICAROL	ATIVO TOTAL	<u>33,2</u>	<u>35,5</u>	<u>30,2</u>	<u>29,0</u>	<u>32,8</u>	<u>37,5</u>	<u>42,1</u>	<u>52,1</u>	<u>62,6</u>	<u>67,8</u>	100%
	Operações de crédito com cooperados	15,0	16,2	12,5	13,9	12,3	11,9	14,5	15,9	18,7	24,0	37,9% (6,7%)
	Aplicações em outras instituições	1,8	4,4	4,8	13,1	18,3	23,1	25,1	32,2	39,3	39,0	43,8% (23,1%)
	Outros ativos circulantes e realizáveis a longo prazo	14,8	13,2	11,0	0,2	0,2	0,2	0,2	0,3	0,2	0,2	12,2% (18,9%)
	Ativos permanentes	1,7	1,7	1,8	1,9	2,1	2,3	2,3	3,7	4,4	4,6	6,1% (0,8%)
CREDICITRUS	ATIVO TOTAL	<u>283,5</u>	<u>334,5</u>	<u>377,3</u>	<u>454,4</u>	<u>578,1</u>	<u>673,6</u>	<u>741,8</u>	<u>896,0</u>	<u>1.017,5</u>	<u>1.121,4</u>	100%
	Operações de crédito com cooperados	166,4	227,3	270,5	310,0	378,4	413,6	430,2	452,2	514,3	616,3	60,7% (7,5%)
	Aplicações em outras instituições	106,6	95,3	93,1	127,9	180,7	239,4	288,5	411,4	466,7	464,5	35,8% (7,5%)
	Outros ativos circulantes e realizáveis a longo prazo	1,9	1,1	1,1	1,9	2,8	3,2	4,6	4,7	3,6	4,3	0,5% (0,1%)
	Ativos permanentes	8,7	10,7	12,6	14,5	16,2	17,4	18,5	27,7	32,9	36,3	3,0% (0,3%)

continua

Coope- rativa	Item	2003		2004		2005		2006		2007		Análise Vertical Média (DP)
		1o Sem.	2o Sem.	1o Sem.	2o Sem.	1o Sem.	2o Sem.	1o Sem.	2o Sem.	1o Sem.	2o Sem.	
COCREFOCAPI	ATIVO TOTAL	<u>43,3</u>	<u>50,4</u>	<u>49,2</u>	<u>55,7</u>	<u>62,2</u>	<u>74,2</u>	<u>87,3</u>	<u>114,1</u>	<u>129,8</u>	<u>141,1</u>	100%
	Operações de crédito com cooperados	17,8	18,3	22,3	21,6	21,8	24,0	26,8	30,3	45,7	59,9	36,4% (5,7%)
	Aplicações em outras instituições	21,1	27,6	22,8	27,9	36,6	46,2	56,7	78,7	78,6	75,5	56,9% (7,4%)
	Outros ativos circulantes e realizáveis a longo prazo	1,9	1,5	0,8	2,9	0,5	0,5	0,5	0,7	0,6	0,8	1,8% (1,8%)
	Ativos permanentes	2,3	2,9	3,3	3,3	3,4	3,5	3,4	4,4	4,9	4,8	4,9% (1,1%)
CREDICOCAPEC	ATIVO TOTAL	<u>24,0</u>	<u>26,9</u>	<u>31,6</u>	<u>31,7</u>	<u>34,6</u>	<u>42,1</u>	<u>48,2</u>	<u>52,4</u>	<u>53,5</u>	<u>63,7</u>	100%
	Operações de crédito com cooperados	11,5	12,6	11,5	15,4	13,3	21,2	24,1	34,8	32,4	26,8	48,7% (9,2%)
	Aplicações em outras instituições	8,9	9,5	16,5	14,3	19,2	18,4	21,6	14,7	18,0	33,9	42,9% (9,2%)
	Outros ativos circulantes e realizáveis a longo prazo	2,3	3,6	2,2	0,7	0,6	0,8	0,8	0,8	0,7	0,7	4,1% (4,3%)
	Ativos permanentes	1,2	1,3	1,3	1,4	1,5	1,7	1,7	2,1	2,3	2,4	4,2% (0,5%)
COCRED	ATIVO TOTAL	<u>196,6</u>	<u>204,6</u>	<u>195,8</u>	<u>208,6</u>	<u>242,5</u>	<u>272,7</u>	<u>309,8</u>	<u>391,8</u>	<u>457,6</u>	<u>511,2</u>	100%
	Operações de crédito com cooperados	73,2	105,3	122,3	132,9	143,3	164,9	159,3	177,9	224,8	279,0	53,5% (8,3%)
	Aplicações em outras instituições	107,9	80,6	53,9	57,9	79,8	86,5	120,7	173,1	188,0	173,2	37,2% (8,3%)
	Outros ativos circulantes e realizáveis a longo prazo	10,4	13,3	14,0	11,9	13,2	14,6	22,7	28,5	29,0	41,3	6,4% (1,0%)
	Ativos permanentes	5,0	5,3	5,6	5,9	6,2	6,8	7,1	12,3	15,7	17,8	2,8% (0,4%)

FONTE: BACEN (2007b).

Tabela B.2 - Grupos de passivos das cooperativas de crédito rural estudadas (médias semestrais, em milhões de reais).

Coope- rativa	Item	2003		2004		2005		2006		2007		Análise Vertical Média (DP)
		1o Sem.	2o Sem.	1o Sem.	2o Sem.	1o Sem.	2o Sem.	1o Sem.	2o Sem.	1o Sem.	2o Sem.	
COOPECREDI	ATIVO TOTAL MÉDIO	121,9	166,4	172,1	201,6	186,9	214,3	233,6	315,0	391,2	436,2	100%
	PASSIVO TOTAL MÉDIO	102,7	144,9	149,0	176,4	159,5	184,2	201,4	279,2	350,5	387,7	87,0% (1,7%)
	Captações de depósitos com cooperados	57,8	81,3	82,9	104,2	89,0	85,5	93,3	143,6	171,3	192,9	45,7% (3,8%)
	Captações em outras instituições	39,8	55,5	55,9	60,3	56,6	82,8	89,6	116,0	157,7	171,9	35,2% (3,9%)
	Outros passivos	5,1	8,0	10,3	11,8	13,8	15,8	18,6	19,6	21,5	23,0	6,1% (1,2%)
CREDICOONAI	ATIVO TOTAL MÉDIO	24,0	28,4	31,2	38,7	42,9	48,7	58,6	82,3	104,1	138,0	100%
	PASSIVO TOTAL MÉDIO	18,3	21,9	23,7	30,1	33,3	38,3	47,0	67,3	80,0	107,9	78,0% (1,8%)
	Captações de depósitos com cooperados	7,4	9,5	11,6	13,9	14,8	15,2	19,3	28,1	33,9	45,2	33,6% (1,9%)
	Captações em outras instituições	9,8	11,0	10,7	14,2	16,4	19,8	23,6	34,4	41,2	56,6	39,2% (2,3%)
	Outros passivos	1,1	1,4	1,5	1,9	2,1	3,3	4,1	4,8	4,9	6,2	5,3% (0,9%)
CREDICAROL	ATIVO TOTAL MÉDIO	33,2	35,5	30,2	29,0	32,8	37,5	42,1	52,1	62,6	67,8	100%
	PASSIVO TOTAL MÉDIO	20,7	21,3	14,6	11,6	13,1	15,4	17,7	24,9	32,6	35,5	48,6% (8,1%)
	Captações de depósitos com cooperados	11,0	10,4	10,8	9,1	9,8	11,3	12,6	16,6	19,3	20,3	31,2% (2,0%)
	Captações em outras instituições	8,7	9,8	2,6	1,3	2,1	2,2	2,9	6,2	11,2	12,9	13,5% (8,6%)
	Outros passivos	0,9	1,2	1,2	1,2	1,2	2,0	2,1	2,1	2,1	2,2	3,9% (0,8%)
CREDICITRUS	ATIVO TOTAL MÉDIO	283,5	334,5	377,3	454,4	578,1	673,6	741,8	896,0	1.017,5	1.121,4	100%
	PASSIVO TOTAL MÉDIO	219,3	255,8	281,7	342,6	451,5	529,3	582,5	714,8	798,5	839,6	77,2% (1,8%)
	Captações de depósitos com cooperados	139,2	162,3	171,2	193,7	233,2	257,9	308,7	415,3	492,6	516,4	44,7% (3,8%)
	Captações em outras instituições	74,1	86,6	103,3	137,9	198,8	247,6	243,6	270,2	270,1	278,2	29,5% (4,1%)
	Outros passivos	6,0	6,9	7,3	11,0	19,5	23,7	30,2	29,4	35,9	45,1	3,0% (0,8%)

continua

Coope- rativa	Item	2003		2004		2005		2006		2007		Análise Vertical Média (DP)
		1o Sem.	2o Sem.	1o Sem.	2o Sem.	1o Sem.	2o Sem.	1o Sem.	2o Sem.	1o Sem.	2o Sem.	
COCREFOCAPI	ATIVO TOTAL MÉDIO	43,3	50,4	49,2	55,7	62,2	74,2	87,3	114,1	129,8	141,1	100%
	PASSIVO TOTAL MÉDIO	31,2	37,3	35,3	40,8	46,2	56,6	68,2	93,1	106,8	116,2	76,6% (4,2%)
	Captações de depósitos com cooperados	23,0	26,7	24,1	25,2	29,8	36,4	44,0	59,2	61,2	60,1	48,9% (3,4%)
	Captações em outras instituições	7,5	9,7	10,1	14,1	14,6	18,2	21,6	30,5	42,0	52,8	25,2% (6,0%)
	Outros passivos	0,8	1,0	1,1	1,5	1,8	2,1	2,6	3,4	3,7	3,3	2,6% (0,4%)
CREDICOAPEC	ATIVO TOTAL MÉDIO	24,0	26,9	31,6	31,7	34,6	42,1	48,2	52,4	53,5	63,7	100%
	PASSIVO TOTAL MÉDIO	20,0	22,5	27,0	26,7	28,8	35,3	40,0	42,5	42,9	51,5	82,8% (1,7%)
	Captações de depósitos com cooperados	14,8	16,7	20,8	18,4	22,8	27,8	28,7	25,2	29,4	38,5	60,2% (5,6%)
	Captações em outras instituições	4,6	5,3	5,6	7,4	5,0	6,3	10,2	16,2	11,9	11,9	20,2% (4,7%)
	Outros passivos	0,6	0,6	0,6	0,9	1,0	1,2	1,2	1,0	1,5	1,1	2,4% (0,4%)
COCRED	ATIVO TOTAL MÉDIO	196,6	204,6	195,8	208,6	242,5	272,7	309,8	391,8	457,6	511,2	100%
	PASSIVO TOTAL MÉDIO	137,6	134,0	116,9	121,6	146,9	172,0	207,3	277,8	331,2	362,3	65,8% (5,2%)
	Captações de depósitos com cooperados	106,1	102,9	85,4	88,8	108,9	119,5	142,7	198,5	229,0	245,1	47,4% (3,8%)
	Captações em outras instituições	20,3	17,4	15,3	14,1	12,7	21,5	31,4	43,2	62,1	77,1	9,6% (3,0%)
	Outros passivos	11,2	13,7	16,2	18,7	25,3	31,0	33,1	36,1	40,2	40,2	8,8% (1,8%)

FONTE: BACEN (2007b).

Tabela B.3 - Patrimônio total das cooperativas de crédito rural estudadas (médias semestrais, em milhões de reais).

Cooperativa	Item	2003		2004		2005		2006		2007		Análise Vertical Média (DP)
		1o Sem.	2o Sem.	1o Sem.	2o Sem.	1o Sem.	2o Sem.	1o Sem.	2o Sem.	1o Sem.	2o Sem.	
COOPERATIVA CREDI- COONAI	ATIVO TOTAL MÉDIO	121,9	166,4	172,1	201,6	186,9	214,3	233,6	315,0	391,2	436,2	100%
	PATRIMÔNIO TOTAL MÉDIO	19,2	21,5	23,0	25,2	27,4	30,2	32,2	35,8	40,8	48,5	13,0% (1,7%)
	Patrimônio líquido divisível	14,1	15,9	17,2	19,5	20,3	22,2	25,2	27,2	31,8	37,2	9,8% (1,1%)
	Restante do patrimônio	5,1	5,7	5,8	5,7	7,1	8,0	7,0	8,6	9,0	11,3	3,2% (0,6%)
COOPERATIVA CREDI- COONAI	ATIVO TOTAL MÉDIO	24,0	28,4	31,2	38,7	42,9	48,7	58,6	82,3	104,1	138,0	100%
	PATRIMÔNIO TOTAL MÉDIO	5,7	6,5	7,5	8,6	9,6	10,4	11,6	15,1	24,0	30,1	22,0% (1,8%)
	Patrimônio líquido divisível	4,7	5,0	5,9	6,3	7,6	8,2	8,9	11,3	19,7	25,4	17,3% (1,8%)
	Restante do patrimônio	1,0	1,5	1,6	2,3	2,0	2,2	2,7	3,8	4,3	4,7	4,7% (0,7%)
COOPERATIVA CREDI- CAROL	ATIVO TOTAL MÉDIO	33,2	35,5	30,2	29,0	32,8	37,5	42,1	52,1	62,6	67,8	100%
	PATRIMÔNIO TOTAL MÉDIO	12,5	14,2	15,6	17,4	19,7	22,1	24,4	27,2	30,0	32,4	51,4% (8,1%)
	Patrimônio líquido divisível	2,2	2,4	2,6	2,8	3,0	3,2	3,4	4,1	5,3	5,9	8,2% (1,0%)
	Restante do patrimônio	10,3	11,8	13,0	14,6	16,7	18,9	21,0	23,2	24,7	26,5	43,2% (7,4%)
COOPERATIVA CREDI- CITRUS	ATIVO TOTAL MÉDIO	283,5	334,5	377,3	454,4	578,1	673,6	741,8	896,0	1.017,5	1.121,4	100%
	PATRIMÔNIO TOTAL MÉDIO	64,2	78,7	95,6	111,8	126,6	144,3	159,3	181,2	219,0	281,8	22,8% (1,8%)
	Patrimônio líquido divisível	27,5	29,5	35,6	42,5	48,9	55,2	63,4	77,4	112,0	158,5	9,6% (1,8%)
	Restante do patrimônio	36,7	49,1	60,0	69,2	77,7	89,1	95,9	103,8	107,0	123,4	13,1% (1,8%)
COOPERATIVA COCRE- FOCABI	ATIVO TOTAL MÉDIO	43,3	50,4	49,2	55,7	62,2	74,2	87,3	114,1	129,8	141,1	100%
	PATRIMÔNIO TOTAL MÉDIO	12,0	13,0	13,9	15,0	16,0	17,6	19,1	21,0	23,0	24,8	23,4% (4,2%)
	Patrimônio líquido divisível	7,6	8,1	8,3	8,5	8,8	8,9	8,1	8,7	9,4	10,7	12,4% (4,1%)
	Restante do patrimônio	4,4	5,0	5,6	6,5	7,2	8,7	11,0	12,2	13,5	14,2	11,0% (0,9%)
COOPERATIVA CREDI- COCAPEC	ATIVO TOTAL MÉDIO	24,0	26,9	31,6	31,7	34,6	42,1	48,2	52,4	53,5	63,7	100%
	PATRIMÔNIO TOTAL MÉDIO	4,0	4,4	4,6	5,0	5,8	6,8	8,2	9,9	10,7	12,3	17,2% (1,7%)
	Patrimônio líquido divisível	1,5	1,7	1,9	2,0	2,1	2,3	2,8	3,6	4,7	5,3	6,6% (1,1%)
	Restante do patrimônio	2,4	2,7	2,8	3,0	3,7	4,6	5,4	6,3	6,0	7,0	10,5% (1,0%)
COOPERATIVA COCRED	ATIVO TOTAL MÉDIO	196,6	204,6	195,8	208,6	242,5	272,7	309,8	391,8	457,6	511,2	100%
	PATRIMÔNIO TOTAL MÉDIO	58,9	70,6	78,9	87,0	95,6	100,8	102,6	114,0	126,4	148,9	34,2% (5,2%)
	Patrimônio líquido divisível	26,4	26,9	32,1	34,8	39,8	41,6	45,2	46,7	51,7	54,1	14,0% (2,2%)
	Restante do patrimônio	32,5	43,7	46,8	52,2	55,9	59,2	57,3	67,3	74,7	94,7	20,2% (3,2%)

FONTE: BACEN (2007b).

Tabela B.4 - Resultados apurados pelas cooperativas de crédito rural estudadas (saldos acumulados semestralmente, em milhões de reais).

Cooperativa	Resultado	2003		2004		2005		2006		2007		Crescimento Médio Anual
		1o Sem.	2o Sem.	1o Sem.	2o Sem.	1o Sem.	2o Sem.	1o Sem.	2o Sem.	1o Sem.	2o Sem.	
COOPECREDI	<u>RESULTADO LÍQUIDO</u>	2,37	1,75	2,17	2,11	2,86	1,88	3,34	2,96	3,42	3,39	13,4%
	Intermediação financeira	3,24	4,39	3,34	4,88	4,16	6,28	4,82	6,57	5,34	7,02	12,8%
	Aplicações e captações com cooperados	(3,37)	(4,32)	(2,38)	(3,67)	(3,51)	(1,89)	(0,95)	(2,95)	(1,22)	(1,13)	
	Aplicações e captações em outras instituições	6,61	8,70	5,73	8,56	7,67	8,17	5,77	9,52	6,56	8,15	
	Outros resultados	(0,87)	(2,64)	(1,17)	(2,77)	(1,30)	(4,40)	(1,49)	(3,61)	(1,92)	(3,63)	12,1%
CREDICOONAI	<u>RESULTADO LÍQUIDO</u>	0,82	0,63	1,09	0,92	0,69	1,03	1,17	2,17	1,22	2,38	25,5%
	Intermediação financeira	2,23	2,33	3,14	3,25	3,26	3,45	3,75	4,92	4,49	5,88	22,8%
	Aplicações e captações com cooperados	2,04	1,61	2,68	1,90	0,45	1,93	2,54	2,25	2,53	2,66	
	Aplicações e captações em outras instituições	0,19	0,72	0,46	1,35	2,82	1,52	1,21	2,68	1,96	3,22	
	Outros resultados	(1,41)	(1,70)	(2,05)	(2,33)	(2,58)	(2,42)	(2,58)	(2,75)	(3,27)	(3,50)	21,5%
CREDICAROL	<u>RESULTADO LÍQUIDO</u>	1,63	1,37	1,43	2,04	2,31	2,21	2,27	1,85	1,71	1,88	4,6%
	Intermediação financeira	2,40	2,32	2,35	2,52	3,08	3,29	3,36	3,19	2,85	3,16	6,3%
	Aplicações e captações com cooperados	1,30	1,84	1,46	1,40	1,63	1,34	1,43	1,20	0,82	1,54	
	Aplicações e captações em outras instituições	1,10	0,47	0,89	1,12	1,45	1,95	1,93	1,98	2,03	1,62	
	Outros resultados	(0,77)	(0,94)	(0,92)	(0,48)	(0,77)	(1,08)	(1,09)	(1,33)	(1,14)	(1,28)	9,1%
CREDICITRUS	<u>RESULTADO LÍQUIDO</u>	14,68	17,54	17,76	17,81	16,64	19,55	18,29	18,42	26,61	23,45	11,6%
	Intermediação financeira	19,93	25,37	26,42	36,41	31,58	36,58	32,40	39,89	44,27	47,91	19,4%
	Aplicações e captações com cooperados	8,93	16,91	21,52	27,17	23,95	26,55	20,45	21,82	25,00	28,73	
	Aplicações e captações em outras instituições	11,00	8,45	4,90	9,23	7,63	10,03	11,95	18,07	19,27	19,19	
	Outros resultados	(5,24)	(7,83)	(8,66)	(18,60)	(14,94)	(17,03)	(14,11)	(21,47)	(17,66)	(24,47)	34,0%

continua

conclusão

Coope- rativa	Resultado	2003		2004		2005		2006		2007		Crescimento Médio Anual
		1o Sem.	2o Sem.	1o Sem.	2o Sem.	1o Sem.	2o Sem.	1o Sem.	2o Sem.	1o Sem.	2o Sem.	
COCREFOCAPI	<u>RESULTADO LÍQUIDO</u>	0,80	0,68	1,13	1,10	1,20	1,74	1,37	2,26	1,72	1,42	20,7%
	Intermediação financeira	1,49	1,62	2,01	2,18	1,95	2,87	2,37	3,58	2,87	2,41	14,2%
	Aplicações e captações com cooperados	(0,97)	(1,78)	(0,48)	(0,42)	(0,82)	(1,49)	(1,75)	(0,91)	(0,44)	(0,61)	
	Aplicações e captações em outras instituições	2,46	3,40	2,49	2,59	2,77	4,36	4,12	4,49	3,32	3,02	
	Outros resultados	(0,69)	(0,94)	(0,88)	(1,07)	(0,75)	(1,13)	(0,99)	(1,32)	(1,16)	(0,99)	7,1%
CREDICOCAPEC	<u>RESULTADO LÍQUIDO</u>	0,14	0,28	0,01	0,58	0,72	0,93	1,63	0,99	0,88	0,77	40,4%
	Intermediação financeira	0,79	1,27	0,78	1,44	1,34	1,99	2,53	2,42	2,02	2,29	20,3%
	Aplicações e captações com cooperados	(0,56)	(0,16)	(0,62)	0,14	(0,26)	0,54	0,62	1,88	1,09	0,68	
	Aplicações e captações em outras instituições	1,35	1,42	1,40	1,31	1,60	1,44	1,92	0,54	0,93	1,61	
	Outros resultados	(0,65)	(0,99)	(0,77)	(0,86)	(0,62)	(1,06)	(0,91)	(1,43)	(1,14)	(1,52)	13,0%
COCRED	<u>RESULTADO LÍQUIDO</u>	7,25	12,36	9,17	10,08	10,05	7,89	12,54	12,55	27,15	13,87	20,3%
	Intermediação financeira	10,56	15,52	12,12	13,76	14,36	11,97	17,30	18,73	33,16	21,14	20,1%
	Aplicações e captações com cooperados	(4,95)	2,28	3,99	7,94	2,73	(5,74)	3,61	(4,95)	7,60	4,79	
	Aplicações e captações em outras instituições	15,51	13,24	8,13	5,82	11,63	17,71	13,69	23,68	25,56	16,35	
	Outros resultados	(3,31)	(3,16)	(2,95)	(3,68)	(4,31)	(4,09)	(4,76)	(6,17)	(6,01)	(7,27)	19,7%

FONTE: BACEN (2007b).

Tabela B.5 - Distribuição percentual dos recursos aplicados e captados pelas cooperativas de crédito rural estudadas (médias semestrais, em % do saldo de capital aplicado médio).

Cooperativa	Item	2003		2004		2005		2006		2007		Média (DP)
		1o Sem.	2o Sem.	1o Sem.	2o Sem.	1o Sem.	2o Sem.	1o Sem.	2o Sem.	1o Sem.	2o Sem.	
COOPECREDI	Saldo médio do capital aplicado	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
	Operações de crédito com cooperados	29,2%	29,1%	32,7%	30,2%	35,5%	30,5%	38,1%	34,4%	38,5%	35,6%	33,4% (3,6%)
	Aplicações em outras instituições	70,8%	70,9%	67,3%	69,8%	64,5%	69,5%	61,9%	65,6%	61,5%	64,4%	66,6% (3,6%)
	Recursos captados / capital aplicado	84,5%	86,7%	85,7%	86,4%	83,9%	84,1%	83,3%	87,0%	88,2%	87,7%	85,7% (1,7%)
	Captações de depósitos com cooperados	50,0%	51,5%	51,2%	54,7%	51,3%	42,7%	42,5%	48,1%	45,9%	46,4%	48,4% (4,0%)
	Captações em outras instituições	34,5%	35,2%	34,5%	31,7%	32,6%	41,4%	40,8%	38,9%	42,3%	41,3%	37,3% (4,0%)
	Recursos próprios / capital aplicado	15,5%	13,3%	14,3%	13,6%	16,1%	15,9%	16,7%	13,0%	11,8%	12,3%	14,3% (1,7%)
CREDICOONAI	Saldo médio do capital aplicado	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
	Operações de crédito com cooperados	82,9%	76,7%	76,5%	73,8%	77,7%	80,4%	77,2%	70,2%	66,4%	66,1%	74,8% (5,6%)
	Aplicações em outras instituições	17,1%	23,3%	23,5%	26,2%	22,3%	19,6%	22,8%	29,8%	33,6%	33,9%	25,2% (5,6%)
	Recursos captados / capital aplicado	77,6%	77,4%	76,2%	78,9%	81,9%	80,7%	80,7%	83,2%	78,9%	80,0%	79,5% (2,2%)
	Captações de depósitos com cooperados	33,5%	35,9%	39,6%	39,0%	38,8%	35,1%	36,3%	37,4%	35,6%	35,5%	36,7% (2,0%)
	Captações em outras instituições	44,2%	41,5%	36,5%	39,9%	43,0%	45,5%	44,4%	45,8%	43,3%	44,5%	42,9% (2,9%)
	Recursos próprios / capital aplicado	22,4%	22,6%	23,8%	21,1%	18,1%	19,3%	19,3%	16,8%	21,1%	20,0%	20,5% (2,2%)
CREDICAROL	Saldo médio do capital aplicado	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
	Operações de crédito com cooperados	89,4%	78,6%	72,3%	51,6%	40,3%	34,0%	36,5%	33,1%	32,2%	38,1%	50,6% (21,5%)
	Aplicações em outras instituições	10,6%	21,4%	27,7%	48,4%	59,7%	66,0%	63,5%	66,9%	67,8%	61,9%	49,4% (21,5%)
	Recursos captados / capital aplicado	118,0%	98,0%	77,0%	38,7%	38,6%	38,4%	39,2%	47,4%	52,7%	52,8%	60,1% (28,2%)
	Captações de depósitos com cooperados	66,1%	50,4%	62,1%	33,9%	31,9%	32,2%	31,9%	34,6%	33,4%	32,3%	40,9% (13,5%)
	Captações em outras instituições	51,9%	47,6%	14,9%	4,9%	6,7%	6,2%	7,4%	12,8%	19,3%	20,5%	19,2% (17,0%)
	Recursos próprios / capital aplicado	0,0%	2,0%	23,0%	61,3%	61,4%	61,6%	60,8%	52,6%	47,3%	47,2%	41,7% (24,4%)
CREDICITRUS	Saldo médio do capital aplicado	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
	Operações de crédito com cooperados	60,9%	70,5%	74,4%	70,8%	67,7%	63,3%	59,9%	52,4%	52,4%	57,0%	62,9% (7,8%)
	Aplicações em outras instituições	39,1%	29,5%	25,6%	29,2%	32,3%	36,7%	40,1%	47,6%	47,6%	43,0%	37,1% (7,8%)
	Recursos captados / capital aplicado	78,1%	77,1%	75,5%	75,7%	77,3%	77,4%	76,9%	79,4%	77,7%	73,5%	76,9% (1,6%)
	Captações de depósitos com cooperados	51,0%	50,3%	47,1%	44,2%	41,7%	39,5%	43,0%	48,1%	50,2%	47,8%	46,3% (4,0%)
	Captações em outras instituições	27,1%	26,8%	28,4%	31,5%	35,6%	37,9%	33,9%	31,3%	27,5%	25,7%	30,6% (4,1%)
	Recursos próprios / capital aplicado	21,9%	22,9%	24,5%	24,3%	22,7%	22,6%	23,1%	20,6%	22,3%	26,5%	23,1% (1,6%)

continua

Coope- rativa	Item	2003		2004		2005		2006		2007		Média (DP)
		1o Sem.	2o Sem.	1o Sem.	2o Sem.	1o Sem.	2o Sem.	1o Sem.	2o Sem.	1o Sem.	2o Sem.	
COCREFOCAPI	Saldo médio do capital aplicado	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
	Operações de crédito com cooperados	45,8%	40,0%	49,4%	43,7%	37,4%	34,2%	32,1%	27,8%	36,7%	44,2%	39,1% (6,7%)
	Aplicações em outras instituições	54,2%	60,0%	50,6%	56,3%	62,6%	65,8%	67,9%	72,2%	63,3%	55,8%	60,9% (6,7%)
	Recursos captados / capital aplicado	<u>78,0%</u>	<u>79,2%</u>	<u>75,8%</u>	<u>79,3%</u>	<u>76,1%</u>	<u>77,7%</u>	<u>78,7%</u>	<u>82,3%</u>	<u>83,0%</u>	<u>83,4%</u>	<u>79,3%</u> (2,7%)
	Captações de depósitos com cooperados	58,9%	58,1%	53,4%	50,8%	51,1%	51,8%	52,8%	54,3%	49,2%	44,4%	52,5% (4,2%)
	Captações em outras instituições	19,1%	21,1%	22,4%	28,5%	25,1%	25,9%	25,9%	28,0%	33,8%	39,0%	26,9% (5,9%)
	Recursos próprios / capital aplicado	<u>22,0%</u>	<u>20,8%</u>	<u>24,2%</u>	<u>20,7%</u>	<u>23,9%</u>	<u>22,3%</u>	<u>21,3%</u>	<u>17,7%</u>	<u>17,0%</u>	<u>16,6%</u>	<u>20,7%</u> (2,7%)
CREDICOAPEC	Saldo médio do capital aplicado	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
	Operações de crédito com cooperados	56,3%	57,1%	41,1%	51,8%	40,9%	53,6%	52,7%	70,4%	64,3%	44,1%	53,2% (9,6%)
	Aplicações em outras instituições	43,7%	42,9%	58,9%	48,2%	59,1%	46,4%	47,3%	29,6%	35,7%	55,9%	46,8% (9,6%)
	Recursos captados / capital aplicado	<u>94,9%</u>	<u>99,6%</u>	<u>94,0%</u>	<u>86,9%</u>	<u>85,5%</u>	<u>86,0%</u>	<u>84,9%</u>	<u>83,7%</u>	<u>82,0%</u>	<u>83,1%</u>	<u>88,1%</u> (5,9%)
	Captações de depósitos com cooperados	72,3%	75,7%	74,0%	61,9%	70,2%	70,0%	62,7%	51,0%	58,3%	63,5%	66,0% (7,8%)
	Captações em outras instituições	22,6%	23,9%	20,0%	25,0%	15,3%	16,0%	22,2%	32,7%	23,7%	19,6%	22,1% (5,0%)
	Recursos próprios / capital aplicado	<u>5,1%</u>	<u>0,4%</u>	<u>6,0%</u>	<u>13,1%</u>	<u>14,5%</u>	<u>14,0%</u>	<u>15,1%</u>	<u>16,3%</u>	<u>18,0%</u>	<u>16,9%</u>	<u>11,9%</u> (5,9%)
COCRED	Saldo médio do capital aplicado	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
	Operações de crédito com cooperados	40,4%	56,6%	69,4%	69,7%	64,2%	65,6%	56,9%	50,7%	54,5%	61,7%	59,0% (9,1%)
	Aplicações em outras instituições	59,6%	43,4%	30,6%	30,3%	35,8%	34,4%	43,1%	49,3%	45,5%	38,3%	41,0% (9,1%)
	Recursos captados / capital aplicado	<u>69,8%</u>	<u>64,7%</u>	<u>57,1%</u>	<u>53,9%</u>	<u>54,5%</u>	<u>56,1%</u>	<u>62,2%</u>	<u>68,9%</u>	<u>70,5%</u>	<u>71,2%</u>	<u>62,9%</u> (7,0%)
	Captações de depósitos com cooperados	58,6%	55,3%	48,5%	46,5%	48,8%	47,5%	51,0%	56,5%	55,5%	54,2%	52,2% (4,3%)
	Captações em outras instituições	11,2%	9,4%	8,7%	7,4%	5,7%	8,6%	11,2%	12,3%	15,0%	17,0%	10,7% (3,5%)
	Recursos próprios / capital aplicado	<u>30,2%</u>	<u>35,3%</u>	<u>42,9%</u>	<u>46,1%</u>	<u>45,5%</u>	<u>43,9%</u>	<u>37,8%</u>	<u>31,1%</u>	<u>29,5%</u>	<u>28,8%</u>	<u>37,1%</u> (7,0%)

Tabela B.6 - Detalhamento do cálculo do resultado da intermediação financeira das cooperativas de crédito rural estudadas (em milhões de reais, de 2003 a 2007).

Coope- rativa	Resultados	1o Sem. 2003	2o Sem. 2003	1o Sem. 2004	2o Sem. 2004	1o Sem. 2005	2o Sem. 2005	1o Sem. 2006	2o Sem. 2006	1o Sem. 2007	2o Sem. 2007	Margem Média (DP)
COOPECREDI	Saldo médio do capital emprestado	115,48	157,94	161,91	190,41	173,61	200,08	219,58	298,43	372,75	416,08	
	com cooperados	33,70	45,92	52,87	57,59	61,67	61,01	83,64	102,80	143,55	148,08	
	em outras instituições	81,79	112,03	109,04	132,82	111,94	139,07	135,94	195,62	229,20	268,00	
	(+) Ingressos de operações de crédito	9,91	14,01	11,04	16,09	14,19	16,52	15,71	21,42	21,66	22,83	100,0%
	com cooperados	1,90	3,05	2,96	4,70	3,98	4,54	5,49	6,20	8,14	8,30	29,0% (6,0%)
	em outras instituições	8,01	10,96	8,08	11,39	10,21	11,98	10,22	15,22	13,52	14,53	71,0% (6,0%)
	Saldo médio de capital captado	115,48	157,94	161,91	190,41	173,61	200,08	219,58	298,43	372,75	416,08	
	com cooperados	57,78	81,33	82,87	104,21	89,01	85,52	93,27	143,61	171,26	192,90	
	em outras instituições	39,84	55,54	55,86	60,33	56,65	82,79	89,56	115,97	157,66	171,86	
	capital próprio	17,87	21,07	23,17	25,87	27,96	31,77	36,74	38,85	43,84	51,33	
	(-) Dispêndio de captação- Cooperados	(5,27)	(7,37)	(5,35)	(8,37)	(7,49)	(6,43)	(6,44)	(9,15)	(9,37)	(9,43)	-46,6% (5,7%)
	Custo do CDI	(6,81)	(8,34)	(6,27)	(8,34)	(7,95)	(7,91)	(7,24)	(9,69)	(10,29)	(10,57)	-52,6% (7,6%)
	Ganho (Perda) na captação	1,54	0,97	0,92	(0,03)	0,46	1,48	0,80	0,54	0,92	1,14	6,0% (4,3%)
	(-) Dispêndio de captação- Outras instituições	(1,40)	(2,26)	(2,36)	(2,83)	(2,54)	(3,82)	(4,45)	(5,69)	(6,96)	(6,38)	-22,5% (6,1%)
	Custo do CDI	(4,69)	(5,70)	(4,23)	(4,83)	(5,06)	(7,65)	(6,95)	(7,82)	(9,47)	(9,42)	-40,4% (5,4%)
	Ganho (Perda) na captação	3,29	3,44	1,87	2,00	2,51	3,84	2,50	2,13	2,51	3,04	17,9% (7,2%)
	(-) Dispêndio de captação- Capital próprio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0%
	Custo do CDI	(2,11)	(2,16)	(1,75)	(2,07)	(2,50)	(2,94)	(2,85)	(2,62)	(2,63)	(2,81)	-15,6% (3,1%)
	Ganho (Perda) na captação	2,11	2,16	1,75	2,07	2,50	2,94	2,85	2,62	2,63	2,81	15,6% (3,1%)
	(=) Resultado direto da intermediação financeira	3,24	4,39	3,34	4,88	4,16	6,28	4,82	6,57	5,34	7,02	30,9% (3,3%)
	(-) Rateio outros dispêndios operacionais											
	(=) Resultado líquido da intermediação financeira	2,37	1,74	2,16	2,11	2,81	1,77	3,15	2,84	3,23	3,25	16,2% (4,3%)

continua

continuação

Coope- rativa	Resultados	1o Sem. 2003	2o Sem. 2003	1o Sem. 2004	2o Sem. 2004	1o Sem. 2005	2o Sem. 2005	1o Sem. 2006	2o Sem. 2006	1o Sem. 2007	2o Sem. 2007	Margem Média (DP)
CREDICOONAI	Saldo médio do capital emprestado	<u>22,13</u>	<u>26,53</u>	<u>29,22</u>	<u>35,72</u>	<u>38,10</u>	<u>43,39</u>	<u>53,08</u>	<u>75,12</u>	<u>95,30</u>	<u>127,25</u>	
	com cooperados	18,35	20,36	22,35	26,37	29,61	34,86	40,99	52,74	63,29	84,12	
	em outras instituições	3,78	6,17	6,87	9,35	8,49	8,52	12,09	22,39	32,00	43,12	
	(+) Ingressos de operações de crédito	<u>3,34</u>	<u>4,46</u>	<u>4,64</u>	<u>6,31</u>	<u>7,87</u>	<u>7,33</u>	<u>7,63</u>	<u>10,18</u>	<u>10,65</u>	<u>14,08</u>	100,0%
	com cooperados	2,77	3,23	3,71	4,21	4,37	4,86	5,39	5,93	7,03	8,43	67,8% (8,9%)
	em outras instituições	0,57	1,23	0,92	2,11	3,50	2,47	2,24	4,25	3,62	5,65	32,2% (8,9%)
	Saldo médio de capital captado	<u>22,13</u>	<u>26,53</u>	<u>29,22</u>	<u>35,72</u>	<u>38,10</u>	<u>43,39</u>	<u>53,08</u>	<u>75,12</u>	<u>95,30</u>	<u>127,25</u>	
	com cooperados	7,41	9,53	11,58	13,95	14,80	15,24	19,27	28,06	33,93	45,18	
	em outras instituições	9,77	11,01	10,67	14,24	16,39	19,76	23,57	34,41	41,24	56,57	
	capital próprio	4,95	6,00	6,97	7,53	6,91	8,38	10,24	12,65	20,13	25,50	
	(-) Dispêndio de captação- Cooperados	<u>(0,73)</u>	<u>(1,62)</u>	<u>(1,03)</u>	<u>(2,30)</u>	<u>(3,92)</u>	<u>(2,93)</u>	<u>(2,85)</u>	<u>(3,68)</u>	<u>(4,50)</u>	<u>(5,77)</u>	-36,3% (8,6%)
	Custo do CDI	(0,87)	(0,98)	(0,88)	(1,12)	(1,32)	(1,41)	(1,49)	(1,89)	(2,04)	(2,48)	-19,5% (2,7%)
	Ganho (Perda) na captação	0,14	(0,64)	(0,16)	(1,19)	(2,60)	(1,52)	(1,36)	(1,79)	(2,47)	(3,30)	-16,8% (10,5%)
	(-) Dispêndio de captação- Outras instituições	<u>(0,38)</u>	<u>(0,52)</u>	<u>(0,46)</u>	<u>(0,76)</u>	<u>(0,69)</u>	<u>(0,95)</u>	<u>(1,04)</u>	<u>(1,57)</u>	<u>(1,66)</u>	<u>(2,43)</u>	-12,9% (2,7%)
	Custo do CDI	(1,15)	(1,13)	(0,81)	(1,14)	(1,46)	(1,83)	(1,83)	(2,32)	(2,48)	(3,10)	-23,1% (4,9%)
	Ganho (Perda) na captação	0,77	0,61	0,34	0,38	0,78	0,88	0,79	0,75	0,82	0,67	10,2% (5,2%)
	(-) Dispêndio de captação- Capital próprio	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	0,0%
	Custo do CDI	(0,58)	(0,62)	(0,53)	(0,60)	(0,62)	(0,78)	(0,79)	(0,85)	(1,21)	(1,40)	-11,1% (2,8%)
	Ganho (Perda) na captação	0,58	0,62	0,53	0,60	0,62	0,78	0,79	0,85	1,21	1,40	11,1% (2,8%)
	(=) Resultado direto da intermediação financeira	<u>2,23</u>	<u>2,33</u>	<u>3,14</u>	<u>3,25</u>	<u>3,26</u>	<u>3,45</u>	<u>3,75</u>	<u>4,92</u>	<u>4,49</u>	<u>5,88</u>	50,8% (9,5%)
	(-) Rateio outros dispêndios operacionais											
	(=) Resultado líquido da intermediação financeira	<u>0,78</u>	<u>0,53</u>	<u>1,01</u>	<u>0,75</u>	<u>0,53</u>	<u>0,80</u>	<u>0,92</u>	<u>1,89</u>	<u>0,87</u>	<u>1,99</u>	13,9% (5,6%)

continua

continuação

Coope- rativa	Resultados	1o Sem. 2003	2o Sem. 2003	1o Sem. 2004	2o Sem. 2004	1o Sem. 2005	2o Sem. 2005	1o Sem. 2006	2o Sem. 2006	1o Sem. 2007	2o Sem. 2007	Margem Média (DP)
CREDICAROL	<u>Saldo médio do capital emprestado</u>	<u>16,72</u>	<u>20,57</u>	<u>17,37</u>	<u>26,98</u>	<u>30,58</u>	<u>35,01</u>	<u>39,59</u>	<u>48,08</u>	<u>57,96</u>	<u>62,95</u>	
	com cooperados	14,95	16,16	12,55	13,91	12,32	11,89	14,46	15,92	18,66	23,99	
	em outras instituições	1,77	4,41	4,82	13,07	18,26	23,11	25,13	32,17	39,30	38,96	
	<u>(+) Ingressos de operações de crédito</u>	<u>3,35</u>	<u>3,90</u>	<u>2,96</u>	<u>3,10</u>	<u>3,77</u>	<u>4,11</u>	<u>4,37</u>	<u>4,31</u>	<u>4,40</u>	<u>4,59</u>	100,0%
	com cooperados	1,76	2,41	1,97	1,94	2,25	2,10	2,28	2,08	1,94	2,47	55,2% (7,1%)
	em outras instituições	1,60	1,50	0,99	1,16	1,52	2,01	2,08	2,23	2,46	2,12	44,8% (7,1%)
	<u>Saldo médio de capital captado</u>	<u>16,72</u>	<u>20,57</u>	<u>17,37</u>	<u>26,98</u>	<u>30,58</u>	<u>35,01</u>	<u>39,59</u>	<u>48,08</u>	<u>57,96</u>	<u>62,95</u>	
	com cooperados	11,04	10,37	10,79	9,14	9,75	11,28	12,61	16,63	19,35	20,32	
	em outras instituições	8,68	9,79	2,60	1,31	2,06	2,18	2,91	6,16	11,19	12,89	
	capital próprio	(3,01)	0,41	3,99	16,53	18,76	21,55	24,07	25,29	27,43	29,74	
	<u>(-) Dispêndio de captação-Cooperados</u>	<u>(0,46)</u>	<u>(0,57)</u>	<u>(0,51)</u>	<u>(0,54)</u>	<u>(0,62)</u>	<u>(0,75)</u>	<u>(0,85)</u>	<u>(0,88)</u>	<u>(1,12)</u>	<u>(0,93)</u>	-18,3% (3,4%)
	Custo do CDI	(1,30)	(1,06)	(0,82)	(0,73)	(0,87)	(1,04)	(0,98)	(1,12)	(1,16)	(1,11)	-26,5% (4,7%)
	Ganho (Perda) na captação	0,84	0,50	0,31	0,19	0,25	0,29	0,13	0,25	0,04	0,18	8,2% (6,9%)
	<u>(-) Dispêndio de captação-Outras instituições</u>	<u>(0,49)</u>	<u>(1,02)</u>	<u>(0,10)</u>	<u>(0,04)</u>	<u>(0,07)</u>	<u>(0,06)</u>	<u>(0,15)</u>	<u>(0,25)</u>	<u>(0,43)</u>	<u>(0,50)</u>	-7,9% (7,9%)
	Custo do CDI	(1,02)	(1,00)	(0,20)	(0,11)	(0,18)	(0,20)	(0,23)	(0,42)	(0,67)	(0,71)	-12,2% (9,5%)
	Ganho (Perda) na captação	0,53	(0,02)	0,10	0,06	0,11	0,14	0,08	0,17	0,24	0,21	4,3% (4,4%)
	<u>(-) Dispêndio de captação-Capital próprio</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	0,0%
	Custo do CDI	0,35	(0,04)	(0,30)	(1,32)	(1,68)	(1,99)	(1,87)	(1,71)	(1,65)	(1,63)	-29,2% (20,9%)
	Ganho (Perda) na captação	(0,35)	0,04	0,30	1,32	1,68	1,99	1,87	1,71	1,65	1,63	29,2% (20,9%)
	<u>(=) Resultado direto da intermediação financeira</u>	<u>2,40</u>	<u>2,32</u>	<u>2,35</u>	<u>2,52</u>	<u>3,08</u>	<u>3,29</u>	<u>3,36</u>	<u>3,19</u>	<u>2,85</u>	<u>3,16</u>	73,8% (7,6%)
	(-) Rateio outros dispêndios operacionais											
	<u>(=) Resultado líquido da intermediação financeira</u>	<u>1,62</u>	<u>1,38</u>	<u>1,38</u>	<u>1,62</u>	<u>2,07</u>	<u>2,06</u>	<u>2,12</u>	<u>1,67</u>	<u>1,54</u>	<u>1,67</u>	44,7% (7,5%)

continua

continuação

Coope- rativa	Resultados	1o Sem. 2003	2o Sem. 2003	1o Sem. 2004	2o Sem. 2004	1o Sem. 2005	2o Sem. 2005	1o Sem. 2006	2o Sem. 2006	1o Sem. 2007	2o Sem. 2007	Margem Média (DP)
CREDICITRUS	Saldo médio do capital emprestado	273,01	322,67	363,65	437,91	559,13	652,97	718,71	863,57	981,06	1.080,77	
	com cooperados	166,38	227,33	270,52	309,98	378,39	413,57	430,24	452,16	514,35	616,25	
	em outras instituições	106,63	95,34	93,13	127,94	180,73	239,40	288,46	411,41	466,71	464,52	
	(+) Ingressos de operações de crédito	36,14	45,31	45,29	59,71	66,98	75,82	74,75	82,37	84,96	90,39	100,0%
	com cooperados	22,34	33,39	36,05	43,34	49,15	54,24	52,42	53,06	54,65	60,03	69,8% (5,5%)
	em outras instituições	13,80	11,92	9,23	16,37	17,82	21,58	22,34	29,31	30,31	30,37	30,2% (5,5%)
	Saldo médio de capital captado	273,01	322,67	363,65	437,91	559,13	652,97	718,71	863,57	981,06	1.080,77	
	com cooperados	139,21	162,33	171,18	193,72	233,16	257,90	308,72	415,25	492,59	516,36	
	em outras instituições	74,10	86,60	103,26	137,89	198,80	247,60	243,63	270,16	270,07	278,16	
	capital próprio	59,70	73,74	89,22	106,30	127,17	147,46	166,36	178,16	218,39	286,25	
	(-) Dispêndio de captação- Cooperados	(13,41)	(16,48)	(14,54)	(16,17)	(25,21)	(27,68)	(31,96)	(31,24)	(29,65)	(31,30)	-35,7% (4,1%)
	Custo do CDI	(16,40)	(16,65)	(12,95)	(15,50)	(20,82)	(23,84)	(23,95)	(28,01)	(29,58)	(28,30)	-33,1% (5,3%)
	Ganho (Perda) na captação	2,99	0,17	(1,59)	(0,66)	(4,39)	(3,84)	(8,01)	(3,23)	(0,06)	(3,00)	-2,6% (5,0%)
	(-) Dispêndio de captação- Outras instituições	(2,80)	(3,47)	(4,34)	(7,14)	(10,19)	(11,55)	(10,38)	(11,24)	(11,04)	(11,18)	-12,0% (2,8%)
	Custo do CDI	(8,73)	(8,88)	(7,81)	(11,04)	(17,75)	(22,89)	(18,90)	(18,22)	(16,22)	(15,25)	-22,0% (4,5%)
	Ganho (Perda) na captação	5,93	5,41	3,48	3,90	7,56	11,34	8,52	6,98	5,18	4,07	9,9% (3,9%)
	(-) Dispêndio de captação- Capital próprio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0%
	Custo do CDI	(7,03)	(7,56)	(6,75)	(8,51)	(11,35)	(13,63)	(12,91)	(12,02)	(13,12)	(15,69)	-16,5% (1,7%)
	Ganho (Perda) na captação	7,03	7,56	6,75	8,51	11,35	13,63	12,91	12,02	13,12	15,69	16,5% (1,7%)
	(=) Resultado direto da intermediação financeira	19,93	25,37	26,42	36,41	31,58	36,58	32,40	39,89	44,27	47,91	52,3% (5,5%)
	(-) Rateio outros dispêndios operacionais											
	(=) Resultado líquido da intermediação financeira	14,43	17,84	17,63	18,17	16,06	19,40	17,98	18,03	26,10	23,13	30,0% (7,0%)

continua

continuação

Coope- rativa	Resultados	1o Sem. 2003	2o Sem. 2003	1o Sem. 2004	2o Sem. 2004	1o Sem. 2005	2o Sem. 2005	1o Sem. 2006	2o Sem. 2006	1o Sem. 2007	2o Sem. 2007	Margem Média (DP)
COCREFOCAPI	Saldo médio do capital empréstado	38,99	45,93	45,06	49,51	58,38	70,24	83,43	108,94	124,32	135,48	
	com cooperados	17,85	18,35	22,26	21,64	21,81	24,02	26,77	30,25	45,69	59,95	
	em outras instituições	21,15	27,58	22,80	27,87	36,58	46,22	56,66	78,69	78,63	75,53	
	(+) Ingressos de operações de crédito	4,31	5,16	4,90	4,84	5,44	7,24	6,72	8,23	8,20	8,62	100,0%
	com cooperados	1,33	1,40	1,94	1,79	1,89	1,98	1,65	2,49	3,15	3,56	33,1% (5,9%)
	em outras instituições	2,99	3,76	2,96	3,05	3,55	5,26	5,07	5,74	5,05	5,07	66,9% (5,9%)
	Saldo médio de capital captado	38,99	45,93	45,06	49,51	58,38	70,24	83,43	108,94	124,32	135,48	
	com cooperados	22,97	26,67	24,07	25,16	29,83	36,39	44,03	59,17	61,20	60,15	
	em outras instituições	7,45	9,70	10,08	14,11	14,63	18,16	21,63	30,50	41,97	52,81	
	capital próprio	8,57	9,56	10,91	10,24	13,93	15,70	17,78	19,28	21,15	22,52	
	(-) Dispendio de captação- Cooperados	(2,29)	(3,18)	(2,43)	(2,21)	(2,71)	(3,47)	(3,40)	(3,40)	(3,59)	(4,17)	-49,2% (5,6%)
	Custo do CDI	(2,71)	(2,74)	(1,82)	(2,01)	(2,66)	(3,36)	(3,42)	(3,99)	(3,68)	(3,30)	-47,2% (7,5%)
	Ganho (Perda) na captação	0,41	(0,45)	(0,61)	(0,20)	(0,04)	(0,10)	0,02	0,59	0,09	(0,87)	-1,9% (7,1%)
	(-) Dispendio de captação- Outras instituições	(0,53)	(0,36)	(0,47)	(0,46)	(0,79)	(0,90)	(0,95)	(1,25)	(1,74)	(2,04)	-13,9% (5,2%)
	Custo do CDI	(0,88)	(0,99)	(0,76)	(1,13)	(1,31)	(1,68)	(1,68)	(2,06)	(2,52)	(2,89)	-24,0% (5,2%)
	Ganho (Perda) na captação	0,35	0,64	0,30	0,67	0,52	0,78	0,72	0,81	0,79	0,85	10,1% (2,2%)
	(-) Dispendio de captação- Capital próprio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0%
	Custo do CDI	(1,01)	(0,98)	(0,83)	(0,82)	(1,24)	(1,45)	(1,38)	(1,30)	(1,27)	(1,23)	-18,5% (3,1%)
	Ganho (Perda) na captação	1,01	0,98	0,83	0,82	1,24	1,45	1,38	1,30	1,27	1,23	18,5% (3,1%)
	(=) Resultado direto da intermediação financeira	1,49	1,62	2,01	2,18	1,95	2,87	2,37	3,58	2,87	2,41	36,9% (5,3%)
	(-) Rateio outros dispendios operacionais											
	(=) Resultado líquido da intermediação financeira	0,75	0,69	1,09	1,07	1,00	1,70	1,28	2,19	1,52	1,00	19,3% (4,5%)

continua

continuação

Coope- rativa	Resultados	1o Sem. 2003	2o Sem. 2003	1o Sem. 2004	2o Sem. 2004	1o Sem. 2005	2o Sem. 2005	1o Sem. 2006	2o Sem. 2006	1o Sem. 2007	2o Sem. 2007	Margem Média (DP)
CREDICOAPEC	Saldo médio do capital emprestado	<u>20,45</u>	<u>22,06</u>	<u>28,06</u>	<u>29,65</u>	<u>32,48</u>	<u>39,65</u>	<u>45,69</u>	<u>49,49</u>	<u>50,46</u>	<u>60,67</u>	
	com cooperados	11,50	12,59	11,52	15,35	13,30	21,24	24,06	34,82	32,43	26,78	
	em outras instituições	8,94	9,47	16,54	14,30	19,18	18,41	21,63	14,67	18,04	33,88	
	(+) Ingressos de operações de crédito	<u>3,19</u>	<u>3,65</u>	<u>2,97</u>	<u>3,46</u>	<u>3,50</u>	<u>4,81</u>	<u>4,75</u>	<u>4,71</u>	<u>4,81</u>	<u>5,02</u>	100,0%
	com cooperados	1,64	1,98	1,34	1,81	1,70	3,09	2,50	3,31	3,30	2,88	56,4% (8,5%)
	em outras instituições	1,55	1,68	1,63	1,65	1,80	1,72	2,26	1,40	1,52	2,14	43,6% (8,5%)
	Saldo médio de capital captado	<u>20,45</u>	<u>22,06</u>	<u>28,06</u>	<u>29,65</u>	<u>32,48</u>	<u>39,65</u>	<u>45,69</u>	<u>49,49</u>	<u>50,46</u>	<u>60,67</u>	
	com cooperados	14,78	16,69	20,77	18,35	22,80	27,77	28,65	25,23	29,42	38,50	
	em outras instituições	4,63	5,28	5,61	7,41	4,98	6,33	10,15	16,20	11,95	11,89	
	capital próprio	1,04	0,09	1,68	3,89	4,71	5,55	6,89	8,06	9,10	10,28	
	(-) Dispêndio de captação- Cooperados	<u>(2,21)</u>	<u>(2,13)</u>	<u>(1,96)</u>	<u>(1,67)</u>	<u>(1,96)</u>	<u>(2,54)</u>	<u>(1,88)</u>	<u>(1,43)</u>	<u>(2,21)</u>	<u>(2,21)</u>	-51,0% (11,9%)
	Custo do CDI	(1,74)	(1,71)	(1,57)	(1,47)	(2,04)	(2,57)	(2,22)	(1,70)	(1,77)	(2,11)	-47,0% (7,6%)
	Ganho (Perda) na captação	(0,47)	(0,42)	(0,38)	(0,20)	0,07	0,02	0,34	0,27	(0,44)	(0,10)	-4,0% (7,9%)
	(-) Dispêndio de captação- Outras instituições	<u>(0,20)</u>	<u>(0,25)</u>	<u>(0,24)</u>	<u>(0,35)</u>	<u>(0,20)</u>	<u>(0,28)</u>	<u>(0,34)</u>	<u>(0,85)</u>	<u>(0,58)</u>	<u>(0,52)</u>	-9,1% (3,9%)
	Custo do CDI	(0,55)	(0,54)	(0,42)	(0,59)	(0,44)	(0,59)	(0,79)	(1,09)	(0,72)	(0,65)	-15,6% (3,2%)
	Ganho (Perda) na captação	0,35	0,29	0,19	0,24	0,24	0,31	0,45	0,24	0,13	0,13	6,5% (2,6%)
	(-) Dispêndio de captação- Capital próprio	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	0,0%
	Custo do CDI	(0,12)	(0,01)	(0,13)	(0,31)	(0,42)	(0,51)	(0,53)	(0,54)	(0,55)	(0,56)	-8,5% (4,2%)
	Ganho (Perda) na captação	0,12	0,01	0,13	0,31	0,42	0,51	0,53	0,54	0,55	0,56	8,5% (4,2%)
	(=) Resultado direto da intermediação financeira	<u>0,79</u>	<u>1,27</u>	<u>0,78</u>	<u>1,44</u>	<u>1,34</u>	<u>1,99</u>	<u>2,53</u>	<u>2,42</u>	<u>2,02</u>	<u>2,29</u>	39,9% (9,5%)
	(-) Rateio outros dispêndios operacionais											
	(=) Resultado líquido da intermediação financeira	<u>0,07</u>	<u>0,43</u>	<u>0,01</u>	<u>0,54</u>	<u>0,52</u>	<u>0,91</u>	<u>1,59</u>	<u>0,96</u>	<u>0,84</u>	<u>0,74</u>	15,0% (9,4%)

continua

Coope- rativa	Resultados	1o Sem.	2o Sem.	1o Sem.	2o Sem.	1o Sem.	2o Sem.	1o Sem.	2o Sem.	1o Sem.	2o Sem.	Margem Média (DP)
		2003	2003	2004	2004	2005	2005	2006	2006	2007	2007	
COCRED	Saldo médio do capital emprestado	181,11	185,98	176,17	190,81	223,13	251,38	280,03	350,99	412,83	452,14	
	com cooperados	73,24	105,33	122,30	132,94	143,30	164,87	159,34	177,90	224,79	278,99	
	em outras instituições	107,87	80,65	53,88	57,86	79,83	86,51	120,68	173,09	188,04	173,16	
	(+) Ingressos de operações de crédito	24,38	27,10	22,46	24,99	29,12	39,20	33,77	46,26	51,41	52,48	100,0%
	com cooperados	8,28	13,37	13,83	18,68	17,21	20,85	18,81	20,14	22,01	29,41	53,0% (11,4%)
	em outras instituições	16,10	13,73	8,63	6,32	11,91	18,36	14,96	26,12	29,39	23,07	47,0% (11,4%)
	Saldo médio de capital captado	181,11	185,98	176,17	190,81	223,13	251,38	280,03	350,99	412,83	452,14	
	com cooperados	106,10	102,93	85,36	88,76	108,89	119,46	142,73	198,47	228,96	245,05	
	em outras instituições	20,33	17,41	15,28	14,14	12,74	21,49	31,44	43,19	62,05	77,08	
	capital próprio	54,68	65,64	75,53	87,90	101,50	110,43	105,85	109,33	121,82	130,01	
	(-) Dispêndio de captação-Cooperados	(13,23)	(11,10)	(9,84)	(10,74)	(14,48)	(26,59)	(15,19)	(25,09)	(14,42)	(24,62)	-47,4% (10,4%)
	Custo do CDI	(12,50)	(10,56)	(6,46)	(7,10)	(9,72)	(11,05)	(11,07)	(13,39)	(13,75)	(13,43)	-32,3% (7,7%)
	Ganho (Perda) na captação	(0,73)	(0,54)	(3,38)	(3,64)	(4,76)	(15,54)	(4,12)	(11,70)	(0,67)	(11,19)	-15,1% (11,9%)
	(-) Dispêndio de captação-Outras instituições	(0,59)	(0,49)	(0,50)	(0,50)	(0,27)	(0,65)	(1,27)	(2,44)	(3,83)	(6,72)	-4,0% (3,7%)
	Custo do CDI	(2,40)	(1,79)	(1,16)	(1,13)	(1,14)	(1,99)	(2,44)	(2,91)	(3,73)	(4,22)	-6,4% (1,8%)
	Ganho (Perda) na captação	1,81	1,30	0,65	0,64	0,87	1,34	1,16	0,47	(0,10)	(2,50)	2,4% (3,2%)
	(-) Dispêndio de captação-Capital próprio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0%
	Custo do CDI	(6,44)	(6,73)	(5,71)	(7,03)	(9,06)	(10,21)	(8,21)	(7,37)	(7,32)	(7,13)	-23,0% (6,1%)
	Ganho (Perda) na captação	6,44	6,73	5,71	7,03	9,06	10,21	8,21	7,37	7,32	7,13	23,0% (6,1%)
	(=) Resultado direto da intermediação financeira	10,56	15,52	12,12	13,76	14,36	11,97	17,30	18,73	33,16	21,14	48,6% (10,0%)
	(-) Rateio outros dispêndios operacionais											
	(=) Resultado líquido da intermediação financeira	7,25	12,43	9,17	10,08	10,05	7,90	12,54	12,19	26,80	13,34	35,2% (10,0%)

Tabela B.7 - Cálculo do *spread* semestral aplicado pelas cooperativas de crédito rural estudadas na atividade de intermediação financeira (em % do saldo médio total do capital aplicado, de 2003 a 2007).

Coope- rativa	Resultados	1o Sem. 2003	2o Sem. 2003	1o Sem. 2004	2o Sem. 2004	1o Sem. 2005	2o Sem. 2005	1o Sem. 2006	2o Sem. 2006	1o Sem. 2007	2o Sem. 2007	Média (DP)
TIPO I: Parte significativa dos resultados devolvidos em Conta Corrente dos cooperados.												
COOPECREDI	Saldo médio do capital emprestado	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
	(+) Ingressos de operações de crédito com cooperados	8,6%	8,9%	6,8%	8,4%	8,2%	8,3%	7,2%	7,2%	5,8%	5,5%	7,5% (1,2%)
	em outras instituições	1,6%	1,9%	1,8%	2,5%	2,3%	2,3%	2,5%	2,1%	2,2%	2,0%	2,1% (0,3%)
	(-) Dispêndio de captação-Cooperados	6,9%	6,9%	5,0%	6,0%	5,9%	6,0%	4,7%	5,1%	3,6%	3,5%	5,4% (1,2%)
	Custo do CDI	-4,6%	-4,7%	-3,3%	-4,4%	-4,3%	-3,2%	-2,9%	-3,1%	-2,5%	-2,3%	-3,5% (0,9%)
	Ganho (Perda) na captação	-5,9%	-5,3%	-3,9%	-4,4%	-4,6%	-4,0%	-3,3%	-3,2%	-2,8%	-2,5%	-4,0% (1,1%)
	(-) Dispêndio de captação-Outras instituições	1,3%	0,6%	0,6%	0,0%	0,3%	0,7%	0,4%	0,2%	0,2%	0,3%	0,5% (0,4%)
	Custo do CDI	-1,2%	-1,4%	-1,5%	-1,5%	-1,5%	-1,9%	-2,0%	-1,9%	-1,9%	-1,5%	-1,6% (0,3%)
	Ganho (Perda) na captação	-4,1%	-3,6%	-2,6%	-2,5%	-2,9%	-3,8%	-3,2%	-2,6%	-2,5%	-2,3%	-3,0% (0,6%)
	(-) Dispêndio de captação-Capital próprio	2,9%	2,2%	1,2%	1,0%	1,4%	1,9%	1,1%	0,7%	0,7%	0,7%	1,4% (0,7%)
	Custo do CDI	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0% (0,0%)
	Ganho (Perda) na captação	-1,8%	-1,4%	-1,1%	-1,1%	-1,4%	-1,5%	-1,3%	-0,9%	-0,7%	-0,7%	-1,2% (0,4%)
	(=) Resultado direto da intermediação financeira	1,8%	1,4%	1,1%	1,1%	1,4%	1,5%	1,3%	0,9%	0,7%	0,7%	1,2% (0,4%)
	(-) Rateio outros dispêndios operacionais	<u>2,8%</u>	<u>2,8%</u>	<u>2,1%</u>	<u>2,6%</u>	<u>2,4%</u>	<u>3,1%</u>	<u>2,2%</u>	<u>2,2%</u>	<u>1,4%</u>	<u>1,7%</u>	2,3% (0,5%)
CREDICITRUS	(-) Rateio outros dispêndios operacionais	-0,8%	-1,7%	-0,7%	-1,5%	-0,8%	-2,3%	-0,8%	-1,3%	-0,6%	-0,9%	-1,1% (0,5%)
	(=) Resultado líquido da intermediação financeira	<u>2,1%</u>	<u>1,1%</u>	<u>1,3%</u>	<u>1,1%</u>	<u>1,6%</u>	<u>0,9%</u>	<u>1,4%</u>	<u>1,0%</u>	<u>0,9%</u>	<u>0,8%</u>	1,2% (0,4%)
	Saldo médio do capital emprestado	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
	(+) Ingressos de operações de crédito com cooperados	13,2%	14,0%	12,5%	13,6%	12,0%	11,6%	10,4%	9,5%	8,7%	8,4%	11,4% (2,1%)
	em outras instituições	8,2%	10,3%	9,9%	9,9%	8,8%	8,3%	7,3%	6,1%	5,6%	5,6%	8,0% (1,8%)
	(-) Dispêndio de captação-Cooperados	5,1%	3,7%	2,5%	3,7%	3,2%	3,3%	3,1%	3,4%	3,1%	2,8%	3,4% (0,7%)
	Custo do CDI	-4,9%	-5,1%	-4,0%	-3,7%	-4,5%	-4,2%	-4,4%	-3,6%	-3,0%	-2,9%	-4,0% (0,7%)
	Ganho (Perda) na captação	-6,0%	-5,2%	-3,6%	-3,5%	-3,7%	-3,7%	-3,3%	-3,2%	-3,0%	-2,6%	-3,8% (1,0%)
	(-) Dispêndio de captação-Outras instituições	1,1%	0,1%	-0,4%	-0,2%	-0,8%	-0,6%	-1,1%	-0,4%	0,0%	-0,3%	-0,3% (0,6%)
	Custo do CDI	-1,0%	-1,1%	-1,2%	-1,6%	-1,8%	-1,8%	-1,4%	-1,3%	-1,1%	-1,0%	-1,3% (0,3%)
	Ganho (Perda) na captação	-3,2%	-2,8%	-2,1%	-2,5%	-3,2%	-3,5%	-2,6%	-2,1%	-1,7%	-1,4%	-2,5% (0,7%)
	(-) Dispêndio de captação-Capital próprio	2,2%	1,7%	1,0%	0,9%	1,4%	1,7%	1,2%	0,8%	0,5%	0,4%	1,2% (0,6%)
	Custo do CDI	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0% (0,0%)
	Ganho (Perda) na captação	-2,6%	-2,3%	-1,9%	-1,9%	-2,0%	-2,1%	-1,8%	-1,4%	-1,3%	-1,5%	-1,9% (0,4%)
	(=) Resultado direto da intermediação financeira	2,6%	2,3%	1,9%	1,9%	2,0%	2,1%	1,8%	1,4%	1,3%	1,5%	1,9% (0,4%)
	(-) Rateio outros dispêndios operacionais	<u>7,3%</u>	<u>7,9%</u>	<u>7,3%</u>	<u>8,3%</u>	<u>5,6%</u>	<u>5,6%</u>	<u>4,5%</u>	<u>4,6%</u>	<u>4,5%</u>	<u>4,4%</u>	6,0% (1,5%)
	(=) Resultado líquido da intermediação financeira	-2,0%	-2,3%	-2,4%	-4,2%	-2,8%	-2,6%	-2,0%	-2,5%	-1,9%	-2,3%	-2,5% (0,7%)
		<u>5,3%</u>	<u>5,5%</u>	<u>4,8%</u>	<u>4,1%</u>	<u>2,9%</u>	<u>3,0%</u>	<u>2,5%</u>	<u>2,1%</u>	<u>2,7%</u>	<u>2,1%</u>	3,5% (1,3%)

continua

continuação

Coope- rativa	Resultados	1o Sem.	2o Sem.	1o Sem.	2o Sem.	1o Sem.	2o Sem.	1o Sem.	2o Sem.	1o Sem.	2o Sem.	Média (DP)
		2003	2003	2004	2004	2005	2005	2006	2006	2007	2007	
COCRED	Saldo médio do capital emprestado	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
	(+) Ingressos de operações de crédito	13,5%	14,6%	12,7%	13,1%	13,1%	15,6%	12,1%	13,2%	12,5%	11,6%	13,2% (1,2%)
	com cooperados	4,6%	7,2%	7,8%	9,8%	7,7%	8,3%	6,7%	5,7%	5,3%	6,5%	7,0% (1,5%)
	em outras instituições	8,9%	7,4%	4,9%	3,3%	5,3%	7,3%	5,3%	7,4%	7,1%	5,1%	6,2% (1,7%)
	(-) Dispêndio de captação-Cooperados	-7,3%	-6,0%	-5,6%	-5,6%	-6,5%	-10,6%	-5,4%	-7,1%	-3,5%	-5,4%	-6,3% (1,8%)
	Custo do CDI	-6,9%	-5,7%	-3,7%	-3,7%	-4,4%	-4,4%	-4,0%	-3,8%	-3,3%	-3,0%	-4,3% (1,2%)
	Ganho (Perda) na captação	-0,4%	-0,3%	-1,9%	-1,9%	-2,1%	-6,2%	-1,5%	-3,3%	-0,2%	-2,5%	-2,0% (1,8%)
	(-) Dispêndio de captação-Outras instituições	-0,3%	-0,3%	-0,3%	-0,3%	-0,1%	-0,3%	-0,5%	-0,7%	-0,9%	-1,5%	-0,5% (0,4%)
	Custo do CDI	-1,3%	-1,0%	-0,7%	-0,6%	-0,5%	-0,8%	-0,9%	-0,8%	-0,9%	-0,9%	-0,8% (0,2%)
	Ganho (Perda) na captação	1,0%	0,7%	0,4%	0,3%	0,4%	0,5%	0,4%	0,1%	0,0%	-0,6%	0,3% (0,4%)
	(-) Dispêndio de captação-Capital próprio	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0% (0,0%)
	Custo do CDI	-3,6%	-3,6%	-3,2%	-3,7%	-4,1%	-4,1%	-2,9%	-2,1%	-1,8%	-1,6%	-3,1% (0,9%)
	Ganho (Perda) na captação	3,6%	3,6%	3,2%	3,7%	4,1%	4,1%	2,9%	2,1%	1,8%	1,6%	3,1% (0,9%)
	(=) Resultado direto da intermediação financeira	<u>5,8%</u>	<u>8,3%</u>	<u>6,9%</u>	<u>7,2%</u>	<u>6,4%</u>	<u>4,8%</u>	<u>6,2%</u>	<u>5,3%</u>	<u>8,0%</u>	<u>4,7%</u>	6,4% (1,3%)
	(-) Rateio outros dispêndios operacionais	-1,8%	-1,7%	-1,7%	-1,9%	-1,9%	-1,6%	-1,7%	-1,9%	-1,5%	-1,7%	-1,7% (0,1%)
	(=) Resultado líquido da intermediação financeira	<u>4,0%</u>	<u>6,7%</u>	<u>5,2%</u>	<u>5,3%</u>	<u>4,5%</u>	<u>3,1%</u>	<u>4,5%</u>	<u>3,5%</u>	<u>6,5%</u>	<u>3,0%</u>	4,6% (1,3%)

continua

continuação

Coope- rativa	Resultados	1o Sem. 2003	2o Sem. 2003	1o Sem. 2004	2o Sem. 2004	1o Sem. 2005	2o Sem. 2005	1o Sem. 2006	2o Sem. 2006	1o Sem. 2007	2o Sem. 2007	Média (DP)
TIPO II: Maior parte devolvida aos cooperados no Capital Social; parte em conta corrente não significativa.												
CREDICOONAI	Saldo médio do capital emprestado	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
	(+) Ingressos de operações de crédito com cooperados	15,1%	16,8%	15,9%	17,7%	20,7%	16,9%	14,4%	13,5%	11,2%	11,1%	15,3% (3,0%)
	em outras instituições	2,6%	4,6%	3,2%	5,9%	9,2%	5,7%	4,2%	5,7%	3,8%	4,4%	4,9% (1,9%)
	(-) Dispendio de captação-Cooperados	-3,3%	-6,1%	-3,5%	-6,4%	-10,3%	-6,7%	-5,4%	-4,9%	-4,7%	-4,5%	-5,6% (2,0%)
	Custo do CDI	-3,9%	-3,7%	-3,0%	-3,1%	-3,5%	-3,2%	-2,8%	-2,5%	-2,1%	-1,9%	-3,0% (0,6%)
	Ganho (Perda) na captação	0,6%	-2,4%	-0,5%	-3,3%	-6,8%	-3,5%	-2,6%	-2,4%	-2,6%	-2,6%	-2,6% (1,9%)
	(-) Dispendio de captação-Outras instituições	-1,7%	-2,0%	-1,6%	-2,1%	-1,8%	-2,2%	-2,0%	-2,1%	-1,7%	-1,9%	-1,9% (0,2%)
	Custo do CDI	-5,2%	-4,3%	-2,8%	-3,2%	-3,8%	-4,2%	-3,4%	-3,1%	-2,6%	-2,4%	-3,5% (0,9%)
	Ganho (Perda) na captação	3,5%	2,3%	1,2%	1,1%	2,0%	2,0%	1,5%	1,0%	0,9%	0,5%	1,6% (0,9%)
	(-) Dispendio de captação-Capital próprio	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0% (0,0%)
	Custo do CDI	-2,6%	-2,3%	-1,8%	-1,7%	-1,6%	-1,8%	-1,5%	-1,1%	-1,3%	-1,1%	-1,7% (0,5%)
	Ganho (Perda) na captação	2,6%	2,3%	1,8%	1,7%	1,6%	1,8%	1,5%	1,1%	1,3%	1,1%	1,7% (0,5%)
	(=) Resultado direto da intermediação financeira	<u>10,1%</u>	<u>8,8%</u>	<u>10,7%</u>	<u>9,1%</u>	<u>8,6%</u>	<u>8,0%</u>	<u>7,1%</u>	<u>6,6%</u>	<u>4,7%</u>	<u>4,6%</u>	7,8% (2,1%)
	(-) Rateio outros dispendios operacionais	-6,6%	-6,8%	-7,3%	-7,0%	-7,2%	-6,1%	-5,3%	-4,0%	-3,8%	-3,1%	-5,7% (1,6%)
COCREFOCAPI	(=) Resultado líquido da intermediação financeira	<u>3,5%</u>	<u>2,0%</u>	<u>3,5%</u>	<u>2,1%</u>	<u>1,4%</u>	<u>1,8%</u>	<u>1,7%</u>	<u>2,5%</u>	<u>0,9%</u>	<u>1,6%</u>	2,1% (0,8%)
	Saldo médio do capital emprestado	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
	(+) Ingressos de operações de crédito com cooperados	11,1%	11,2%	10,9%	9,8%	9,3%	10,3%	8,1%	7,6%	6,6%	6,4%	9,1% (1,8%)
	em outras instituições	3,4%	3,1%	4,3%	3,6%	3,2%	2,8%	2,0%	2,3%	2,5%	2,6%	3,0% (0,7%)
	(-) Dispendio de captação-Cooperados	-5,9%	-6,9%	-5,4%	-4,5%	-4,6%	-4,9%	-4,1%	-3,1%	-2,9%	-3,1%	-4,5% (1,3%)
	Custo do CDI	-6,9%	-6,0%	-4,0%	-4,1%	-4,6%	-4,8%	-4,1%	-3,7%	-3,0%	-2,4%	-4,4% (1,3%)
	Ganho (Perda) na captação	1,1%	-1,0%	-1,3%	-0,4%	-0,1%	-0,1%	0,0%	0,5%	0,1%	-0,6%	-0,2% (0,7%)
	(-) Dispendio de captação-Outras instituições	-1,4%	-0,8%	-1,0%	-0,9%	-1,3%	-1,3%	-1,1%	-1,1%	-1,4%	-1,5%	-1,2% (0,2%)
	Custo do CDI	-2,3%	-2,2%	-1,7%	-2,3%	-2,2%	-2,4%	-2,0%	-1,9%	-2,0%	-2,1%	-2,1% (0,2%)
	Ganho (Perda) na captação	0,9%	1,4%	0,7%	1,4%	0,9%	1,1%	0,9%	0,7%	0,6%	0,6%	0,9% (0,3%)
	(-) Dispendio de captação-Capital próprio	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0% (0,0%)
	Custo do CDI	-2,6%	-2,1%	-1,8%	-1,7%	-2,1%	-2,1%	-1,7%	-1,2%	-1,0%	-0,9%	-1,7% (0,5%)
	Ganho (Perda) na captação	2,6%	2,1%	1,8%	1,7%	2,1%	2,1%	1,7%	1,2%	1,0%	0,9%	1,7% (0,5%)
	(=) Resultado direto da intermediação financeira	<u>3,8%</u>	<u>3,5%</u>	<u>4,5%</u>	<u>4,4%</u>	<u>3,3%</u>	<u>4,1%</u>	<u>2,8%</u>	<u>3,3%</u>	<u>2,3%</u>	<u>1,8%</u>	3,4% (0,9%)
	(-) Rateio outros dispendios operacionais	-1,9%	-2,0%	-2,0%	-2,2%	-1,6%	-1,7%	-1,3%	-1,3%	-1,1%	-1,0%	-1,6% (0,4%)
	(=) Resultado líquido da intermediação financeira	<u>1,9%</u>	<u>1,5%</u>	<u>2,4%</u>	<u>2,2%</u>	<u>1,7%</u>	<u>2,4%</u>	<u>1,5%</u>	<u>2,0%</u>	<u>1,2%</u>	<u>0,7%</u>	1,8% (0,5%)

continua

Coope- rativa	Resultados	1o Sem. 2003	2o Sem. 2003	1o Sem. 2004	2o Sem. 2004	1o Sem. 2005	2o Sem. 2005	1o Sem. 2006	2o Sem. 2006	1o Sem. 2007	2o Sem. 2007	Média (DP)
TIPO III: Maior parte destinada a reservas/provisões Indivisíveis; parte em conta corrente não significativa.												
CREDICAROL	Saldo médio do capital emprestado	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
	(+) Ingressos de operações de crédito com cooperados	20,0%	19,0%	17,0%	11,5%	12,3%	11,7%	11,0%	9,0%	7,6%	7,3%	12,6% (4,6%)
	em outras instituições	10,5%	11,7%	11,3%	7,2%	7,3%	6,0%	5,8%	4,3%	3,3%	3,9%	7,1% (3,1%)
	(-) Dispêndio de captação-Cooperados	9,5%	7,3%	5,7%	4,3%	5,0%	5,7%	5,3%	4,6%	4,2%	3,4%	5,5% (1,8%)
	Custo do CDI	-2,7%	-2,8%	-2,9%	-2,0%	-2,0%	-2,2%	-2,1%	-1,8%	-1,9%	-1,5%	-2,2% (0,5%)
	Ganho (Perda) na captação	-7,8%	-5,2%	-4,7%	-2,7%	-2,8%	-3,0%	-2,5%	-2,3%	-2,0%	-1,8%	-3,5% (1,9%)
	(-) Dispêndio de captação-Outras instituições	5,0%	2,4%	1,8%	0,7%	0,8%	0,8%	0,3%	0,5%	0,1%	0,3%	1,3% (1,5%)
	Custo do CDI	-3,0%	-5,0%	-0,6%	-0,2%	-0,2%	-0,2%	-0,4%	-0,5%	-0,7%	-0,8%	-1,1% (1,6%)
	Ganho (Perda) na captação	-6,1%	-4,9%	-1,1%	-0,4%	-0,6%	-0,6%	-0,6%	-0,9%	-1,2%	-1,1%	-1,7% (2,0%)
	(-) Dispêndio de captação-Capital próprio	3,2%	-0,1%	0,6%	0,2%	0,4%	0,4%	0,2%	0,4%	0,4%	0,3%	0,6% (0,9%)
	Custo do CDI	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0% (0,0%)
	Ganho (Perda) na captação	2,1%	-0,2%	-1,7%	-4,9%	-5,5%	-5,7%	-4,7%	-3,5%	-2,8%	-2,6%	-3,0% (2,5%)
	(=) Resultado direto da intermediação financeira	-2,1%	0,2%	1,7%	4,9%	5,5%	5,7%	4,7%	3,5%	2,8%	2,6%	3,0% (2,5%)
	(-) Rateio outros dispêndios operacionais	<u>14,3%</u>	<u>11,3%</u>	<u>13,5%</u>	<u>9,3%</u>	<u>10,1%</u>	<u>9,4%</u>	<u>8,5%</u>	<u>6,6%</u>	<u>4,9%</u>	<u>5,0%</u>	9,3% (3,2%)
	(=) Resultado líquido da intermediação financeira	-4,7%	-4,6%	-5,6%	-3,3%	-3,3%	-3,5%	-3,1%	-3,1%	-2,3%	-2,4%	-3,6% (1,0%)
CREDICOAPEC	Saldo médio do capital emprestado	<u>9,7%</u>	<u>6,7%</u>	<u>8,0%</u>	<u>6,0%</u>	<u>6,8%</u>	<u>5,9%</u>	<u>5,4%</u>	<u>3,5%</u>	<u>2,7%</u>	<u>2,7%</u>	5,7% (2,3%)
	(+) Ingressos de operações de crédito com cooperados	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
	em outras instituições	15,6%	16,6%	10,6%	11,7%	10,8%	12,1%	10,4%	9,5%	9,5%	8,3%	11,5% (2,7%)
	(-) Dispêndio de captação-Cooperados	8,0%	9,0%	4,8%	6,1%	5,2%	7,8%	5,5%	6,7%	6,5%	4,7%	6,4% (1,5%)
	Custo do CDI	7,6%	7,6%	5,8%	5,6%	5,5%	4,3%	4,9%	2,8%	3,0%	3,5%	5,1% (1,7%)
	Ganho (Perda) na captação	-10,8%	-9,7%	-7,0%	-5,6%	-6,0%	-6,4%	-4,1%	-2,9%	-4,4%	-3,6%	-6,1% (2,6%)
	(-) Dispêndio de captação-Outras instituições	-8,5%	-7,8%	-5,6%	-5,0%	-6,3%	-6,5%	-4,9%	-3,4%	-3,5%	-3,5%	-5,5% (1,8%)
	Custo do CDI	-2,3%	-1,9%	-1,4%	-0,7%	0,2%	0,1%	0,8%	0,5%	-0,9%	-0,2%	-0,6% (1,0%)
	(-) Dispêndio de captação-Outras instituições	-1,0%	-1,2%	-0,8%	-1,2%	-0,6%	-0,7%	-0,7%	-1,7%	-1,2%	-0,9%	-1,0% (0,3%)
	Custo do CDI	-2,7%	-2,5%	-1,5%	-2,0%	-1,4%	-1,5%	-1,7%	-2,2%	-1,4%	-1,1%	-1,8% (0,5%)
	Ganho (Perda) na captação	1,7%	1,3%	0,7%	0,8%	0,7%	0,8%	1,0%	0,5%	0,3%	0,2%	0,8% (0,5%)
	(-) Dispêndio de captação-Capital próprio	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0% (0,0%)
	Custo do CDI	-0,6%	0,0%	-0,5%	-1,0%	-1,3%	-1,3%	-1,2%	-1,1%	-1,1%	-0,9%	-0,9% (0,4%)
	Ganho (Perda) na captação	0,6%	0,0%	0,5%	1,0%	1,3%	1,3%	1,2%	1,1%	1,1%	0,9%	0,9% (0,4%)
	(=) Resultado direto da intermediação financeira	<u>3,9%</u>	<u>5,7%</u>	<u>2,8%</u>	<u>4,9%</u>	<u>4,1%</u>	<u>5,0%</u>	<u>5,5%</u>	<u>4,9%</u>	<u>4,0%</u>	<u>3,8%</u>	4,5% (0,9%)
(-) Rateio outros dispêndios operacionais	-3,5%	-3,8%	-2,7%	-3,0%	-2,5%	-2,7%	-2,1%	-3,0%	-2,3%	-2,6%	-2,8% (0,5%)	
(=) Resultado líquido da intermediação financeira	<u>0,3%</u>	<u>2,0%</u>	<u>0,0%</u>	<u>1,8%</u>	<u>1,6%</u>	<u>2,3%</u>	<u>3,5%</u>	<u>1,9%</u>	<u>1,7%</u>	<u>1,2%</u>	1,6% (1,0%)	

ANEXOS

ANEXO I - Figuras diversas

Figura I.1. Organograma do cooperativismo de crédito no Brasil (PINHEIRO, 2008, p. 16).